

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: G H H
ADV.(A/S)	: RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(A/S)

EMENTA

Questão de ordem no inquérito. Processual Penal. Crimes relacionados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indícios de participação de Senadora da República em ilícito penal. Remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal. Desmembramento do feito em relação a investigados não detentores de prerrogativa de foro. Possibilidade. Inexistência de prejuízo para a causa. Precedentes. Prevenção de Ministro da Corte que supervisiona as investigações de crimes relacionados à Petrobras. Inexistência. Ausência de conexão entre os fatos reconhecida pela Presidência da Corte. Imbricação da matéria com o desmembramento do feito e seus consectários. Necessidade de seu exame para a determinação do juízo de primeiro grau competente para processar e julgar o feito desmembrado. Crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e corrupção passiva. Colaboração premiada. Delação de crimes não conexos com a investigação primária. Equiparação ao encontro fortuito de prova. Aplicação das regras de determinação, de modificação e de concentração da competência. Inexistência de prevenção, pelas mesmas razões, tanto de Ministro da Corte quanto de juízo de origem. Crimes que, em sua maioria, se consumaram em São Paulo. Circunstância que justifica a sua atração para a Seção Judiciária daquele estado. Ressalva quanto à posterior apuração de outras infrações conexas que, por força das regras do art. 78 do Código de Processo Penal, justifiquem conclusão diversa quanto ao foro competente. Remessa do feito

INQ 4130 QO / PR

desmembrado à Seção Judiciária de São Paulo para livre distribuição, independentemente da publicação do acórdão. Intangibilidade dos atos praticados na origem, tendo em vista a aplicação da teoria do juízo aparente. Precedente.

1. O Supremo Tribunal Federal assentou o entendimento de que o desmembramento do feito em relação a imputados que não possuam prerrogativa de foro deve ser a regra, diante da manifesta excepcionalidade da competência **ratione muneris**, ressalvadas as hipóteses em que a separação possa causar prejuízo relevante. Precedentes.

2. Ausente potencial e relevante prejuízo que justifique o **simultaneus processus**, impõe-se o desmembramento do inquérito em relação a todos os investigados que não detêm prerrogativa de foro, a fim de que a investigação prossiga perante a Suprema Corte tão somente em relação à Senadora da República.

3. A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração de competência.

4. A competência para processar e julgar os crimes delatados pelo colaborador que não sejam conexos com os fatos objeto da investigação matriz dependerá do local em que consumados, de sua natureza e da condição das pessoas incriminadas (prerrogativa de foro).

5. Os elementos de informação trazidos pelo colaborador a respeito de crimes que não sejam conexos ao objeto da investigação primária devem receber o mesmo tratamento conferido à descoberta fortuita ou ao encontro fortuito de provas em outros meios de obtenção de prova, como a busca e apreensão e a interceptação telefônica.

6. A prevenção, essencialmente, não é um critério primário de determinação da competência, mas sim de sua concentração, razão por que, inicialmente, devem ser observadas as regras ordinárias de determinação da competência, tanto **ratione loci** (art. 70, CPP) quanto **ratione materiae**.

7. Nos casos de infrações conexas, praticadas em locais diversos, não

INQ 4130 QO / PR

de ser observadas as regras de determinação do foro prevalente previstas no art. 78 do Código de Processo Penal, uma vez que a conexão e a continência importam em unidade de processo e julgamento.

8. A prevenção, nos termos do art. 78, II, c, do Código de Processo Penal, constitui critério residual de aferição da competência.

9. Não haverá prorrogação da competência do juiz processante - *alargando-a para que conheça de uma causa para a qual, isoladamente, não seria competente* -, se não estiverem presentes **i)** uma das hipóteses de conexão ou de continência (arts. 76 e 77, CPP) e **ii)** uma das hipóteses do art. 78, II, do Código de Processo Penal.

10. Como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, “a conexão intersubjetiva ou instrumental decorrente do simples encontro fortuito de prova que nada tem a ver com o objeto da investigação principal não tem o condão de impor o *unum et idem iudex*”. Do mesmo modo, “o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o *simultaneus processus*” (RHC nº 120.379/RO, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 24/10/14).

11. Ainda que o juízo de origem, com base nos depoimentos do imputado colaborador e nas provas por ele apresentadas, tenha decretado prisões cautelares e ordenado a quebra de sigilos bancário ou fiscal e a realização de busca e apreensão ou de interceptação telefônica, essas medidas, por si só, não geram sua prevenção, com base no art. 83 do Código de Processo Penal, caso devam ser primariamente aplicadas as regras de competência do art. 70 do Código de Processo Penal (local da consumação) ou do art. 78, II, a ou b, do Código de Processo Penal (determinação do foro prevalente, no caso de conexão ou continência).

12. Os ilícitos em apuração nos procedimentos encaminhados pelo juízo da 13ª Vara da Seção Judiciária do Paraná se referem, dentre outros fatos, a repasses de valores por empresa prestadora de serviços de informática na gestão de empréstimos consignados de servidores federais, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a utilização, em tese, de notas fiscais falsas e de empresas de fachada.

INQ 4130 QO / PR

13. Não há relação de dependência entre a apuração desses fatos e a investigação de fraudes e desvios de recursos no âmbito da Petrobras, a afastar a existência de conexão (art. 76, CPP) e de continência (art. 77, CPP) que pudessem ensejar o **simultaneus processus**, ainda que os esquemas fraudulentos possam eventualmente ter um operador comum e destinação semelhante (repasse de recursos a partido político ou candidato a cargo eletivo).

14. O fato de a polícia judiciária ou o Ministério Público Federal denominarem de “fases da operação Lava-jato” uma sequência de investigações sobre crimes diversos - *ainda que sua gênese seja a obtenção de recursos escusos para a obtenção de vantagens pessoais e financiamento de partidos políticos ou candidaturas* - não se sobrepõe às normas disciplinadoras da competência.

15. Nenhum órgão jurisdicional pode-se arvorar de juízo universal de todo e qualquer crime relacionado a desvio de verbas para fins político-partidários, à revelia das regras de competência.

16. A mesma razão (inexistência de conexão) que motivou o não reconhecimento da prevenção de Ministro da Suprema Corte que supervisiona a investigação de crimes relacionados à Petrobras estende-se ao juízo de primeiro grau.

17. Na determinação do foro prevalente, constata-se a existência de veementes indícios de que a suposta organização criminosa, ora investigada, estaria radicada em São Paulo, onde também teria sido emitida a maior parte das notas fiscais supostamente falsas e ocorrido a maior parte das movimentações e repasses de recursos, por meio de condutas que, em tese, poderiam tipificar crimes de lavagem de dinheiro.

18. Ademais, a denúncia já oferecida perante o Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República, contra investigado não detentor de prerrogativa de foro, por infração ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/13, descreve que esse crime se consumou em São Paulo (capital).

19. Considerando que o ilícito tipificado no art. 12.850/13 e a maior parte dos crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica se consumaram em São Paulo, justifica-se a atração de todos eles para a

INQ 4130 QO / PR

Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ressalvada a posterior apuração de outras infrações conexas que, por força das regras do art. 78 do Código de Processo Penal, justifiquem conclusão diversa quanto ao foro prevalente.

20. A questão de ordem se resolve no sentido do desmembramento do feito, a fim de que a investigação prossiga perante a Suprema Corte somente em relação à autoridade com prerrogativa de foro, com a consequente remessa de cópia dos autos à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, independentemente da publicação do acórdão, para livre distribuição, preservada a validade dos atos praticados na origem, inclusive medidas cautelares, dentre as quais a prisão preventiva de um dos investigados, tendo em vista a aplicação da teoria do juízo aparente (HC nº 81.260/ES, Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 19/4/02).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, preliminarmente, por maioria de votos, em manter o ato do Presidente quanto à livre distribuição dos autos, vencidos os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, que reconheciam a prevenção do Ministro Teori Zavascki. Em seguida, por unanimidade de votos e nos termos do voto do Relator, acordam os Ministros em resolver a questão de ordem no sentido do desmembramento do feito, a fim de que a investigação nesta Corte prossiga tão somente em relação à Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann. Em relação aos demais investigados, o Tribunal, por maioria de votos e nos termos do voto do Relator, assenta a competência da Seção Judiciária Federal do Estado de São Paulo e determina a extração de cópia integral dos autos e sua remessa para a livre distribuição no foro, com absoluta urgência, independentemente da publicação do acórdão, preservando-se a validade dos atos já praticados, vencidos, em menor

INQ 4130 QO / PR

extensão, o Ministro Roberto Barroso, que não se manifestou quanto ao juízo competente, e os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, que reconheciam a competência do Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Brasília, 23 de setembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: G H H
ADV.(A/S)	: RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: VERONICA ABDALLA STERMAN

QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

O Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet, pede a palavra para formular uma questão de ordem. Então, passo a palavra a Sua Excelência.

O SENHOR PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Ministros, a questão de ordem é simples. O Ministério Público apenas gostaria de sugerir a possibilidade de adiamento deste julgamento pelo fato de essa última decisão do Ministro Lewandowski ainda não ter sido comunicada, por intimação pessoal, ao Procurador-Geral da República, tornando a situação ainda não definitivamente resolvida com relação à relatoria do feito.

Então, a questão de ordem é simplesmente para sugerir o adiamento deste julgamento.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Eu, inicialmente, entendo que o fato de não ter havido a intimação da PGR em relação a esse último despacho do Ministro Presidente não inviabiliza o que trago a julgamento na Turma.

Consoante destacou o Presidente da Corte em sua manifestação, a determinação de livre redistribuição dos autos é um mero despacho de expediente, privativo da Presidência, sem juízo de valor capaz de lesar direito da parte e contra o qual não cabe recurso, nos termos do art. 504 do CPC e da jurisprudência da Casa. O pedido de reconsideração estaria superado por decisão superveniente em que se determinou a redistribuição livre do processo mediante sorteio entre todos os Ministros da Corte. Portanto, o eminente Presidente entendeu que não era o caso de agravo ou de se submeter a questão ao Plenário do Supremo Tribunal.

De qualquer sorte, ainda que assim não fosse, registro que, caso coubesse recurso daquela decisão, esse não teria efeito suspensivo da análise pela Corte da questão de ordem que ainda vou apresentar.

Aliás, incumbe-me registrar que a PGR foi cientificada deste julgamento, tendo, inclusive, recebido cópia em mídia de todo o procedimento por intermédio da Secretaria da Corte, em cumprimento ao Memorando 92/Secretaria Geral, de 6 de outubro de 2014, desta Suprema Corte.

Por isso, com o devido respeito ao dever de ofício da Procuradoria-Geral, eu rejeito a questão de ordem.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Também, Presidente, eu, respeitando a posição adotada pelo eminente Subprocurador, acompanho Vossa Excelência ao rejeitar a questão de ordem, porque considero que o ato do Presidente, como posto por ele mesmo, é um ato interno, administrativo. E ainda que o agravo fosse submetido ao processamento, não haveria limitação de ordem temporal, porque não há efeito suspensivo a isso, e a continuidade nas mãos de Vossa Excelência pela relatoria persistiria sem qualquer alteração, razão pela qual estou acompanhando Vossa Excelência.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO S/QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Também, acho que vou acompanhar Vossa Excelência, embora repete a questão colocada, especialmente a de fundo, questão extremamente relevante. Entendo que o tema poderá ser, a qualquer tempo ainda, se não houver devida intimação, discutido.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Sim, não há prejuízo de o próprio Procurador se dar por intimado daquela decisão e apresentar um recurso ao Plenário

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas já, também, adianto a Vossa Excelência que, em relação a essa outra questão que está sendo posta, vou, se for possível, antecipar o pedido de vista.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Eu vou proferir, então, meu voto e, depois, verificamos os encaminhamentos a serem tomados.

Por que eu trouxe diretamente à Turma este tema? Porque qualquer despacho proferido por mim monocraticamente no sentido de desmembrar ou não desmembrar e de, ao desmembrar, determinar eventualmente o foro competente daria ensejo a agravo à Turma por qualquer um dos interessados, seja o investigado, seja o Ministério Público.

Então, nós teríamos - e a preocupação do Ministro Teori procede, já há um denunciado que não tem foro e que está preso, que está denunciado e não tem um juízo sequer para a análise do recebimento ou não da denúncia ou de sua prisão -, nós teríamos, então, uma decisão monocrática que geraria intimação e prazo para agravo regimental, o qual viria à Turma.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Sim.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Em relação às medidas urgentes.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Sim. Em relação às medidas urgentes. Exatamente.

Então, até para abreviar esse iter processual de uma decisão

INQ 4130 QO / PR

monocrática que viria a ser agravada por qualquer uma das partes interessadas, eu trago diretamente à Turma o voto e, desde logo, também, até porque o Ministro **Gilmar** diz que fará pedido de vista, também coloco a questão se não seria o caso de, posteriormente, então, se indicar eventualmente que se levasse isso ao Pleno maior, para uma deliberação do conjunto da Corte.

Mas deixo isso apenas como um pensamento em voz alta, por enquanto.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Desculpa, Presidente, só para eu entender. Então Vossa Excelência cogita de esta matéria ser decidida pelo...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Não. Eu vou proferir primeiro meu voto.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Mas como o Ministro **Gilmar** disse que pedirá vista...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Antecipou o pedido de vista.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Antecipou. Eu fiz distribuir meu voto hoje, pela manhã, assim que o finalizei, como sempre faço, aos gabinetes de Vossas Excelências e também do Ministro **Celso**, que me ligou dizendo que gostaria muito de estar presente, diante da dimensão do julgamento, não só deste caso, como dos outros que estavam em pauta, mas que, por razões de saúde, ele não teria condições de estar hoje na Turma.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

V I S T A

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Acho que podemos dar providências cautelares, mas vou manter meu pedido de vista por conta da delicadeza do tema.

Eu não estou tão seguro, a despeito da segurança de Vossa Excelência e do ministro Teori, de que a questão se resolva de maneira tão clara, porque pode ser um caso de continência. Estamos falando de organização criminosa e, a rigor, é imputado a este cidadão o crime de organização criminosa. E é disso que se cuida e é isso que está sendo investigado. Isso teria base do art. 77, I, do Código de Processo Penal. Então, temos de ter muito cuidado, exatamente para não fragilizar essa discussão.

De modo que vou manter o pedido de vista, tendo em vista exatamente essa questão, além da discussão do tema ligado à conexão probatória. Mas bastaria isto, o elemento de conexão pelo tipo de crime, para que nós analisássemos. Aí não tem relevância se o crime envolveu a Petrobras, a Eletrobras, o Ministério do Planejamento, que é do que se cuida na espécie.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Até porque já houve sentenças.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Em meu próprio voto eu deixo em aberto essa questão, Ministro Gilmar. Mas a própria denúncia apresentada contra este acusado diz que

INQ 4130 QO / PR

os fatos ocorreram em São Paulo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Mas eu insisto, exatamente, nesses dois pontos: quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra - e isso nós temos hoje, em larga escala isso vem ocorrendo. De fato, é uma mesma forma de agir, é um mesmo procedimento, inclusive atores, ou autores, que participam das várias negociações, como estamos vendo neste caso. Isso em relação ao art. 76, III. E em relação à própria questão da organização criminosa, que é extremamente ampla.

De modo que, pedindo todas as vênias, vou insistir no pedido de vista para que examinemos isso com toda a largueza, tendo em vista a repercussão que qualquer decisão da Corte - e, aí, da Turma - terá sobre este caso.

Não se trata de dizer que um ou outro juiz é mais ou menos competente, mas nós sabemos que há diferença no curso das investigações que estão sendo conduzidas por equipes em vários lugares do país. Então, trata-se apenas de ter uma organização e método a propósito disso.

Eu tenho a impressão de que os próprios termos que a legislação usa, do CPP, que não é tão atualizada, se vale de conceitos jurídicos pouco determinados, não são precisos. Quando fala, por exemplo, da infração como elemento de continência, é algo muito amplo. E quando se trata da prova que justifica a conexão, idem.

O que é que nós temos hoje nesse caso? Temos um método de atuar que se revela em todos os casos. Nesse sentido, qual é a diferença entre o chamado "Petrolão" e o "Eletrolão"?

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Nem aqui, não seria um processo só.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Nem aqui, não seria um processo só.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Não. Aqui o Regimento Interno fala de prevenção, mas não se trata de reunião de processos também.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, mas aqui o Ministro disse que não houve prevenção.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Que é o que o Ministro Dias Toffoli vem trazendo e demonstrando não haver.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E eu acho que, no caso da conexão e da continência, isso foi afastado pelo despacho do Ministro-Presidente, quando ele determinou a livre distribuição, acatando os argumentos de Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - De prevenção.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

INQ 4130 QO / PR

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu tenho toda a condição de acompanhar o Ministro Dias Toffoli, que é como eu acho que realmente, no muito bem laçado voto que foi entregue, ele especifica. O Ministro Gilmar, no entanto, antes mesmo da leitura do voto, antecipou o pedido de vista, pelo que, em princípio, deixando a minha posição, que é favorável tanto ao que o Ministro Teori elucidou desde quando arguiu como agora no bem laçado voto do Ministro, eu estaria acompanhando. Mas, como o Ministro Gilmar antecipou, antes mesmo da leitura do voto, o pedido de vista, eu deixo a minha sinalização no sentido do Ministro Dias Toffoli e só não formalizo o voto em respeito ao pedido.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Veja que, no caso do Mensalão, tivemos um propósito de desmembramento de processo e, depois tivemos aquele fenômeno, que já até brinquei, que foi o tal de *remembrar* processo, tendo em vista as conexões.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Sim. Julgamos junto, ou pelo menos em forma reunida, não é?

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

PROPOSTA DE REMESSA AO PLENO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Ministro Toffoli, eu pergunto se, neste caso, Vossa Excelência não cogitaria de afetar ao Plenário, para julgarmos tudo lá, porque Vossa Excelência já levaria para reler esse brilhante voto, e resolveríamos isso de uma forma... Eu indago...

Ministro Teori, Ministro Gilmar, estou indagando ao Ministro Dias Toffoli, considerando até o peso desse julgamento para outros casos - o Ministro-Relator, que já sinalizou mesmo no início da sua fala, antes mesmo da leitura do voto -, se não seria o caso de afetar ao Plenário? E, para a decisão da questão de ordem, só especificamente, porque ela diz respeito a dado critério que não apenas foi adotado aqui, como pode ser adotado, como pode servir de sinalização, para outros casos... Porque aí, de toda sorte, dá tempo para o Ministro Gilmar fazer o voto, e Vossa Excelência já reapresentaria a todos os Ministros.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Por isso fiz questão de fazer a leitura do voto, que já estava até distribuído.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim. E Vossa Excelência releria.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Acho que a ponderação que a Ministra **Cármem** faz é pertinente Até porque, Ministro Gilmar, vamos supor que prevaleça a posição de Vossa Excelência. Como é que não há prevenção aqui e há prevenção lá? Como é que não há conexão aqui e há conexão lá? Como é que não há continência aqui e há continência lá?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E aí fica impossível.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E

INQ 4130 QO / PR

RELATOR):

Talvez seja melhor julgar tudo no Plenário.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Isso.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Julgar tudo no Plenário.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E julgar a questão de ordem, porque, depois, as outras questões são da nossa Turma.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI – CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É. Senão, teremos uma série de...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Aí eu indicaria já a afetação ao Pleno.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Afetando, a Secretaria da Sessão imediatamente põe. E aí dá tempo para o Ministro Gilmar já levar o voto dele. Isso faria com que...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

INQ 4130 QO / PR

Evidentemente que sem prejuízo de que lá alguém peça vista, porque isso faz parte da vida colegiada.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, claro. Mas, de toda sorte, pelo menos nós quatro, mais o presidente, que já se debruçou sobre o tema, já seria uma sinalização.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Minha preocupação é esta: já tendo o próprio presidente deliberado nesse sentido e havendo aqui um consenso, eu não veria a necessidade de levar isso ao Plenário; mas, diante de uma indicação de um colega no sentido de um eventual dissenso quanto a esta solução, e, como lembra Vossa Excelência, esse não é o único caso...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Não. Acho que é uma sinalização.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Outros existem, os quais o Ministro Teori está também decidindo no sentido...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E fica decidido, fortalecendo a posição do presidente, se for o caso.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

E se evita, talvez, de a Primeira Turma tomar uma decisão e a Segunda Turma tomar outra, na medida em que algum desses casos possa ir para a Primeira.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É. Outra.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Acho que é melhor levar, porque afeta imediatamente.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

INQ 4130 QO / PR

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Eu não afetei inicialmente.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Então, eu proclamaria, por hora, apenas e tão somente que a Turma deliberou no sentido de afetar, com urgência, ao Plenário, sem proclamar nenhum voto.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim, porque Vossa Excelência terá que rever o relatório e voto.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Então eu proclamo que, inicialmente, por unanimidade, a Turma rejeitou a questão de ordem formulada pela Procuradoria-Geral da República. Eu perguntaria, diante da afetação ao Plenário, podemos entender prejudicada aquela análise da questão de ordem?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – É. Fica prejudicada, porque vai ser decidido em Plenário.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu acho que, de toda sorte, como a questão é diferente, talvez o Presidente, tendo decidido como decidiu, pudesse manter, porque nós votamos no sentido de acompanhar Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Não, porque a alegação é de que não houve intimação. Isso pode ser formulado lá.

INQ 4130 QO / PR

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Está bem.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

Eu apenas apregoaria a afetação.

Apenas para fins de registro, então, a Procuradoria-Geral da República retirou a questão de ordem anteriormente formulada, o que foi homologado pela Turma.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : G H H

ADV.(A/S) : RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, diante da importância do feito, deliberou no sentido de afetar, com urgência, a questão de ordem ao Plenário. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 22.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: G H H
ADV.(A/S)	: RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Por intermédio do ofício nº 700000979874, o juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná encaminhou ao Supremo Tribunal Federal os procedimentos nºs 5040249-80.2015.4.04.7000 e 5040449-87.2015.4.04.7000 (inquérito) e 5042230-47.2015.4.04.7000 (busca e apreensão), com o seguinte fundamento:

“(...) [C]omo desdobramento das investigações da Operação Lavajato, foi identificado que a empresa Consist Software, prestadora de serviços de informática na gestão de empréstimos consignados dos servidores federais, o que obteve em decorrência de acordo celebrado no âmbito do Ministério do Planejamento, repassou quase cinquenta milhões de reais para os intermediadores Milton Pascowitch e Alexandre Correa de Oliveira Romano.

Os valores foram repassados a dezenas de empresas, várias com características de serem de fachada.

Há indícios de que, entre os beneficiários, encontram-se servidores do Ministério do Planejamento.

Incidentemente e supervenientemente, constatados indícios de que, entre as dezenas de beneficiários, encontra-se a Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann, o que teria ocorrido mediante a intermediação do escritório de advocacia de Curitiba.

INQ 4130 QO / PR

Diante dessa constatação, decidi acolher pedido do Ministério Público Federal e deferir declinação de competência para o Egrégio Supremo Tribunal Federal.”

Aduz aquele juízo que, a requerimento da autoridade policial e do Ministério Público Federal, decretou, em 17/8/15, a prisão preventiva de Alexandre Romano, por risco à ordem pública e à instrução, bem como pela existência de “diligências urgentes de colheita de prova (...) que podem ser prejudicadas caso a sua efetivação demore”.

Ponderou, por fim, que o conteúdo do procedimento nº 042230-47.2015.4.04.7000 (busca e apreensão) deve ser mantido em sigilo para os investigados, “para não prejudicar as diligências ali requeridas pela autoridade policial”.

A Procuradoria-Geral da República assim se manifestou:

“(...) ”

I – Síntese dos fatos.

Trata-se de feito oriundo da 13ª Vara da Justiça Federal (Autos n. 5042230-47.2015.4.04.7000) em que houve requerimento de remessa dos autos - e com urgência - ao Supremo Tribunal Federal diante da referência no bojo do procedimento de pessoa que é detentora de prerrogativa de foro na Suprema Corte.

Com efeito, relata-se no caso que, em decorrência dos acordos de colaboração premiada que celebraram com o MPF, MILTON PASCOWITCH e JOSÉ ADOLFO PASCOWITCH revelaram que, a pedido de JOÃO VACCARI NETO, celebraram por intermédio da empresa JAMP ENGENHEIROS ASSOCIADOS, contrato com empresas do Grupo CONSIST para operacionalizar o repasse de vantagens indevidas para o Partido dos Trabalhadores - PT.

Consta que, segundo JOÃO VACCARI havia

INQ 4130 QO / PR

revelado a MILTON PASCOWITCH, 'o Partido possuía um crédito junto a uma empresa [CONSIST] e que vinha apresentando problemas com um intermediário anterior de nome EDUARDO ROMANO [rectius, ALEXANDRE ROMANO]' (Termo de Colaboração n. 19). Para dissimular a verdadeira natureza da transação, foi celebrado entre a JAMP e a CONSIST contrato segundo o qual aquela intermediaria junto 'a alguns bancos para aderirem ao contrato que a CONSIST firmou com ABBC SINAPP, visando fornecimento do produto para gestão de margem consignável para os servidores públicos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento Gestão' (MPOG).

Não obstante a JAMP não tenha prestado quaisquer serviços à CONSIST, foram repassados a ela R\$ 15.000.000,00 mediante transferências bancárias efetuadas a partir das contas das empresas do Grupo Consist.

Com fulcro em tais fatos e a fim de angariar melhores provas acerca do esquema criminoso, foram requeridas medidas cautelares de busca e apreensão nos endereços da CONSIST (sem haver, até aí, qualquer indício de pessoa com prerrogativa de foro), bem como de prisão temporária de seu principal dirigente, PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT. O cumprimento dessas medidas cautelares, deferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, culminou com a realização da denominada Operação Pixuleco em 6.8.2015.

Ao ser ouvido, PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT reconheceu que 'quando da negociação do contrato junto ao MPOG e ao SINAP I ABBC, conforme já mencionado no termo de declarações anterior, lhe foi apresentado à pessoa de ALEXANDRE ROMANO, que teria atuado como Lobista' na concretização do referido contrato'. PABLO KIPERSMIT também revelou que ALEXANDRE ROMANO recebia cerca de 40% de todos os valores recebidos pela CONSIST em decorrência do citado contrato junto ao MPOG. Para receber tais valores,

INQ 4130 QO / PR

ALEXANDRE ROMANO indicava à CONSIST empresas e escritórios de advocacia, seus e de terceiros, aos quais foram repassados - mediante a emissão de notas fiscais, quase todas frias - mais de R\$ 40.000.000,00.

Também foram voluntariamente fornecidas pela defesa técnica de PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT perante o Ministério Público Federal em primeiro grau (e devidamente juntado aos autos) cópias das notas fiscais emitidas pelas diversas empresas indicadas por ALEXANDRE ROMANO, cujas principais informações seguem consolidadas em tabela descrita na manifestação perante o primeiro grau (cuja repetição ora não se faz necessária no bojo da presente manifestação).

Bipartem-se as empresas que receberam recursos da CONSIST:

a) as empresas nas quais ALEXANDRO ROMANO participa do quadro societário e, nessa condição, é diretamente beneficiário dos valores (*NGS TI SOLUTIONS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., SX COMUNICAÇÃO LTDA., LOGIX 8 PARTICIPAÇÕES LTDA., NEX CAPITAL CONSULTORIA ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., LINK CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., OLIVEIRA ROMANO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e INSTITUTO JOÃO BATISTA ROMANO*); e

b) as empresas pertencentes a terceiros, cujos reais beneficiários dos repasses oriundos da CONSIST ainda precisam ser identificados (*HGM TELECOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA., NJS CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., TEMA PROPAGANDAS S/S LTDA., CRLS CONFECÇÃO, CONSULTORIA E EVENTOS LTDA., JD2 CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., PORTANOVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, GUILHERME GONÇALVES & SACHA*

INQ 4130 QO / PR

RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, GONÇALVES, RAZUK, LEMOS & GABARDO ADVOGADOS e MARKCOM REPRODUÇÕES DIGITAIS LTDA., IN & OUT COMERCIAL ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.).

No contexto dessa apuração, houve representação pela realização de busca e apreensão em cada uma de suas sedes das empresas, assim como postulada a prisão temporária de ALEXANDRE ROMANO.

Tais medidas cautelares foram deferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (autos 5040249-80.2015.4.04.7000), sendo que os respectivos mandados foram cumpridos pela Polícia Federal no dia 13/08/15, na designada Operação 'PIXULECO 11'.

A partir dos documentos angariados nessas novas buscas e as declarações prestadas por testemunhas e investigados a partir de então, sobretudo pelo próprio ALEXANDRE ROMANO, foi possível identificar, além do previamente já citado JOÃO VACCARI NETO, uma série de outras pessoas físicas destinatárias dos recursos espúrios oriundos da CONSIST.

Ouvido perante a autoridade policial, ALEXANDRE ROMANO revelou que passou a atuar em favor da CONSIST, no ano de 2009, por indicação de LUIZ GUSHIKEN (já falecido). Teria sido este o motivo pelo qual, em abril de 2010, depois de começar a receber valores da CONSIST, que ALEXANDRE ROMANO novamente procurou GUSHIKEN, oferecendo-lhe como 'retribuição' pela indicação, *metade* do valor dos pagamentos que receberia da CONSIST.

Segundo ALEXANDRE ROMANO revelou, GUSHIKEN teria inicialmente sugerido que os pagamentos fossem direcionados a JOÃO VACCARI. ALEXANDRE ROMANO alegou que não concordou com esse repasse, motivo pelo qual GUSHIKEN 'lhe chamou novamente e lhe indicou duas empresas, o escritório de advocacia GUILHERME DE SALLES GONÇALVES e uma

INQ 4130 QO / PR

empresa de tecnologia, POLITEC, as quais seriam beneficiárias dos valores devidos a GUSHIKEN'.

Está bem detalhado na manifestação originária, e ora reiterado, que ROMANO expressamente afirmou, ainda, que o contrato somente foi firmado com GUILHERME por indicação de GUSHIKEN, 'não por conta da necessidade de um parecer' jurídico.

ALEXANDRE ROMANO reconheceu, ainda, que, a pedido de GUSHIKEN, indicou a empresa JD2 CONSULTORIA para que também recebesse valores da CONSIST. Segundo mencionado por GUSHIKEN, tais 'repasses' teriam sido feitos para 'ajudar na manutenção do acordo de cooperação firmado entre ABBC/SINAPP/MPOG'. Neste sentido, ALEXANDRE ROMANO reconheceu ter procurado em Brasília o sócio responsável pela empresa JD2 CONSULTORIA, chamado DÉRCIO, o qual mencionou que 'iria ajudar por meio do assessor do MPOG de nome VALTER CORREIA'.

Conforme revelam as notas fiscais acostadas no evento 2 dos autos 5040249-80.2015.404.7000, A JD2 CONSULTORIA recebeu, entre 2012 e 2015, mais de R\$ 7.000.000,00 da empresa CONSIST.

Referido por ALEXANDRE ROMANO, VALTER CORREIA DA SILVA foi chefe da Assessoria Especial para Modernização da Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de novembro de 2012 a fevereiro de 2015. Exerceu também no ministério o cargo de Secretário-Executivo Adjunto de fevereiro de 2011 a novembro de 2012 e o cargo de secretário de Gestão de 2005 a 2007. Decorre deste contexto que VALTER CORREIA efetivamente tinha as condições de prestar o 'auxílio' mencionado por ROMANO, ou seja, tinha condições de, recebendo valores em troca, fazer com que fosse renovado, no âmbito do Ministério do Planejamento, o termo de parceria entre a ABBC/SINAPP/CONSIST, o qual permanecesse vigente.

INQ 4130 QO / PR

Reitere-se que esse termo de parceria que possibilitou os recebimentos de valores pela CONSIST foi inicialmente assinado por DUVANIER PAIVA FERREIRA, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Nesta seara, é de se mencionar que muito embora tenha o então secretário falecido em 2012, sua esposa, CÁSSIA GOMES, recebeu 'valores ilícitos' da CONSIST a partir de estratégia desenvolvido por JOÃO VACCARI.

Com efeito, conforme revelado por MILTON e JOSÉ ADOLFO PASCOWITCH, houve repasse de recursos 'devidos' a JOÃO VACCARI em razão de contratos da CONSIST à empresa GOMES E GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA, no período de 12/2013 a 03/2014, que superaram R\$ 120.000,00.

A operação visou, segundo asseverado pelos colaboradores, a dar aparência de legalidade a uma 'ajuda' de VACCARI a pessoa ligada ao PT.

A corroborar suas afirmações, MILTON PASCOWITCH juntou nota fiscal expedida pela JAMP à GOMES E GOMES, de 6/12/2013, no valor de R\$ 30.000,00 brutos. A partir do afastamento do sigilo bancário da JAMP, do mesmo modo, vê-se que ela pagou R\$ 147.750,00 à GOMES E GOMES no período de 16/12/2013 a 26/9/2014. Não houve, para tanto, qualquer prestação de serviços.

(...)

Conforme informado pela autoridade policial em manifestação acostada aos autos 5040249-80.2015.404.7000 perante o Juízo de primeiro grau, a empresa GOMES & GOMES também recebeu valores repassados pelas empresas titularizadas por ALEXANDRE ROMANO.

Ainda no que tange aos pagamentos de vantagens indevidas intermediados por ALEXANDRE ROMANO, o investigado admitiu ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para a empresa CRLS CONSULTORIA, também indicada por GUSHIKEN,

INQ 4130 QO / PR

muito embora de propriedade de CARLOS ROBERTO CORTEGOSO. Segundo revelado por GUSHIKEN a ALEXANDRE ROMANO, esse 'seria um repasse para ajudar eles', ou seja, o PARTIDO DOS TRABALHADORES.

ALEXANDRE ROMANO também revelou ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para o escritório TORTANOVA ADVOGADOS. Tais transferências, embora não tenham sido relacionadas a serviços prestados à CONSIST, foram realizados a pedido de PAULO FERREIRA. Segundo reconhecido por ALEXANDRE ROMANO 'PAULO FERREIRA, ex-Secretário de Relações Institucionais do PT, lhe procurou, de forma autônoma, pedindo repasses ao escritório PORTANOVA para ajudá-lo. Disse ainda que 'PAULO FERREIRA já sabia do contrato da CONSIST porque o declarante já havia comentado com ele sobre o contrato, especialmente porque estava preocupado com a situação do contrato'.

Em primeiro grau também houve manifestação no sentido de que fosse necessária a continuidade de apuração dos fatos em relação aos sócios das empresas mencionadas.

Finalmente, **e no que se refere mais objetivamente ao tema que ensejou o pedido de deslocamento**, há notícia de que, quando da análise inicial dos materiais apreendidos na sede dos escritórios de GUILHERME DE SALLES GONÇALVES - inicialmente o GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS e, após o ano de 2014, GONÇALVES, RAZUK, LEMOS & GABARDO ADVOGADOS - **verificou-se a existência elementos de que, dentre outras pessoas, a Senadora da República pelo Estado do Paraná e filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, GLEISI HELENA HOFFMANN, pode ter sido beneficiada por repasses de valores oriundos da CONSIST.**

INQ 4130 QO / PR

(...)

II - Fundamentos.

Como está bastante claro no bojo do expediente em tela, todos os elementos de prova foram colhidos de forma fortuita e sem qualquer realização de atos de natureza investigatória em relação [à] detentora de foro (...).

Portanto, há que se reconhecer que foi absolutamente correto o procedimento de imediata remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.

Não há se olvidar que são reiterados os precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a investigação formal de detentores de foro por prerrogativa de função somente de forma excepcional deve implicar a reunião de outros agentes eventuais sem a mesma prerrogativa:

(...)

A partir do longo relato que se tem do presente feito, não há qualquer indicativo da necessidade de manutenção **de todo o feito** perante o Supremo Tribunal Federal diante da referência ao nome da Senadora GLEISI HOFFMANN no bojo da investigação que trata de muitos outros fatos que podem - e mais: devem - ser apurados imediatamente perante o juízo de primeiro grau.

Segundo já consignado em primeiro grau (e que ora se acolhe), todos os elementos de prova angariados até o presente momento, inclusive as próprias declarações prestadas por ALEXANDRE ROMANO, apontam no sentido de que o esquema criminoso [...] envolve o Ministério do Planejamento e a empresa CONSIST e [que se trata] de ilícitos que visam a beneficiar empresários (a exemplo de PABLO ALEJANDRO KIPERSMTT da CONSIST), operadores financeiros (dentre os quais ALEXANDRE ROMANO e MILTON PASCOWITCH), funcionários públicos (a exemplo de DUVANIER PAIVA

INQ 4130 QO / PR

FERREIRA e VALTER CORREIA DA SILVA) e pessoas ligadas a Partido Político que mantinham tais funcionários públicos em cargos elevados na administração pública (notadamente, no presente caso, os ex-tesoureiros e integrantes do Partido dos Trabalhadores como GUSHIKEN, JOÃO VACCARI NETO e PAULO FERREIRA).

Por ora, há indicativos mínimos de que, do que se apurou em sede originária, haveria um liame mínimo do esquema existente entre os desvios de recursos da Petrobras e estes da Consist, todos direcionados e coordenados inclusive por uma mesma pessoa, para fins de financiamento de campanhas eleitorais.

Em síntese, há se separar - com a máxima urgência - a investigação, para que se mantenha no Supremo Tribunal Federal apenas autuação em separado de petição (oculta, por ora) em que há referência ao nome da Senadora GLEISI HOFFMANN.

Há a urgência referida especialmente pela circunstância de que **ALEXANDRE ROMANO encontra-se preso preventivamente por ilícitos que praticou** e estão sujeitos ao primeiro grau de jurisdição, sendo necessário que, [caso] presentes os requisitos legais, seja denunciado no prazo legal (**vencimento do prazo no próximo dia 4 de setembro**), como também para que não haja descontinuidade nas medidas urgentes de investigação em relação aos demais agentes.

III – Conclusão.

Face ao exposto, o Procurador-Geral da República requer a urgente cisão do presente feito, remetendo-se ao Juízo da 13ª Vara Federal para a continuidade dos procedimentos cabíveis quanto aos demais envolvidos não detentores de prerrogativa de foro.

Em caso de deferimento da cisão, requer

INQ 4130 QO / PR

complementarmente autorização para que possa providenciar diretamente a remessa dos autos ao juízo *a quo* para as providências legais, comprometendo-se com a manutenção integral do sigilo do feito”.

O Ministro **Teori Zavascki**, então Relator, proferiu o seguinte despacho:

“1. Trata-se de procedimento criminal instaurado perante a 13ª Vara Federal de Curitiba no qual houve *‘declinação de competência ao Egrégio Supremo Tribunal Federal em decorrência da identificação de indícios de que a Senadora da República Gleisi Helena Hoffman seria beneficiária de valores de possível natureza criminosa’* (fls. 10-17).

Com vista dos autos, o Procurador-Geral da República manifestou-se nos seguintes termos (fls. 19-36):

(...)

Ao final, o Procurador-Geral da República requereu a cisão do procedimento criminal, mantendo-se nesta Corte apenas a investigação relacionada a detentores de prerrogativa de foro, com remessa dos demais procedimentos ao juízo de origem.

2. Nos autos da Petição 5700, instaurado a partir da homologação do acordo de colaboração premiada de Ricardo Pessoa (Pet 5.624), o Procurador-Geral da República apresentou manifestação pela redistribuição do processo, na consideração de que os fatos ali narrados não possuíam correlação com os supostos desvios de recursos em contratos da Petrobras, o que indica inexistência de conexão necessária, a autorizar a distribuição por prevenção (art. 69 do RISTF):

‘[...] no caso em tela, pretende-se a instauração de inquéritos para investigar fatos que, malgrado com indícios fortes de crime, em princípio não possuem correlação direta com as investigações relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras, conforme adiante será

INQ 4130 QO / PR

narrado.

Foi no contexto de sua colaboração premiada que Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio majoritário do grupo empresarial UTC e réu em ação penal proposta em razão dos fatos ilícitos desvendados no contexto da investigação criminal que se denominou 'Caso Lava Jato', declinou *complementarmente* fatos criminosos que foram praticados, em princípio, também por políticos com prerrogativa de foro no STF mas sem correlação, até onde se sabe no presente momento, com as fraudes da Petrobras.

Todos os casos relacionados com a denominada Operação Lava Jato no âmbito do Supremo Tribunal são distribuídos a Vossa Excelência, Ministro Teori Zavascki, prevento na apuração dos feitos que sejam vinculados a ela. Entretanto, no caso em tela (*tal como já aconteceu no bojo do Inquérito n. 3.996, que foi redistribuído por conexão e prevenção ao Ministro Marco Aurélio, Relator do Inquérito n. 3.515*), não há prevenção de Vossa Excelência para, necessariamente, conduzir as apurações em sede de inquérito. Há se fazer nova distribuição adotando-se critério aleatório, circunstância que não impedirá, de forma eventual, distribuição para essa relatoria, mas de forma autônoma (e não por dependência)'.

3. Realmente, a fixação da competência por conexão está prevista no art. 76, I a III, do Código de Processo Penal e tem como finalidade principal racionalizar a apuração dos fatos, evitar decisões contraditórias em situações correlatas, permitir a análise do processo com maior amplitude e, principalmente, facilitar o exame e a colheita da prova. Nesse sentido, o encontro de evidências enquanto se persegue uma linha investigatória não implica, por si só, nenhuma das modalidades de conexão previstas na lei processual. É dizer: *'o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o simultaneus processus'* (RHC 120379, Relator o Ministro **Luiz Fux**, Primeira

INQ 4130 QO / PR

Turma, DJe 26/08/14).

4. Situação análoga à da PET 5700, os fatos descritos neste procedimento também não mostram relação de pertinência imediata com as demais investigações já em andamento sob minha relatoria, notadamente com as relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras (fl. 44), o que evidencia, em princípio, a inexistência de conexão necessária, a significar que não se fazem presentes os requisitos para distribuição por prevenção (art. 69 do RISTF).

5. Por essas razões, submeto o caso à Presidência desta Corte, para análise de possível redistribuição do presente procedimento.”

Os autos foram, então, remetidos à Presidência do Supremo Tribunal Federal, que ordenou sua livre redistribuição, ensejando a submissão do feito à minha relatoria.

A Procuradoria-Geral da República, pela petição nº 45.398/15 – STF, requereu a reconsideração do despacho proferido pelo Ministro **Teori Zavascki** ou, alternativamente, o processamento do pedido como agravo regimental, **in verbis**:

“(…)

I - Síntese dos fatos.

Em pedido formulado pelo Ministério Público Federal de cisão do feito em relação a Gleisi Helena Hoffman, Vossa Excelência assim decidiu:

‘Realmente, a fixação da competência por conexão está prevista no art. 76, I a III, do Código de Processo Penal e tem como finalidade principal racionalizar a apuração dos fatos, evitar decisões contraditórias em situações correlatas, permitir a análise do processo com maior amplitude e, principalmente, facilitar o exame e a colheita da prova. Nesse sentido, o encontro de evidências

INQ 4130 QO / PR

enquanto se persegue uma linha investigatória não implica, por si só, nenhuma das modalidades de conexão previstas na lei processual. É dizer: ‘o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o **simultaneus processus**’ (RHC 120379, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 26/08/2014).

Situação análoga à da PET 5700, os fatos descritos neste procedimento também não mostram relação de pertinência imediata com as demais investigações já em andamento sob minha relatoria, notadamente com as relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras (fl.1 44), o que evidencia, em princípio, a inexistência de conexão necessária, a significar que não se fazem presentes os requisitos para distribuição por prevenção (art. 69 do RISTF).

Por essas razões, submeto o caso à Presidência desta Corte, para a análise de possível redistribuição do presente procedimento’.

II — Fundamentos.

Respeitosamente, a Procuradora-Geral da República em exercício entende que merece reconsideração a decisão em tela, porque: a) há indicativos no caso em tela de conexão probatória; b) a situação diverge do paradigma invocado da PET 5700.

Veja-se que foi expressamente referido[:]

‘Trata-se de feito oriundo da 13ª Vara da Justiça Federal (Autos n. 5042230-47.2015.4.04.7000) em que houve requerimento de remessa dos autos — e com urgência — ao Supremo Tribunal Federal diante da referência no bojo do procedimento de pessoa que é detentora de prerrogativa de foro na Suprema Corte.

Com efeito, relata-se no caso que, em decorrência dos acordos de colaboração premiada que celebraram com o

INQ 4130 QO / PR

MPF, **MILTON PASCOWITCH** e **JOSÉ ADOLFO PASCOWITCH** revelaram que, a pedido de **JOÃO VACCARI NETO**, celebraram por intermédio da empresa **JAMP ENGENHEIROS ASSOCIADOS**, contrato com empresas do Grupo **CONSIST** para operacionalizar o repasse de vantagens indevidas para o Partido dos Trabalhadores — **PT**.

Consta que, segundo **JOAO VACCARI** havia revelado a **MILTON PASCOWITCH**, ‘o Partido possuía um crédito junto a uma empresa **CONSIST** e que vinha apresentando problemas com um intermediário anterior de nome **EDUARDO ROMANO**, rectius, **ALEXANDRE ROMANO**’ (Termo de Colaboração n. 19).

Para dissimular a verdadeira natureza da transação, foi celebrado entre a **JAMP** e a **CONSIST** contrato segundo o qual aquela intermediária junto ‘a alguns bancos para aderirem ao contrato que a **CONSIST** firmou com **ABBC SINAPP**, visando fornecimento do produto para gestão de margem consignável para os servidores públicos no âmbito do **Ministério do Planejamento, Orçamento Gestão**’ (MPOG).

Não obstante a **JAMP** não tenha prestado quaisquer serviços à **CONSIST**, foram repassados a ela R\$ 15.000.000,00 mediante transferências bancárias efetuadas a partir das contas das empresas do Grupo **Consist**.

Com fulcro em tais fatos e a fim de angariar melhores provas acerca do esquema criminoso, foram requeridas medidas cautelares de busca e apreensão nos endereços da **CONSIST** (sem haver, até aí, qualquer indício de pessoa com prerrogativa de foro), bem como de prisão temporária de seu principal dirigente, **PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT**. O cumprimento dessas medidas cautelares, deferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, culminou com a realização da denominada Operação **Pixuleco** em 6.8.2015.

Ao ser ouvido, **PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT**

INQ 4130 QO / PR

reconheceu que ‘quando da negociação do contrato junto ao MPOG e ao SINAP/ABBC, conforme já mencionado no termo de declarações anterior, lhe foi apresentado à pessoa de ALEXANDRE ROMANO, que teria atuado como ‘lobista’ na concretização do referido contrato’. PABLO KIPERSMIT também revelou que ALEXANDRA ROMANO recebia cerca de 40% de todos os valores recebidos pela CONSIST em decorrência do citado contrato junto ao MPOG. Para receber tais valores, ALEXANDRE ROMANO indicava à CONSIST empresas e escritórios de advocacia, seus e de terceiros, aos quais foram repassados — mediante a emissão de notas fiscais, quase todas frias — mais de **R\$ 40.000.000,00**.

Também foram voluntariamente fornecidas pela defesa técnica de PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT perante o Ministério Público Federal em primeiro grau (e devidamente juntado aos autos) cópias das notas fiscais emitidas pelas diversas empresas indicadas por ALEXANDRE ROMANO, cujas principais informações seguem consolidadas em tabela descrita na manifestação perante o primeiro grau (cuja repetição ora não se faz necessária no bojo da presente manifestação).

Bipartem-se as empresas que receberam recursos da CONSIST:

a) as empresas nas quais ALEXANDRO ROMANO participa do quadro societário e, nessa condição, é diretamente beneficiário dos valores (NGS TI SOLUTIONS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., SX COMUNICAÇÃO LTDA., LOGIX 8 PARTICIPAÇÕES LTDA., NEX CAPITAL CONSULTORIA ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., LINK CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., OLIVEIRA ROMANO SOCIEDADE DE ADVOGADOS e INSTITUTO JOÃO BATISTA ROMANO); e

b) as empresas pertencentes a terceiros, cujos reais

INQ 4130 QO / PR

beneficiários dos repasses oriundos da CONSIST ainda precisam ser identificados (HGM TELECOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA., NJS CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., TEMA PROPAGANDAS S/S LTDA., CRLS CONFECÇÃO, CONSULTORIA E EVENTOS LTDA., JD2 CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., PORTANOVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, GONÇALVES, RAZUK, LEMOS & GABARDO ADVOGADOS e MARKCOM REPRODUÇÕES DIGITAIS LTDA., IN & OUT COMERCIAL ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.).

No contexto dessa apuração, houve representação pela realização de busca e apreensão em cada uma de suas sedes das empresas, assim como postulada a prisão temporária de ALEXANDRE ROMANO.

Tais medidas cautelares foram deferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (autos 5040249-80.2015.4.04.7000), sendo que os respectivos mandados foram cumpridos pela Polícia Federal no dia 13/08/15, na designada Operação 'PIXULECO 11'.

A partir dos documentos angariados nessas novas buscas e as declarações prestadas por testemunhas e investigados a partir de então, **sobretudo pelo próprio ALEXANDRE ROMANO, foi possível identificar, além do previamente já citado JOÃO VACCARI NETO, uma série de outras pessoas físicas destinatárias dos recursos espúrios oriundos da CONSIST.**

Ouvido perante a autoridade policial, ALEXANDRE ROMANO revelou que passou a atuar em favor da CONSIST, no ano de 2009, por indicação de LUIZ GUSHIKEN (já falecido). Teria sido este o motivo pelo qual, em abril de 2010, depois de começar a receber valores da CONSIST, que ALEXANDRE ROMANO

INQ 4130 QO / PR

novamente procurou GUSHIKEN, oferecendo-lhe como ‘retribuição’ pela indicação, metade do valor dos pagamentos que receberia da CONSIST.

Segundo ALEXANDRE ROMANO revelou, GUSHIKEN teria inicialmente sugerido que os pagamentos fossem direcionados a JOÃO VACCARI. ALEXANDRE ROMANO alegou que não concordou com esse repasse, motivo pelo qual GUSHIKEN *‘lhe chamou novamente e lhe indicou duas empresas, o escritório de advocacia GUILHERME DE SALLES GONÇALVES e uma empresa de tecnologia, POLITEC, as quais seriam beneficiárias dos valores devidos a GUSHIKEN’*.

Está bem detalhado na manifestação originária, e ora reiterado, que ROMANO expressamente afirmou, ainda, que o contrato somente foi firmado com GUILHERME por indicação de GUSHIKEN[,] ‘não por conta da necessidade de um parecer’ jurídico.

ALEXANDRE ROMANO reconheceu, ainda, que, a pedido de GUSHIKEN, indicou a empresa JD2 CONSULTORIA para que também recebesse valores da CONSIST. Segundo mencionado por GUSHIKEN, tais ‘repasses’ teriam sido feitos para ‘ajudar na manutenção do acordo de cooperação firmado entre ABBC/SINAPP/MPOG’. Neste sentido, ALEXANDRE ROMANO reconheceu ter procurado em Brasília o sócio responsável pela empresa JD2 CONSULTORIA, chamado DÉRCIO, o qual mencionou que ‘iria ajudar por meio do assessor do MPOG de nome VALTER CORREIA’.

Conforme revelam as notas fiscais acostadas no evento 2 dos autos 5040249-80.2015.404.7000, A JD2 CONSULTORIA recebeu, entre 2012 e 2015, mais de R\$ 7.000.000,00 da empresa CONSIST.

Referido por ALEXANDRE ROMANO, VALTER CORREIA DA SILVA foi chefe da Assessoria Especial para Modernização da Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de novembro de 2012 a fevereiro de

INQ 4130 QO / PR

2015. Exerceu também no ministério o cargo de Secretário-Executivo Adjunto de fevereiro de 2011 a novembro de 2012 e o cargo de secretário de Gestão de 2005 a 2007. Decorre deste contexto que VALTER CORREIA efetivamente tinha as condições de prestar o 'auxílio' mencionado por ROMANO, ou seja, tinha condições de, recebendo valores em troca, fazer com que fosse renovado, no âmbito do Ministério do Planejamento, o termo de parceria entre a ABBC/SINAPP/CONSIST, o qual permanecesse vigente.

Reitere-se que esse termo de parceria que possibilitou os recebimentos de valores pela CONSIST foi inicialmente assinado por DUVANIER PAIVA FERREIRA, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Nesta seara, é de se mencionar que muito embora tenha o então secretário falecido em 2012, sua esposa, CÁSSIA GOMES, recebeu 'valores ilícitos' da CONSIST a partir de estratégia desenvolvida por JOÃO VACCARI.

Com efeito, conforme revelado por MILTON e TOSE ADOLFO PASCOWITCH, houve repasse de recursos 'devidos' a JOÃO VACCARI em razão de contratos da CONSIST à empresa GOMES E GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA, no período de 12/2013 a 03/2014, que superaram R\$ 120.000,00.

A operação visou, segundo asseverado pelos colaboradores, a dar aparência de legalidade a uma 'ajuda' de VACCARI a pessoa ligada ao PT.

A corroborar suas afirmações, MILTON PASCOWITCH juntou nota fiscal expedida pela JAMP à GOMES E GOMES, de 6/12/2013, no valor de R\$ 30.000,00 brutos. A partir do afastamento do sigilo bancário da JAMP, do mesmo modo, vê-se que ela pagou R\$ 147.750,00 à GOMES E GOMES no período de 16/12/2013 a 26/9/2014. Não houve, para tanto, qualquer prestação de serviços.

INQ 4130 QO / PR

A própria CÁSSIA GOMES, ao prestar declarações perante a Polícia Federal, reconheceu que:

‘foi JOÃO VACCARI NETO quem sugeriu a declarante que montasse a empresa GOMES & GOMES PROMOÇÕES DE EVENTOS E CONSULTORIA LTDA. ME, com a promessa que iria ajudar nos negócios; QUE JOÃO VACCARI NETO, por amizade a seu falecido marido e após a sua morte, sugeriu a constituição da empresa no ramo de eventos, que era uma área em que a declarante tinha experiência, pois atuou na CUT nesta área; QUE JOÃO VACCARI NETO indicou, então, JOSE ADOLFO PASCOWITCH, que tinha, salvo engano, um escritório de arquitetura no Bairro Pinheiros, em São Paulo/SP, denominado JAMP ENGENHARIA; [...] QUE JOSE ADOLFO PASCOWITCH depositou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês na conta da empresa GOMES & GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA LTDA., durante alguns meses; QUE essa seria a ajuda que JOÃO VACCARI NETO iria fazer, ou seja, iria depositar R\$ 30.000,00 por mês na conta da declarante, que apenas precisava emitir uma nota fiscal eletrônica por mês; QUE a empresa da declarante não precisava prestar quaisquer serviços, pois, segundo JOÃO VACCARI NETO, isso seria uma doação de sua vontade; QUE JOÃO VACCARI NETO disse que precisa das notas fiscais apenas para justificar as doações à empresa [...]’.

Conforme informado pela autoridade policial em manifestação acostada aos autos 5040249-80.2015.404.7000 perante o Juízo de primeiro grau, a empresa GOMES & GOMES também recebeu valores repassados pelas

INQ 4130 QO / PR

empresas titularizadas por ALEXANDRE ROMANO.

Ainda no que tange aos pagamentos de vantagens indevidas intermediados por ALEXANDRE ROMANO, o investigado admitiu ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para a empresa CRLS CONSULTORIA, também indicada por GUSHIKEN, muito embora de propriedade de CARLOS ROBERTO CORTEGOSO. Segundo revelado por GUSHIKEN a ALEXANDRE ROMANO, esse 'seria um repasse para 'ajudar eles', ou seja, o PARTIDO DOS TRABALHADORES'.

ALEXANDRE ROMANO também revelou ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para o escritório 'PORTANOVA ADVOGADOS'. Tais transferências, embora não tenham sido relacionadas a serviços prestados à CONSIST, foram realizados a pedido de PAULO FERREIRA. Segundo reconhecido por ALEXANDRE ROMANO 'PAULO FERREIRA, ex-Secretário de Relações Institucionais do PT, lhe procurou, de forma autônoma, pedindo repasses ao escritório PORTANOVA para ajudá-lo'. Disse ainda que 'PAULO FERREIRA já sabia do contrato da CONSIST porque o declarante já havia comentado com ele sobre o contrato, especialmente porque estava preocupado com a situação do contrato'.

Em primeiro grau também houve manifestação no sentido de que fosse necessária a continuidade de apuração dos fatos em relação aos sócios das empresas mencionadas.

Finalmente, **e no que se refere mais objetivamente ao tema que ensejou o pedido de deslocamento**, há notícia de que, quando da análise inicial dos materiais apreendidos na sede dos escritórios de GUILHERME DE SALLES GONÇALVES - inicialmente o GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS e, após o ano de 2014, GONÇALVES,

INQ 4130 QO / PR

RAZUK, LEMOS & GABARDO ADVOGADOS - verificou-se a existência elementos de que, dentre outras pessoas, a Senadora da República pelo Estado do Paraná e filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, GLEISI HELENA HOFFMANN, pode ter sido beneficiada por repasses de valores oriundos da CONSIST.

Acolhendo manifestação ministerial em primeiro grau, o MM. Juiz Federal da 13ª Vara Federal em Curitiba/PR decidiu no seguinte sentido (excertos):

[...] 6. Milton Pascowitch, em acordo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal, declarou que intermediou o pagamento de propinas da Engevix Engenharia, Hope Recursos Humanos e Personal Service em contratos da Petróleo Brasileiro S/A Petrobras para dirigentes daquela empresa, como o Diretor de Serviços Renato de Souza Duque.

7. No âmbito do acordo, **também declarou que intermediou propina de cerca de doze milhões de reais da empresa Consist Software para João Vaccari Neto**, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores PT.

8. No desenvolvimento das apurações, identificado outro operador que intermediava propinas da Consist Software, o advogado **Alexandre Corrêa de Oliveira Romano, que teria recebido cerca de trinta e sete milhões de reais de empresas do Grupo Consist (...).**

22. Na busca e apreensão realizada no escritório de advocacia de Guilherme Gonçalves, **foram colhidos documentos que indicam que os valores recebidos da Consist teriam sido em parte utilizados para efetuar pagamentos em favor da Senadora Gleisi Hoffmann** (fl. 13 da representação policial).

INQ 4130 QO / PR

23. Assim, por exemplo, planilha de fevereiro de 2015 apreendida no escritório de Guilherme Gonçalves revela que, do assim denominado 'Fundo Consist', com crédito de R\$ 50.078,00, foram efetuados diversos lançamentos de débitos em favor da Senadora e de pessoas a ela ligadas (evento 1, anexo3, p. 4 do arquivo, p. 37 do documento da apreensão).

24. Consta, por exemplo, na planilha débito de R\$ 1.344,51, a título de pagamento de multa relacionada ao nome da própria Senadora, e débitos relacionados a Zeno Minuzzo. E Hernany Bruno Mascarenhas, pessoas a ela ligadas segundo a autoridade policial. Em um dos lançamentos de débito junto ao nome de Hernany, consta a anotação 'salário motorista cheque 828'. enquanto no outro, 'Diversos PT, PB, Gleisi'.

25. Segundo levantado pela autoridade policial, Hernany Mascarenhas prestaria serviços de motorista à Senadora, enquanto Zeno Minuzzo teria sido secretário de finanças do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores.

26. Em outro documento apreendido, constam indícios de que o referido Hernany era remunerado pelo 'Fundo Consist' administrado por Guilherme Gonçalves desde pelo menos 10/2011 (fls 15 e 16 da representação policial).

27. Em outro documento apreendido, consta anotação de que, do pagamento de cinquenta mil reais de honorários pela Consist a Guilherme em 29/09/2011, ele teria acertado com o ex-Ministro Paulo Bernardo, marido de Gleisi Hoffmann, que ficaria, desta feita, com todo o montante. Transcreve-se a anotação (evento 1, anexo 21, p. 29):

'Referente à diferença de 35.700,00 que foi

INQ 4130 QO / PR

retirados [sic] dos honorários de setembro/2011 dos 60.000,00. O Guilherme acertou com o Paulo Bernardo que ficaria com honorários no valor de R\$ 50.000,00. 35.700,00 entrou direto da Consist e o restante 14.300,00 foi transferido do fundo para a c/c 2 do Guilherme.'

28. A anotação em questão, revelando que Guilherme precisaria da concordância de terceiro para ficar com os honorários pagos pela Consist, indica que os valores não se tratavam (sic) de fato de honorários.

29. Ouvido no inquérito. Guilherme Gonçalves alegou que utilizava recursos recebidos a título de honorários advocatícios da Consist para pagar despesas de clientes do escritório, como da referida Senadora ou de pessoas a ela ligadas.

Afirmou que os débitos seriam relativos a 'despesas urgentes' dos clientes, mas também esclareceu que nenhuma dessas 'despesas urgentes' teria sido, posteriormente, ressarcida pelos clientes ou mesmo por ele cobrada.

30. Assim, as provas, em cognição sumária, revelam, em síntese:

a) que a Consist foi escolhida para prestar serviços de informática no âmbito do acordo técnico entre o Ministério do Planejamento e a ABBC e SINAPP para gestão de margem consignável em folha de pagamento dos servidores públicos federais;

b) que parte expressiva da remuneração da Consist, de até 40% do faturamento líquido obtida com o contrato, foi repassada, sem causa lícita aparente, a intermediadores como Alexandre Romano e Milton Pascowitch, sendo posteriormente direcionada a dezenas de empresas de fachada;

c) que parte expressiva da remuneração da

INQ 4130 QO / PR

Consist, cerca de 9,6%) do faturamento líquido, foi repassada, por solicitação de Alexandre Romano, ao advogado Guilherme Gonçalves, em Curitiba, que, por sua vez, utilizou esses mesmos recursos para pagamentos associados à Senadora da República Gleisi Hoffmann.

31. Havendo indícios de que autoridade com foro privilegiado seria beneficiária de pagamentos sem causa, é o caso de acolher o requerimento da autoridade policial e do MPF e remeter o feito para o Egrégio Supremo Tribunal Federal.

32. Como, porém, a referida Senadora é, aparentemente, apenas uma das beneficiárias de pagamentos sem causa efetuados a dezenas de outras pessoas (conforme rol de mais de uma dezenas de empresas no item 13 da decisão anexa), de todo oportuno que, se assim for este o entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, o processo seja desmembrado, possibilitando a continuidade da investigação e da persecução, perante este Juízo, dos investigados destituídos de foro privilegiado.

(...)

37. Assim, determino a remessa do presente feito, do processo 504024980.2015.4.04.7000 e do inquérito 504044987.2015.4.04.7000 (IPL 1826/2015), em tramite perante este juízo e que abrangem todos os supostos crimes envolvendo os repasses da Consist Software, ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, especificamente ao eminente Ministro Teori Zavascki, prevento para os feitos relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

38. Como já adiantado, importa destacar que os fatos foram descobertos em desdobramento natural das investigações na assim denominada Operação Lavajato e há possíveis ligações com outros fatos

INQ 4130 QO / PR

apurados no âmbito da referida investigação. pois. como bem apontado pelo MPF, o escritório de Alexandre Romano também recebeu depósitos vultosos das empreiteiras investigadas no âmbito da Operação Lavajato[,] assim como o próprio Milton Pascowitch'' (*grifos e destaques nossos*).

Como está expresso acima, e com a devida *venia*, **há a demonstração de um liame mínimo de conexão dos pagamentos dos valores envolvendo as propinas da PETROBRAS 'administradas' por JOÃO VACCARI e estas envolvendo a CONSIST.**

Está nos autos que, segundo JOÃO VACCARI havia revelado a MILTON PASCOWITCH, **'o Partido possuía um crédito junto a uma empresa [CONSIST] e que vinha apresentando problemas com um intermediário anterior de nome EDUARDO ROMANO (rectius, ALEXANDRE ROMANO)'** (Termo de Colaboração n. 19).

Este procedimento de 'créditos' e 'débitos' com valores recebidos estão dentro de um contexto bastante similar do esquema central e modus operandi das condutas sobretudo de JOÃO VACCARI (ponto de referência na captação dos valores ilícitos), que, do que provado até o presente momento, era o responsável por toda esta 'contabilidade' de recursos espúrios *também* da Petrobras e de outras empresas ligadas ao Ministério de Minas e Energia. Entende-se que há indicativos suficientes e iniciais (que se pode analisar no decorrer das investigações) **de uma conexão probatória fundamental envolvendo a 'contabilidade' (e verdadeira 'mistura') dos valores espúrios de propinas. Ou seja, nota-se que o caso acima envolve muitos dos mesmos operadores de toda a Operação Lava jato, especialmente JOÃO VACCARI e MILTON PASCOWITCH, **dentro de um procedimento *padrão e único* de captação de valores ilícitos, todos interligados umbilicalmente.****

Já nas duas situações envolvendo *parte dos mencionados*

INQ 4130 QO / PR

(dois parlamentares federais) na PET 5700 a situação era diversa. No caso envolvendo o pagamento de valores ‘por fora’ para campanhas políticas efetivamente **não havia indicação** (e como dito, até o ‘presente momento’) **de conexão** com os fatos das fraudes da Petrobras ou empresas e também do ‘esquema’ adotado de cobrança de valores mediante uma ‘contabilidade’, com créditos e débitos. O colaborador RICARDO PESSOA admitiu a prática dos pagamentos, mas estes valores não estavam ligados às propinas em si, embora provenientes *igualmente* do seu ‘caixa 2’.

Note-se que o colaborador deixou expresso que, dentro do esquema apurado na Lava Jato, RICARDO PESSOA referia que os valores pagos a título de propina eram ‘descontados’ da ‘conta-corrente’ que mantinha com o Partido dos Trabalhadores.

Já na hipótese dos dois parlamentares federais citados na PET 5700, exatamente por não haver este liame, não referiu a existência destas compensações. Além disto, atente-se que o procedimento em relação a ambos foi idêntico, sendo um dos parlamentares vinculado a partido diverso, o PSDB.

Portanto, **não havia este liame acerca do *modus operandi* de RICARDO PESSOA no pagamento dos valores de propinas e de financiamento de campanhas ‘com parte por fora’**. Reforçando o que dito acima, reporta-se novamente a excertos do que foi dito textualmente pelo colaborador, indicando claramente que não haveria a conexão com as propinas ou do *procedimento adotado nos pagamentos do esquema da Lava Jato* (Termo de Declarações n. 29, anexo 10, DOAÇÕES POLÍTICAS E BENESSES):

‘[...] QUE, indagado se já realizou outras doações políticas valendo-se do sistema de caixa dois ou utilizando dinheiro em espécie respondeu que sim, podendo citar o caso do então candidato ALOISIO MERCADANTE com quem esteve em sua casa no Alto de Pinheiros e conversaram sobre doações políticas; QUE, também estavam presentes nessa reunião na casa de

INQ 4130 QO / PR

ALOISIO MERCADANTE as pessoas de EMÍDIO PEREIRA DE SOUZA, na época coordenador da campanha de ALOISIO MERCADANTE ao Governo do Estado de São Paulo em 2010, e o presidente da CONSTRAN, JOÃO SANTANA; QUE, ALOISIO MERCADANTE naquela oportunidade presenteou o declarante com um livro; QUE, ficou acertado que a doação seria de R\$ 500 mil reais; QUE, EMÍDIO solicitou ao declarante que fizesse a doação oficial no valor de R\$ 250 mil e o restante fosse dado em espécie; QUE, os R\$ 250 mil dados em espécie saiu do caixa dois do Grupo UTC; QUE, só existe caixa dois na UTC; QUE, esses valores de caixa dois foram viabilizados por meio do escritório de advocacia ROBERTO TROMBETA conforme já detalhado no termo 20;

QUE, ALOISIO MERCADANTE presenciou o pedido de pagamento da parcela em espécie mas não fez nenhum comentário; QUE, EMÍDIO não explicou porque precisava da quantia em espécie; QUE, também visitou o candidato ao governo do Estado de Minas Gerais nas eleições de 2010, HÉLIO COSTA, em seu escritório político situado em Belo Horizonte; QUE, quem fez a intermediação foi o captador de recursos para a campanha de HÉLIO COSTA, cujo nome não se recorda sabendo apenas que o sobrenome era GUIMARÃES; QUE, GUIMARÃES não tinha cargo público[,] atuando no ramo privado; QUE, nesse caso foi acertada a doação de R\$ 500 mil reais; QUE, GUIMARÃES solicitou que a doação fosse feita da seguinte forma: R\$ 250 mil reais de forma oficial e os outros R\$ 250 mil em espécie; QUE, essa tratativa foi presenciada pelo então candidato HÉLIO COSTA; QUE, neste momento, mostrada a fotografia da pessoa de IVAN GUIMARÃES, ex-presidente do Banco Popular, o declarante o reconheceu como sendo a pessoa anteriormente referida como 'GUIMARÃES';

[...] QUE, no caso da campanha ao Senado de

INQ 4130 QO / PR

ALUISIO NUNES FERREIRA em 2010, o declarante compareceu ao escritório político desse candidato, localizado na Avenida 9 de julho, próximo ao centro, cidade de São Paulo-SP, e acertou a doação de R\$ 500 mil reais; QUE, não se recorda quem fez a intermediação com ALUISIO NUNES FERREIRA; QUE, ALUISIO NUNES FERREIRA solicitou que o pagamento fosse feito da seguinte forma: R\$ 300 mil reais oficialmente e R\$ 200 mil reais em dinheiro; QUE, estavam na sala apenas o declarante, o candidato e JOÃO SANTANA, presidente da CONSTRAN; QUE, não se recorda como foi a entrega do valor em espécie, sabendo apenas que o dinheiro utilizado é proveniente do caixa dois da UTC e que, nos moldes já descritos, teve a participação do escritório de advocacia ROBERTO TROMBETA; QUE, o declarante não acreditava na vitória de ALUISIO NUNES FERREIRA mas sabia que ele era uma pessoa influente no PSDB e que ALUISIO NUNES FERREIRA "era [um] ministeriável sempre[...]".

Embora dito que, no caso, ‘todos os elementos de prova foram colhidos de forma fortuita e sem qualquer realização de atos de natureza investigatória em relação a detentora de foro em primeiro grau’, há, aqui, elementos conectivos que revelam a necessidade de apuração conjunta dos fatos exatamente pela indicação objetiva de que era o *modus operandi* de captação de recursos, sem deixar de repisar que se está em juízo bastante inicial de análise dos elementos probatórios.

III – Conclusão.

Face ao exposto, a Procuradora-Geral da República em exercício requer, respeitosamente, a reconsideração da r. decisão, mantendo-se este leito sob a competência de Vossa Excelência. Em caso de não acolhimento, requer o processamento como agravo regimental” (fls. 55/71).

INQ 4130 QO / PR

Em face desse requerimento deduzido pela Procuradoria-Geral da República, determinei a remessa dos autos, com urgência, à Presidência da Corte, “restando prejudicada por ora, em razão do citado pedido, a análise do desmembramento do feito”.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro **Ricardo Lewandowski**, em 15/9/15, por entender que a determinação de livre redistribuição dos autos constitui “despacho de mero expediente, privativo da Presidência, sem juízo de valor capaz de lesar direito da parte e contra o qual não cabe recurso, nos termos do art. 504 do CPC e da jurisprudência da Casa”, e que o pedido de reconsideração estaria “superado por decisão superveniente que determinou a redistribuição livre do processo, mediante sorteio entre todos Ministros da Corte”, não conheceu do pleito da Procuradoria-Geral da República, ordenando que os autos retornassem ao Relator sorteado (fls.79/82).

A Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia, perante o Supremo Tribunal Federal, contra Alexandre Corrêa de Oliveira Romano, por infração ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/13, “diante da incerteza em relação à competência para a Relatoria até o presente momento (...) e à vista do escoamento do prazo de encarceramento do ora denunciado (...)”.

Aduziu, ainda, que “já se manifestou pela cisão do processo e encaminhamento da parte relativa ao ora denunciado à 13ª Vara Federal de Curitiba” (fls. 100/101).

Os autos vieram-me conclusos em 15/9/15.

Em 22/9/15, determinei que o presente feito fosse autuado como Inquérito.

Decidi submeter à Turma, como **questão de ordem**, o pedido de desmembramento do feito, diante de sua imbricação com a questão da prevenção suscitada pela Procuradoria-Geral da República, notadamente no tocante à determinação do juízo de primeiro grau como competente para processar e julgar o feito desmembrado.

Em sessão de 21/9/15, a Segunda Turma, por unanimidade, decidiu

INQ 4130 QO / PR

submeter essa questão de ordem ao Plenário.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Como já exposto, o juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná encaminhou ao Supremo Tribunal Federal três procedimentos criminais, autuados nesta Corte como petição (Pet), ao fundamento de que haveria indícios da participação da Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann na prática de ilícito penal, mediante a intermediação de escritório de advocacia de Curitiba.

Os autos foram distribuídos, por prevenção, ao Ministro **Teori Zavascki**.

A Procuradoria-Geral da República requereu a urgente cisão do presente feito, “remetendo-se ao Juízo da 13ª Vara Federal para a continuidade dos procedimentos cabíveis quanto aos demais envolvidos e não detentores de prerrogativa de foro”.

O Ministro **Teori Zavascki**, por reputar inexistente conexão entre os fatos descritos neste procedimento e as investigações já em andamento sob sua relatoria, relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras, submeteu os autos à apreciação da Presidência desta Corte, que, por sua vez, ordenou sua livre redistribuição.

A Procuradoria-Geral da República pugnou pela reconsideração do despacho do Ministro **Teori Zavascki** ou, alternativamente, pelo conhecimento do pedido como agravo regimental, pleitos dos quais o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro **Ricardo Lewandowski**, não conheceu.

De toda sorte, diante da indissolúvel imbricação da questão da prevenção com o pedido de cisão do procedimento, há que se proceder ao exame da matéria de fundo suscitada em questão de ordem, notadamente para a determinação do juízo de primeiro grau competente para processar e julgar o feito desmembrado.

INQ 4130 QO / PR

I) DA COLABORAÇÃO PREMIADA COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA. DO ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS.

Como registrei no HC nº 127.483/PR, Pleno, de **minha relatoria**, julgado em 27/8/15,

“[a] colaboração premiada, por expressa determinação legal (art. 3º, I, da Lei nº 12.850/13), é um **meio de obtenção de prova**, assim como o são a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas ou o afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal (incisos IV a VI do referido dispositivo legal).

Cumpre, aqui, extremar, de um lado, meios de prova e, de outro, meios de pesquisa, investigação ou obtenção de prova.

Mario Chiavario, com base na tipologia adotada pelo Código de Processo Penal italiano, distingue meios de prova (**mezzi di prova**) dos meios de pesquisa de prova (**mezzi di ricerca della prova**): os primeiros definem-se oficialmente como os meios por si sós idôneos a oferecer ao juiz resultantes probatórias diretamente utilizáveis em suas decisões; os segundos, ao revés, não constituem, **per se**, fonte de convencimento judicial, destinando-se à ‘aquisição de entes (coisas materiais, traços [no sentido de vestígios ou indícios] ou declarações) dotados de capacidade probatória’, os quais, por intermédio daqueles, podem ser inseridos no processo (**Diritto processuale penale – profilo istituzionale**. 5. ed. Torino: Utet Giuridica, 2012. p. 353).

Para **Antônio Magalhães Gomes Filho**,

‘[o]s *meios de prova* referem-se a uma atividade *endoprocessual* que se desenvolve perante o juiz, com o conhecimento e participação das partes, visando [à] introdução e [à] fixação de dados probatórios *no processo*. Os *meios de pesquisa* ou *investigação* dizem respeito a certos procedimentos (em geral, *extraprocessuais*) regulados pela

INQ 4130 QO / PR

lei, com o objetivo de conseguir provas materiais, e que podem ser realizados por outros funcionários (policiais, por exemplo).

Com base nisso, o Código de Processo Penal italiano de 1988 disciplinou, em títulos diferentes, os *mezzi di prova* (testemunhos, perícias, documentos), que se caracterizam por oferecer ao juiz resultados probatórios diretamente utilizáveis na decisão, e os *mezzi di ricerca della prova* (inspeções, buscas e apreensões, interceptações de conversas telefônicas etc.), que não são por si fontes de conhecimento, mas servem para adquirir coisas materiais, traços ou declarações dotadas de força probatória, e que também podem ter como destinatários a polícia judiciária ou o Ministério Público' (Notas sobre a terminologia da prova - reflexos no processo penal brasileiro. In: **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover**. Org.: Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes. São Paulo, DSJ Ed., 2005, p. 303-318).

No mesmo sentido, aduz **Gustavo Badaró** que,

“enquanto os **meios de prova** são aptos a servir, **diretamente**, ao convencimento do juiz sobre a veracidade ou não de uma afirmação fática (p. ex., o depoimento de uma testemunha, ou o teor de uma escritura pública), os meios de obtenção de provas (p. ex.: uma busca e apreensão) são instrumento para a colheita de elementos ou fontes de provas, estes sim, aptos a convencer o julgador (p. ex.: um extrato bancário [documento] encontrado em uma busca e apreensão domiciliar). Ou seja, enquanto o meio de prova se presta ao convencimento direto do julgador, **os meios de obtenção de provas** somente **indiretamente**, e dependendo do resultado de sua realização, poderão servir à reconstrução da história dos fatos” (**Processo Penal**. Rio de Janeiro. Campus: Elsevier. 2012, p. 270).

INQ 4130 QO / PR

Há que se distinguir, ainda, ‘elemento de prova’ de ‘resultado da prova’.

Antônio Magalhães Gomes Filho, após assentar a natureza polissêmica do vocábulo ‘prova’, aduz que,

“na terminologia do processo, a palavra *prova* serve também para indicar cada um dos *dados objetivos* que confirmam ou negam uma asserção a respeito de um fato que interessa à decisão da causa. É o que se denomina *elemento de prova* (*evidence*, em inglês). Constituem elementos de prova, por exemplo, a declaração de uma testemunha sobre determinado fato, a opinião de um perito sobre a matéria de sua especialidade, o conteúdo de um documento etc.

(...)

Sob outro aspecto, a palavra *prova* pode significar a própria conclusão que se extrai dos diversos elementos de prova existentes, a propósito de um determinado fato: é o *resultado da prova* (*proof*, em inglês), que é obtido não apenas pela soma daqueles *elementos*, mas sobretudo por meio de um procedimento intelectual feito pelo juiz, que permite estabelecer se a afirmação ou negação do fato é verdadeira ou não’ (Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: **Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover**. Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes (Org.). São Paulo: DSJ, 2005. p. 303-318).

Como se observa, a colaboração premiada, como **meio de obtenção de prova**, destina-se à ‘aquisição de entes (coisas materiais, traços [no sentido de vestígios ou indícios] ou declarações) dotados de capacidade probatória’, razão por que não constitui meio de prova propriamente dito.

Outrossim, o **acordo** de colaboração não se confunde com os **depoimentos** prestados pelo agente colaborador.

INQ 4130 QO / PR

Enquanto o acordo de colaboração é **meio de obtenção de prova**, os depoimentos propriamente ditos do colaborador constituem **meio de prova**, que somente se mostrarão hábeis à formação do convencimento judicial se vierem a ser corroborados por **outros** meios idôneos de prova.

Nesse sentido, dispõe o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13 que ‘nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento **apenas** nas declarações de agente colaborador’.

Sendo a colaboração premiada um meio de obtenção de prova, é possível que o agente colaborador traga informações (declarações, documentos, indicação de fontes de prova) a respeito de crimes que não tenham relação alguma com aqueles que, primariamente, sejam objeto da investigação.

Esses elementos informativos (art. 155, CPP) sobre crimes outros, **sem conexão com a investigação primária**, a meu sentir, devem receber o mesmo tratamento conferido à **descoberta fortuita ou ao encontro fortuito de provas** em outros meios de obtenção de prova, como a busca e apreensão e a interceptação telefônica.

Como anota **Gustavo Badaró**,

“[é] possível que, autorizada a interceptação em relação a um crime (p. ex.: tráfico de drogas), se descubra a ocorrência de outro delito (p. ex.: corrupção ativa). Também pode ocorrer que, autorizada a diligência em relação a um investigado, se descubra que o crime foi cometido com a participação de um segundo indivíduo. Ou seja, pode haver a descoberta fortuita de crimes e a descoberta fortuita de autores ou partícipes, mesmo que se conclua, ao final, pela inocência do investigado que, originariamente, era o alvo da interceptação telefônica” (**Processo Penal**. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2012. p. 356-357).

Neste particular, o Supremo Tribunal Federal já assentou a validade do encontro fortuito de provas em interceptações telefônicas (HC nº

INQ 4130 QO / PR

81.260/ES, Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 19/4/02; HC nº 83.515/RS, Pleno, Relator o Ministro **Nelson Jobim**, DJ de 4/3/05; HC 84.224/DF, Segunda Turma, Relator para o acórdão o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 16/5/08; AI nº 626.214/MG-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 8/10/10; HC nº 105.527/DF, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe de 13/5/11; HC nº 106.225/SP, Primeira Turma, Relator para o acórdão o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 22/3/12; RHC nº 120.111/SP, Primeira Turma, de **minha relatoria**, DJe de 31/3/14).

De toda sorte, ainda que válidos os elementos de informação trazidos pelo colaborador, relativamente a outros crimes que não sejam objeto da investigação matriz, há que se ressaltar que o acordo de colaboração, como meio de obtenção de prova, **não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração de competência**.

Vale dizer: ainda que o agente colaborador aponte a existência de outros crimes e que o juízo perante o qual foram prestados seus depoimentos ou apresentadas as provas que corroborem suas declarações ordene a realização de diligências (interceptação telefônica, busca e apreensão etc.) para sua apuração, esses fatos, por si sós, não firmam sua prevenção.

II) DO ITER DE CONCRETIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO.

Nesse ponto, é mister uma reflexão sobre as operações de determinação, modificação e de concentração da competência.

Cândido Rangel Dinamarco aduz que

“[a] determinação da competência em cada causa e em cada situação faz-se por um caminho complexo, que principia com a abstrata afirmação da existência da jurisdição em si mesma, passa pelas diversas etapas relacionadas com a estrutura judiciária nacional e chega afinal à concreta indicação do órgão judiciário competente. **Esse iter intelectual constitui o que se chama concretização da jurisdição** (Calamandrei) (...)”

INQ 4130 QO / PR

O **iter** de concretização da jurisdição, partindo da abstrata afirmação da competência da autoridade brasileira (competência internacional, jurisdição nacional) para chegar afinal ao conhecimento do juiz competente para um dado caso, é definido por *operações de três naturezas*, todas elas disciplinadas por normas de direito positivo.

A primeira, mais geral e mais complexa dessas operações consiste na *determinação da competência*, ou seja, na aplicação dos critérios pelos quais se define o âmbito das atribuições de cada órgão ou de cada organismo judiciário (Justiças). A determinação feita *em abstrato pela* lei inclui a indicação das causas da competência originária dos tribunais de superposição (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), repartição das demais entre as diversas Justiças, sua atribuição aos órgãos superiores ou inferiores que as compõem, destinação às porções territoriais sobre as quais atuam os órgãos (foros), discriminação da espécie de órgãos a que elas deverão tocar (juízos, varas especializadas).

Algumas normas de determinação da competência não têm imperatividade absoluta (casos de *competência relativa*) e comportam algum grau de flexibilização, a qual se dá mediante o que se chama *modificação da competência* (sua prorrogação). Os critérios e hipóteses de prorrogação da competência dão corpo à segunda das operações de busca do órgão judiciário competente. Essa operação é regida pelas normas *modificadoras* da competência (*infra*. nn. 210 e 295 ss.).

A terceira das operações pelas quais se concretiza a jurisdição consiste na *concentração da competência*, mediante a qual se exclui a competência de todos os órgãos judiciários teoricamente competentes para determinada causa, menos um: por essa operação. só um deles ficará incumbido da causa. As normas que estabelecem qual entre dois ou vários juízes competentes receberá a causa são *normas de concentração* e chama-se *prevenção* a fixação da competência de um juiz, com exclusão dos demais (*infra*, nn. 211 e 323ss.).

(...)

INQ 4130 QO / PR

No trinômio *determinação-modificação-concentração* reside a dogmática da competência em cada ordem jurídico-processual. A jurisdição só se considera *concretizada* quando, por aplicação de todas as normas *determinadoras* da competência, em associação às normas modificadoras ou de concentração eventualmente pertinentes, chega-se a conhecer o órgão que efetivamente processará e julgará a causa tomada em consideração” (**Instituições de Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. I, p. 427-429).

São critérios sucessivos de **determinação** da competência, para aferição do juiz concretamente competente: **i)** competência originária de algum órgão de superposição, em razão de foro por prerrogativa de função (STF ou STJ); **ii)** competência de “jurisdição” (afastada a competência de um daqueles órgãos de superposição, é preciso estabelecer qual a “justiça” competente); **iii)** competência originária (dentro da “justiça” competente, determinar se a competência é do órgão superior ou inferior); **iv)** competência de foro, entendida como competência territorial (comarca ou seção judiciária); **v)** competência de juízo (vara competente); **vi)** competência interna (juiz competente – v.g., art. 399, § 2º, CPP).

Por sua vez, são hipóteses de **modificação** da competência, no processo penal, a prorrogação e o desaforamento.

Segundo **Cândido Rangel Dinamarco**, “pelo fenômeno da prorrogação, alarga-se a competência de um órgão jurisdicional, para receber uma causa que ordinariamente não se incluía nela” (**op. cit.**, p. 453).

Trata-se de uma exceção ao princípio da aderência ao território, pelo qual o juiz exerce suas funções dentro do território sujeito a sua jurisdição.

No processo penal, nos casos de conexão e de continência (arts. 76 a 79, CPP), opera-se a **prorrogação** da competência. Em ambas as hipóteses,

“um juiz, normalmente incompetente para conhecer de

INQ 4130 QO / PR

uma causa, quando proposta isoladamente, competente se torna para julgá-la pelo fato de dever unir-se semelhante causa a outra, para a qual ele é competente, a fim de terem decisão simultânea (**simultaneus processus**)” (José Frederico Marques. **Elementos de Direito Processual Penal**. Campinas: Bookseller, 1997. v. I, p. 264-265).

Por fim, nas hipóteses de **concentração** da competência, como já visto, exclui-se a competência de todos os órgãos judiciários teoricamente competentes para determinada causa, menos um, que dela ficará incumbido.

Enquadra-se, aqui, a prevenção (do latim **praevenire**, que significa *chegar antes*), que é “a concentração, em um órgão jurisdicional, da competência que abstratamente já pertencia a dois ou vários, inclusive a ele” (Cândido Rangel Dinamarco, **op. cit.**, p. 454).

A competência por prevenção vem disciplinada no art. 83 do Código de Processo Penal:

“Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3º; 71; 72, § 2º; e 78, II, c)”.

Note-se, mais uma vez, que a prevenção bem se distingue das causas de prorrogação da competência.

Enquanto a prorrogação acrescenta causas à competência de um juiz, retirando-as de outro (o juiz não era originariamente competente, mas se tornou pela prorrogação, que alargou sua competência), a prevenção retira causas da competência de todos os demais juízes potencialmente competentes, para que permaneça competente só um deles, agora concretamente competente.

Como se observa, a prevenção, essencialmente, não é um critério

INQ 4130 QO / PR

primário de determinação da competência, **mas sim um critério de sua concentração**, razão por que, inicialmente, devem ser observadas as regras ordinárias de determinação da competência, tanto **ratione loci** (art. 70, CPP) quanto **ratione materiae**.

Nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal, a competência (**ratione loci**) será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração.

Ocorre que, quando se tratar de infrações conexas, praticadas em locais diversos, há que se determinar o foro prevalente, uma vez que a conexão e a continência importam em unidade de processo e julgamento.

Para tanto, é preciso que uma infração exerça uma força atrativa sobre as demais, prorrogando (ampliando) a competência do juízo de atração.

A fim de que se possa estabelecer qual juízo fará prevalecer sua competência sobre a do(s) outro(s), há que observar as regras do art. 78 do Código de Processo Penal:

“Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I- no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;

II- no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;

b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos.

III - no concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação;

IV - no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.”

Como se observa, no “concurso de jurisdições de mesma categoria”

INQ 4130 QO / PR

(art. 78, II, CPP), a prevenção constitui um critério meramente **residual** de aferição de competência.

Nesse sentido, aduz **Gustavo Badaró** que

“[a]s alíneas do inciso II do art. 78 não são alternativas, mas sim subsidiárias. Há uma hierarquia entre elas, devendo inicialmente prevalecer a alínea a, e somente se esta não dirimir a questão, por ambos os processos terem por objeto crimes cujas penas máximas sejam de igual gravidade, passa-se para a alínea b, que considera então, subsidiariamente, o número de infrações cometidas. E, finalmente, se os crimes forem de igual gravidade e em igual número, apenas neste caso é que o magistrado deverá se valer da alínea c e considerar a prevenção critério definidor do foro prevalecente para a reunião dos processos” (op. cit., p. 179, grifo nosso).

A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, repita-se uma vez mais, não constitui critério de determinação, de modificação ou de concentração de competência.

A competência para processar e julgar os crimes delatados pelo colaborador, que não sejam conexos com os fatos objeto da investigação matriz, dependerá do local em que consumados, da sua natureza e da condição das pessoas incriminadas (prerrogativa de função).

Como já exposto, nos casos de infrações conexas e de concurso de jurisdições da mesma categoria (v.g., juízos de primeiro grau), o foro prevalente, em primeiro lugar, será o do lugar da infração a que cominada a pena mais grave. Sendo de igual gravidade as penas, prevalecerá a competência do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações. Por fim, **apenas** se não houver diferença quanto à gravidade dos crimes ou quanto ao número de infrações, **firmar-se-á a competência pela prevenção**.

Logo, não haverá **prorrogação** da competência do juiz processante - *alargando-a para conhecer de uma causa para a qual, isoladamente, não seria competente* -, se não estiverem presentes i) uma das hipóteses de conexão

INQ 4130 QO / PR

ou de continência (arts. 76 e 77, CPP) e **ii)** uma das hipóteses do art. 78, II, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, no RHC nº 120.379/RO, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 24/10/14, assentou que **“a conexão intersubjetiva ou instrumental decorrente do simples encontro fortuito de prova que nada tem a ver com o objeto da investigação principal não tem o condão de impor o *unum et idem judex*”, bem como que “o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o *simultaneus processus*”.**

Outrossim, ainda que o juízo processante, com base nos depoimentos do imputado colaborador e nas provas por ele apresentadas, tenha decretado prisões e ordenado a realização de busca e apreensão ou de censura telefônica, essa circunstância **não** gerará sua prevenção, com base no art. 83 do Código de Processo Penal, caso devam ser primariamente aplicadas as regras de competência do art. 70 do Código de Processo Penal (local da consumação) ou do art. 78, II, a ou b, do Código de Processo Penal (conexão ou continência), uma vez que a **prevenção, repita-se, é um critério subsidiário de aferição da competência.**

Corroborando essa assertiva, exemplifico: o fato de um juiz de um foro em que encontrado um cadáver ser o primeiro a decretar uma medida cautelar na investigação não o torna preventivo, nos termos do art. 83 do Código de Processo Penal, para a futura ação penal caso se apure que o corpo tenha sido apenas ocultado naquela localidade e que o homicídio, em verdade, tenha-se consumado em outra Comarca. Nessa hipótese, prevalece o *forum delicti commissi* (foro do lugar da infração), **critério primário de determinação da competência**, pois a prevenção não pode se sobrepor às regras de competência territorial.

Assentadas essas premissas, passo à análise do caso concreto.

O juízo da 13ª Vara Federal, em decisão proferida no procedimento nº 042230-47.2015.4.04.7000 (busca e apreensão), fez um breve histórico dos fatos em apuração nos três procedimentos ora encaminhados ao

INQ 4130 QO / PR

Supremo Tribunal Federal:

“(…)

6. Milton Pascowitch, em acordo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal, declarou que intermediou o pagamento de propinas da Engevix Engenharia, Hope Recursos Humanos e Personal Service em contratos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás para dirigentes daquela empresa, como o Diretor de Serviços Renato de Souza Duque.

7. No âmbito do acordo, também declarou que intermediou propina de cerca de doze milhões de reais da empresa Consist Software para João Vaccari Neto, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores - PT.

8. No desenvolvimento das apurações, identificado outro operador que intermediava propinas da Consist Software, o advogado Alexandre Correa de Oliveira Romano, que teria recebido cerca de trinta e sete milhões de reais de empresas do Grupo Consist.

10. Foi identificado que a Consist iniciou os pagamentos a Milton Pascowitch e a Alexandre Romano porque foi escolhida para prestar serviços de informática no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e o Sindicato das Entidades Abertas de Previdência Privada (SINAPP) para fins de disponibilização, via internet, de serviços e sistema informatizado de gestão de margem consignável em folha de pagamento.

11. A escolha da Consist para prestar esses serviços resultou a ela em benefício importante, pois a partir dali passou a receber remuneração por cada empréstimo consignado dos servidores públicos federais e que, no total, chegam a dezenas de milhões de reais.

12. Não foi até o momento identificada causa lícita para os pagamentos da Consist Software para Milton Pascowitch e para Alexandre Romano, tendo o primeiro, aliás, já admitido que

INQ 4130 QO / PR

inexistia motivo lícito e que os contratos de consultoria celebrados eram mero disfarce para repasse de propina.

13. Foram rastreados pagamentos pelas empresas do Grupo Consist (Consist e SWR Informática) de parte desses valores a dezenas de empresas de fachada ligadas a Alexandre Romano ou a terceiros. Relaciono, sem ser exaustivo:

- Oliveira Romano Sociedade de Advogados recebeu R\$ 4.665.423,43 da Consist Software entre 10/2010 a 01/2013, R\$ 3.237.436,61 da SWR Informática entre 02/2013 a 12/2013, R\$ 6.278.440,70 da Consist Business Software entre 01/2014 a 07/2015, todas por serviços jurídicos, e tem por sócio o próprio Alexandre Romano;

- NSG TI SOLUTIONS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO recebeu R\$ 1.548.582,09 da Consist Software entre 11/2010 a 01/2013, R\$ 594.847,00 da SWR Informática entre 06/2011 a 12/2013, e R\$ 1.047.565,00 entre 02/2014 a 03/2015 da Consist Business Software, por serviços de informática, e tem por sócios a esposa e os filhos do investigado Alexandre Romano e endereço aparentemente de fachada (fl. 7 do relatório);

- HGM TELECOM LTDA recebeu R\$ 215.967,00 da Consist Software por serviço de informática e tem endereço aparentemente de fachada (fl. 12 do relatório e evento 4);

- NJS CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., recebeu R\$ 220.000,00 da Consist Software por serviço de informática e outro por serviços comerciais e tem endereço aparentemente de fachada (evento 3);

- SX COMUNICAÇÃO LTDA., recebeu R\$ 195.000,00 da Consist Software e R\$ 341.125,00 da Consist Business Software no ano de 2014 por serviço de agenciamento de espaços de publicidade e tem por sócio filho de Alexandre Romano;

- LOGIX 8 LTDA. recebeu R\$ 59.436,00 em 15/09/2011 da Consist Software por agenciamento de serviços de transporte e logística e tem por sócio o próprio Alexandre Romano;

- In & Out Ltda. recebeu R\$ 110.000,00 em 21/09/2012 da Consist Software por serviço de informática e tem por sócio o

INQ 4130 QO / PR

próprio Alexandre Romano;

- Nex Ltda. recebeu R\$ 1.262.129,37 entre 18/08/2011 a 19/03/2011 da Consist Software por assessoria econômica e teve por sócio o próprio Alexandre Romano entre 06/2011 a 10/2013;

- LINK LTDA. recebeu R\$ 306.841,00 entre 09/2010 a 11/2011 da Consist Software por serviço consultoria e e teve por sócio o próprio Alexandre Romano entre 05/2005 a 02/2011;

- INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. recebeu R\$ 96.000,00 em 13/09/2012 da Consist Software por serviço de consultoria e tem endereço aparentemente de fachada (fl. 44 do relatório);

- TEMA LTDA. (atual ATMO PROPAGANDA & MARKETING LTDA.) recebeu R\$ 70.000,00 em 20/09/2010 da Consist Software por serviço de consultoria;

- CRLS CONSULTORIA E EVENTOS LTDA. recebeu R\$ 309.590,00 em 10/2010 da Consist Software por serviço de consultoria e planejamento de **road show** e tem endereço aparentemente de fachada (fl. 53 do relatório);

- Markcom Ltda. recebeu R\$ 40.000,00 em 09 e 10/2010 da Consist Software por serviço de reprodução de lâminas;

- JD2 CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. recebeu R\$ 1.210.000,00 entre 05/2012 e 01/2013 da Consist Software, R\$ 1.645.000,00 da SWR Informática entre 02/2103 a 12/2013, e R\$ 4.380.000,0 da Consist Business Software por serviços de consultoria;

- Instituto João Batista Romano recebeu R\$ 7.500,00 da SWR Informática, R\$ 47.500,00 da Consist Business, tratando de entidade diretamente relacionada a Alexandre Romano.

14. Identificados indícios, no rastreamento, de pagamentos a servidores do Ministério do Planejamento, como Duvanier Paiva Ferreira, já falecido, e Valter Correia da Silva, o que teria sido feito mediante pagamento a empresas de fachada.

15. No rastreamento dos valores, foi também constatado que cerca de sete milhões de reais, entre 2014 a 2015, foram destinados pela Consist Software ao advogado Guilherme de Salles Gonçalves, com escritório em Curitiba.

INQ 4130 QO / PR

16. Guilherme Gonçalves teria sido indicado por Alexandre Romano à Consist para receber cerca de um terço dos valores que eram repassados periodicamente pela empresa Consist.

17. Especificamente, Guilherme Gonçalves passou a receber 9,6% da faturamento líquido da Consist referente aos serviços prestados no âmbito do referido acordo técnico celebrado junto ao Ministério do Planejamento.

18. No documento constante no evento 1, anexo27, p. 27, e anexo 28, p. 1- 2, consta relatório com os montantes repassados pela Consist e pela SWR Informática, empresa do mesmo grupo, a Guilherme Gonçalves.

19. Para acobertar os repasses, o escritório de Guilherme Gonçalves teria prestado um ou outro serviço à Consist (identificado, em concreto, um mandado de segurança em procedimento licitatório e um parecer), mas aparentemente incompatíveis com a remuneração de cerca de sete milhões de reais.

20. O próprio investigado Pablo Alejandro Kipersmit, dirigente da Consist Software (evento 2, arquivo inq4, do inquérito 5040449-87.2015.4.04.7000) já declarou que os pagamentos da Consist para Guilherme Gonçalves foram efetuados apenas porque assim foi solicitado por Alexandre Romano, sem que tivessem por propósito representar contraprestação de serviços jurídicos.

21. Relativamente ao identificado mandado de segurança, parece improvável que justificasse pagamentos de honorários de cerca de sete milhões de reais, já que o próprio objeto da licitação questionada era de somente doze milhões para a empresa vencedora. E quanto ao parecer, há documentos nos autos que apontam preço cobrado pelo escritório de Guilherme Gonçalves de cerca de R\$ 30.000,00, muito distante do total da remuneração (evento 1, anexo16, p.2).

22. Na busca e apreensão realizada no escritório de advocacia de Guilherme Gonçalves, foram colhidos documentos que indicam que os valores recebidos da Consist

INQ 4130 QO / PR

teriam sido em parte utilizados para efetuar pagamentos em favor da Senadora Gleisi Hoffmann (fl. 13 da representação policial).

23. Assim, por exemplo, planilha de fevereiro de 2015 apreendida no escritório de Guilherme Gonçalves revela que, do assim denominado 'Fundo Consist', com crédito de R\$ 50.078,00, foram efetuados diversos lançamentos de débitos em favor da Senadora e de pessoas a ela ligadas (evento 1, anexo3, p. 4 do arquivo, p. 37 do documento da apreensão).

24. Consta, por exemplo, na planilha débito de R\$ 1.344,51, a título de pagamento de multa relacionada ao nome da própria Senadora, e débitos relacionados a Zeno Minuzzo, e Hernany Bruno Mascarenhas, pessoas a ela ligadas segundo a autoridade policial. Em um dos lançamentos de débito junto ao nome de Hernany, consta a anotação 'salário motorista - cheque 828', enquanto no outro, 'Diversos PT, PB, Gleisi'.

25. Segundo levantado pela autoridade policial, Hernany Mascarenhas prestaria serviços de motorista à Senadora, enquanto Zeno Minuzzo teria sido secretário de finanças do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores.

26. Em outro documento apreendido, constam indícios de que o referido Hernany era remunerado pelo 'Fundo Consist' administrado por Guilherme Gonçalves desde pelo menos 10/2011 (fls 15 e 16 da representação policial).

27. Em outro documento apreendido, consta anotação de que, do pagamento de cinquenta mil reais de honorários pela Consist a Guilherme em 29/09/2011, ele teria acertado com o ex-Ministro Paulo Bernardo, marido de Gleisi Hoffmann, que ficaria, desta feita, com todo o montante. Transcreve-se a anotação (evento 1, anexo 21, p. 29):

'Referente à diferença de 35.700,00 que foi retirados [sic] dos honorários de setembro/2011 dos 60.000,00. O Guilherme acertou com o Paulo Bernardo que ficaria com honorários no valor de R\$ 50.000,00. 35.700,00 entrou direto da Consist e o restante 14.300,00 foi transferido do fundo para a c/c 2 do

INQ 4130 QO / PR

Guilherme'.

28. A anotação em questão, revelando que Guilherme precisaria da concordância de terceiro para ficar com o total dos honorários pagos pela Consist, indica que os valores não se tratavam (sic) de fato de honorários.

29. Ouvido no inquérito, Guilherme Gonçalves alegou que utilizava recursos recebidos a título de honorários advocatícios da Consist para pagar despesas de clientes do escritório, como da referida Senadora ou de pessoas a ela ligadas. Afirmou que os débitos seriam relativos a 'despesas urgentes' dos clientes, mas também esclareceu que nenhuma dessas 'despesas urgentes' teria sido, posteriormente, ressarcida pelos clientes ou mesmo por ele cobrada.

30. Assim, as provas, em cognição sumária, revelam, em síntese:

a) que a Consist foi escolhida para prestar serviços de informática no âmbito do acordo técnico entre o Ministério do Planejamento e a ABBC e SINAPP para gestão de margem consignável em folha de pagamento dos servidores públicos federais;

b) que parte expressiva da remuneração da Consist, de até 40% do faturamento líquido obtida com o contrato, foi repassada, sem causa lícita aparente, a intermediadores como Alexandre Romano e Milton Pascowitch, sendo posteriormente direcionada a dezenas de empresas de fachada;

c) que parte expressiva da remuneração da Consist, cerca de 9,6% do faturamento líquido, foi repassada, por solicitação de Alexandre Romano, ao advogado Guilherme Gonçalves, em Curitiba, que, por sua vez, utilizou esses mesmos recursos para pagamentos associados à Senadora da República Gleisi Hoffmann.

31. Havendo indícios de que autoridade com foro privilegiado seria beneficiária de pagamentos sem causa, é o caso de acolher o requerimento da autoridade policial e do MPF e remeter o feito para o Egrégio Supremo Tribunal Federal.

INQ 4130 QO / PR

32. Como, porém, a referida Senadora é, aparentemente, apenas uma das beneficiárias de pagamentos sem causa efetuados a dezenas de outras pessoas (conforme rol de mais de uma dezenas de empresas no item 13 da decisão anexa), de todo oportuno que, se assim for este o entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, o processo seja desmembrado, possibilitando a continuidade da investigação e da persecução, perante este Juízo, dos investigados destituídos de foro privilegiado.

33. Faço essa observação considerando a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema e apenas porque este Juízo, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, decretou, em 17/08/2015, a prisão preventiva de Alexandre Romano por risco à ordem pública e risco à instrução (evento 52 do processo 5040249-80.2015.4.04.7000), **urgindo**, por conta disso, a conclusão das investigações em relação a ele (prazo até 12/09/2015, 30 dias contados da efetivação da prisão temporária), o que só será viável com o desmembramento em relação aos destituídos de foro privilegiado.

34. Não cabe revogar a prisão cautelar, pois, quando decretada, não havia notícia de possível envolvimento de autoridade com foro privilegiado, e, por outro lado, a colocação em liberdade do investigado Alexandre Romano no momento colocaria em risco a ordem pública e a investigação. Em síntese, Alexandre Romano, embora em outro âmbito, exerce aparentemente papel semelhante ao de Alberto Youssef, Milton Pascowitch e Fernando Soares, dedicando-se à prática habitual de lavagem de dinheiro e de intermediação de propinas, com o que a preventiva é necessário para interromper o ciclo delitivo. Por outro lado, além da prática dos crimes envolver fraudes documentais sistemática, foram colhidos indícios de que ele dissipou e ocultou provas pouco antes das diligências de busca e apreensão, o que também evidencia o risco à instrução (como consta no decreto da preventiva).

35. Além disso, como apontado no requerimento da

INQ 4130 QO / PR

autoridade policial, há diligências urgentes de colheita de prova e que podem ser prejudicadas caso a sua efetivação demore.
(...).”

Como se observa, o ilícito em apuração nos procedimentos encaminhados pelo juízo da 13ª Vara da Seção Judiciária do Paraná se referem, dentre outros fatos, a repasses de valores pela empresa Consist Software, prestadora de serviços de informática na gestão de empréstimos consignados dos servidores federais, em decorrência de acordo celebrado no âmbito do **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** com a suposta intermediação de empresas de fachada.

Não se verifica, assim, nenhuma dependência recíproca entre esses fatos, geneticamente relacionados, em tese, à gestão de empréstimos consignados no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a apuração de fraudes e desvio de recursos no âmbito da Petrobras.

Dito de outro modo, **não se trata de fatos que se imbriquem de forma tão profunda que justifique a unidade de processo e julgamento.**

Pouco importa, nesse diapasão, que as investigações tenham se iniciado a partir do acordo de colaboração premiada celebrado por José Adolfo Pascowitch e Milton Pascowitch, os quais, além de admitirem a intermediação do pagamento de vantagens indevidas por parte de empresas contratadas pela Petrobras, teriam revelado que “a pedido de JOÃO VACCARI NETO, celebraram por intermédio da empresa JAMP ENGENHEIROS ASSOCIADOS, contrato com empresas do Grupo CONSIST para operacionalizar o repasse de vantagens indevidas para o Partido dos Trabalhadores – PT”.

Não impressiona, com a devida **venia**, o argumento da Procuradoria-Geral da República de que haveria

“indicativos suficientes e iniciais (que se pode analisar no decorrer das investigações) **de uma conexão probatória fundamental envolvendo a ‘contabilidade’ (e verdadeira ‘mistura’) dos valores espúrios de propinas.** Ou seja, nota-se que o caso acima envolve muitos dos mesmos operadores de

INQ 4130 QO / PR

toda a Operação Lava jato, especialmente JOÃO VACCARI e MILTON PASCOWITCH, **dentro de um procedimento padrão e único de captação de valores ilícitos, todos interligados umbilicalmente**” (grifos da autora).

Ainda que esses esquemas fraudulentos possam eventualmente ter um operador comum e destinação semelhante (repasso de recursos de origem escusa a partido político ou candidato a cargo eletivo), trata-se de fatos ocorridos em âmbitos diversos, com matrizes bem distintas (Petrobras e Ministério do Planejamento).

Não se vislumbra, portanto, como a prova de crimes em tese ocorridos naquela sociedade de economia mista, relativos a pagamentos de vantagens indevidas para obtenção de contratos, possa influir decisivamente na prova de crimes supostamente praticados no âmbito do Ministério do Planejamento, relativos à gestão de empréstimos consignados, ou vice-versa, a justificar a reunião de processos por conexão probatória ou instrumental (art. 76, III, CPP).

Também não se entrevê que os crimes ocorridos num âmbito tenham sido praticados para facilitar a execução, para ocultar, garantir vantagem ou impunidade de crimes praticados noutra âmbito, hipóteses de conexão objetiva, lógica ou material (art. 76, II, do CPP) - que visa não apenas facilitar a colheita da prova, mas sobretudo permitir ao juiz aplicar as consequências de ordem penal (v.g., reconhecimento da agravante genérica do art. 61, II, b, do CP).

Finalmente, não se divisam hipóteses de conexão intersubjetiva, seja por simultaneidade ou por reunião meramente ocasional (art. 76, I, primeira parte, do CPP), seja por concurso (art. 76, I, segunda parte, do CPP), seja por reciprocidade (art. 76, I, parte final, do CPP).

Em suma, os fatos que envolvem, dentre outras, a empresa Consist e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não têm indissolúvel correlação com as investigações sob a relatoria do Ministro **Teori Zavascki** relativas a fraudes e desvios de recursos no âmbito da Petrobras.

Como destacado por Sua Excelência,

INQ 4130 QO / PR

“(…) a fixação da competência por conexão está prevista no art. 76, I a III, do Código de Processo Penal e tem como finalidade principal racionalizar a apuração dos fatos, evitar decisões contraditórias em situações correlatas, permitir a análise do processo com maior amplitude e, principalmente, facilitar o exame e a colheita da prova. **Nesse sentido, o encontro de evidências enquanto se persegue uma linha investigatória não implica, por si só, nenhuma das modalidades de conexão previstas na lei processual.** É dizer: ‘o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o *simultaneus processus*’ (RHC 120.379, Relator (a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 26/08/2014)” (grifo nosso).

Outrossim, nos termos do art. 77 do Código de Processo Penal, verifica-se a continência quando **i) há unidade de infração e pluralidade de agentes** (inciso I, que prevê a denominada continência por cumulação subjetiva) ou **ii) unidade de agente e pluralidade de infrações** (inciso II, que trata da continência por cumulação objetiva).

A continência por cumulação subjetiva (art. 77, I, CPP),

“diz respeito aos crimes plurissubjetivos e à coautoria, em que a unidade de infração torna incindível e inseparável o processo e o julgamento dos que participaram do delito. Abrange, assim, o texto, tanto a figuras como a da rixa, bigamia, adultério etc. - em que há coautoria necessária – como aqueles outros de codelinquência eventual” (José Frederico Marques, *op. cit.*, p. 260).

Na espécie, não se verifica a continência por cumulação subjetiva, uma vez que não há identidade entre todos os envolvidos nos crimes cuja matriz seja a Petrobras ou o Ministério do Planejamento.

Por sua vez, a continência por cumulação objetiva - *que se verifica quando o mesmo agente, com uma conduta, pratica mais de uma infração* - dá-se,

INQ 4130 QO / PR

nos termos do art. 77, II, do Código de Processo Penal, nos casos de concurso formal (art. 70, CP), de **aberratio ictus** (art. 73, segunda parte, CP) ou de **aberratio delicti** (art. 74, segunda parte, CP), hipóteses em que, a toda evidência, não se subsumem os crimes relacionados à Petrobras e ao Ministério do Planejamento.

Relembre-se, com **Fernando da Costa Tourinho Filho**, que, na “continência, como o próprio nome está a indicar, uma causa está contida na outra, não sendo possível a cisão” (**Processo Penal**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2, p. 215, grifo nosso).

Por todos os argumentos já expostos, verifica-se não existir essa relação de incindibilidade entre o presente feito e os demais relacionados às fraudes ocorridas no âmbito da Petrobras.

O simples fato de a polícia judiciária ou o Ministério Público Federal denominarem de “fases da operação Lava-jato” uma sequência de investigações sobre crimes diversos - *ainda que a sua gênese seja a obtenção de recursos escusos para a obtenção de vantagens pessoais e financiamento de partidos políticos ou candidaturas* - não se sobrepõe às normas disciplinadoras da competência.

Nenhum órgão jurisdicional, portanto, pode se arvorar de juízo universal de todo e qualquer crime relacionado a desvio de verbas para fins político-partidários, à revelia das regras de competência.

Não se cuida, a toda evidência, de censurar ou obstar as investigações, que devem prosseguir com eficiência para desvendar todos os ilícitos praticados, independentemente do cargo ocupado por seus autores, mesmo porque, como já advertia **Louis Brandeis**, Juiz da Suprema Corte Americana de 1916 a 1939, “a luz do sol é o melhor desinfetante e a luz elétrica é o mais eficiente policial”.

Cuida-se, isso sim, de se exigir a estrita observância do princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, da CF).

III) DO DESMEMBRAMENTO DO FEITO.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal assentou o entendimento

INQ 4130 QO / PR

de que o desmembramento do feito, em relação a imputados que não possuam prerrogativa de foro, “deve ser a regra, diante da manifesta excepcionalidade do foro por prerrogativa de função, ressalvadas as hipóteses em que a separação possa causar prejuízo relevante” (Inq nº 2.903/AC-AgR, Pleno, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 1º/7/14).

No mesmo sentido, Inq nº 3.515/SP-AgR, Pleno, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 14/3/14; Inq nº 3.802/MG-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 17/9/14; Inq nº 2.116/RR-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 6/2/15.

Na espécie, não se vislumbra a possibilidade de ocorrer relevante prejuízo para a investigação criminal que justifique o **simultaneus processus**, razão por que se impõe o **desmembramento** do feito em relação a todos os investigados que não detêm prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal, a fim de que a investigação prossiga, perante a Suprema Corte, tão somente em relação à Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann.

Mais: além de não haver prejuízo relevante para a instrução, a própria heterogeneidade do estágio das investigações recomenda a cisão.

Com efeito, o investigado Alexandre Romano, que não tem prerrogativa de foro nesta Corte, está preso preventivamente desde 15/8/15, por ordem do juízo de primeiro grau, e já foi denunciado por infração ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/13, ao passo que a investigação ainda se encontra embrionária em relação à Senadora da República.

Por óbvio, não compete ao Supremo Tribunal Federal formular juízo de admissibilidade de denúncia formulada isoladamente contra imputado que não detém prerrogativa de foro.

IV) DA DETERMINAÇÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR INVESTIGADOS SEM PRERROGATIVA DE FORO JUNTO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Assentada a inexistência de conexão entre os supostos ilícitos que

INQ 4130 QO / PR

envolvem, dentre outras, a empresa Consist e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e as fraudes e desvios de recursos praticados no âmbito da Petrobras, **há que se determinar o juízo de primeiro grau competente para receber o processo desmembrado.**

Seria incongruente o Supremo Tribunal Federal reconhecer a inexistência de prevenção do Ministro **Teori Zavascki**, ante a ausência de conexão com os ilícitos penais praticados no âmbito da Petrobras e ordenar, ainda assim, o retorno dos autos desmembrados à origem.

Com efeito, a mesma razão (inexistência de conexão) que motivou o não reconhecimento da prevenção de Relator no Supremo Tribunal Federal estende-se, inexoravelmente, ao juízo de primeiro grau.

De acordo com o Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 466 do Núcleo de Análise “GT/LAVA JATO” (confira-se o procedimento nº 5040449-87.2015.4.04.7000), há indícios da emissão de dezenas de notas fiscais ideologicamente falsas, que não corresponderiam a um serviço efetivamente prestado.

Esse relatório elenca os seguintes fatos, documentalmente demonstrados:

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, Capital, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$ 6.278.440,70, prestados por Oliveira Romano Sociedade de Advogados, sediada na mesma cidade.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$4.665.423,43, prestados por Oliveira Romano Sociedade de Advogados, sediada em São Paulo.

A empresa SWR Informática Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$3.237.436,61, prestados por Oliveira Romano Sociedade de Advogados, sediada na mesma cidade.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços supostamente acobertados por notas fiscais que somaram, respectivamente, R\$ 1.548.582,09 e R\$ 1.047.565,00, prestados

INQ 4130 QO / PR

por NSG TSI Solutions Tecnologia da Informação Ltda., sediada em Santana do Parnaíba/SP, cujos sócios são filhos do investigado Alexandre Correia de Oliveira Romano.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$215.967,00, prestados por HGM Telecom Serviços de Telecomunicação Ltda., sediada na mesma cidade.

A empresa SWR Informática Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$195.000,00, prestados por SX Comunicação Ltda., sediada na mesma cidade.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$ 341.125,00, prestados por SX Comunicação Ltda., sediada na mesma cidade.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por nota fiscal no valor de R\$ 59.436,00, prestados por Logix 8 Participações, sediada em São Paulo.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por nota fiscal no valor de R\$ 110.000,00, prestados por In & Out Comercial, sediada em São Paulo.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por nota fiscal no valor de R\$ 1.262.129,37, prestados por Nex Capital Consultoria e Assessoria em Investimentos e Participações Ltda., sediada em São Paulo.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por nota fiscal no valor de R\$ 256.841,10, prestados por Link Consultoria Empresarial Ltda., sediada em São Paulo.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no

INQ 4130 QO / PR

valor de R\$ 1.975.541,85, prestados por Politec Tecnologia da Informação Ltda., situada em São Paulo.

Foram identificadas, ainda, notas fiscais suspeitas, emitidas por prestadoras de serviço situadas em outras localidades.

Nesse sentido, a empresa SWR Informática Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$ 594.847,00, prestados por NSG TSI Solutions Tecnologia da Informação Ltda., sediada em Santana do Parnaíba/SP.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$ 1.210.000,00, prestados por JD2 Consultoria e Participações Ltda., situada em Brasília.

A empresa SWR Informática Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$ 1.645.000,00, prestados por JD2 Consultoria e Participações Ltda., situada em Brasília.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$ 4.380.000,00, prestados por JD2 Consultoria e Participações Ltda., situada em Brasília.

A empresa Consist Software Ltda., situada em Uberaba/MG, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais que somaram R\$ 4.649.166,75, prestados por Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, sociedade sediada em Curitiba/PR.

A empresa SWR Informática Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$1.201.394,11, prestados por Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, sociedade sediada em Curitiba/PR.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo, foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$ 423.291,46, prestados por Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados, sociedade sediada em Curitiba/PR.

A empresa Consist Business Software Ltda., situada em São Paulo,

INQ 4130 QO / PR

foi tomadora de serviços, supostamente acobertados por notas fiscais no valor de R\$957.278,70, prestados por Gonçalves, Razuk, Lemos & Gabardo Advogados, sociedade sediada em Curitiba/PR.

Ora, o inquérito policial foi instaurado

“para apurar possível ocorrência dos delitos previstos nos Artigos 299 e 317 do Código Penal, artigo 2º da 12.850 e artigo 1º da Lei n. 9.613/98, tendo em vista a realização de contratos e emissão de notas fiscais ideologicamente falsos contra as empresas Consist Software Ltda. e/ou SWR Informática Ltda. - CNPJ 01.596.922/0001-76 - para pagamentos para a concretização de repasses aos operadores MILTON PASCOWITCH e ALEXANDRE CORREA DE OLIVEIRA ROMANO” (vide portaria inaugural à fl. 5 do procedimento nº 5040449-87.2015.4.04.7000).

Como se observa, a esmagadora maioria das notas fiscais de cuja idoneidade se suspeita foi emitida por prestadores de serviço situados em São Paulo (capital) - ao que consta, em operações de lavagem de dinheiro ou mesmo, em tese, para acobertar a suposta origem ilícita dos valores nelas consignados.

Não bastasse isso, a Consist Software Ltda., cuja razão social foi alterada para SWR Informática Ltda., principal empresa envolvida nos crimes em apuração, tem sede em São Paulo (capital).

Os contratos dos quais se originaram os recursos, objeto dos crimes em apuração, também foram lavrados em São Paulo.

Nessa cidade, foi firmado o contrato entre a Consist Software Ltda. com Oliveira Romano Sociedade de Advogados e Consucred Serviços e Consultoria Ltda., segundo o qual “as contratadas comprometem-se a prestar os serviços jurídicos e de apoio comercial e institucional visando a manutenção dos serviços de controle e gestão de margens consignáveis que a contratante prestará aos servidores federais (...), através de contrato firmado entre esta e a ABBC e o SINAPP, para atender às necessidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –

INQ 4130 QO / PR

MPOG” (fls. 14/17 do procedimento nº 5040449-87.2015.4.04.7000, parte 5).

Foi também em São Paulo que se firmou o contrato de prestação de serviços entre a Consist Software Ltda. e Oliveira Romano Sociedade de Advogados para a assessoria jurídica e o apoio institucional em licitações junto à União, estados e municípios,

“para os fins de viabilização e defesa dos contratos obtidos em certames licitatórios e outros procedimentos de contratação administrativa dos produtos especializados em informática da contratante, sobretudo do produto consistente em serviços de controle e gestão de margens consignáveis” (fls. 5/11 do procedimento nº 5040449-87.2015.4.04.7000, parte 5).

Por fim, foram firmados em São Paulo os contratos entre a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Consist Software Ltda., e entre essa última e o Sindicato Nacional das Entidades Abertas de Previdência Privada (SINAPP), para a implantação de sistema de controle e gestão de margem consignável para servidores públicos federais, “para atender às necessidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG”.

Por sua vez, a JAMP Engenheiros Associados - *para a qual, segundo a Procuradoria-Geral da República, teriam sido repassados, sem qualquer contraprestação, R\$ 15.000.000,00 pela empresa Consist, em possível atividade de lavagem de valores* – também se situa em São Paulo.

Outrossim, segundo o depoimento do colaborador Milton Pascowitch, teria havido um ajuste com João Vaccari Neto, na sede do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, para o repasse de valores de origem ilícita - que João Vaccari teria recebido, em espécie, naquele mesmo local, no período de 2011 a outubro de 2014 (fl. 6 do procedimento nº 5040449-87.2015.4.04.7000).

Diante de todos esses elementos de informação, há veementes indícios de que a suposta organização criminosa, ora investigada, estaria radicada precipuamente em São Paulo, onde também foi emitida a maior

INQ 4130 QO / PR

parte das notas fiscais supostamente falsas e teria ocorrido a maior parte das movimentações e repasses de recursos, por meio de condutas que poderiam tipificar crimes de lavagem de dinheiro, punidos com reclusão de 3 (três) a 10 (dez) anos de reclusão (art. 1º da Lei nº 9.613/98).

Corroborando essa assertiva, a própria denúncia oferecida perante o Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República contra Alexandre Corrêa de Oliveira Romano, por infração ao art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/13, **expressamente descreve que esse crime se teria consumado em São Paulo (capital).**

Dispõe o art. 2º da Lei nº 12.850/13:

“Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - **reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa**, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.”

Como se observa, esse ilícito e a maior parte dos crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica se consumaram em São Paulo, o que justifica a atração de todos eles para a Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ressalvada a apuração de outras infrações conexas que, por força das regras do art. 78 do Código de Processo Penal, justifiquem conclusão diversa quanto ao foro competente.

Nesse particular, registro que o Ministro **Celso de Mello**, na Pet nº 5.700, em decisão proferida em 22/9/15, ao autorizar, em face das declarações do colaborador Ricardo Pessoa, a abertura de inquéritos em relação ao Ministro de Estado Aloizio Mercadante Oliva e ao Senador da República Aloysio Nunes Ferreira Filho, determinou a cisão dos feitos e, desde logo, ordenou a remessa de cópias à Justiça Eleitoral de São Paulo e de Minas Gerais para a apuração das condutas imputadas aos não detentores de prerrogativa de foro *ratione muneris* perante o Supremo

INQ 4130 QO / PR

Tribunal Federal, por reputar que os crimes, em tese, teriam sido consumados naqueles foros.

Não obstante, nesse outro caso, se trate de crimes de competência da Justiça especializada (eleitoral), e não da Justiça comum federal, a **invocação desse precedente corrobora a necessidade de se apontar, desde logo, o foro territorialmente competente para processar e julgar o feito desmembrado.**

Ante o exposto, determino o **desmembramento** do feito, a fim de que a investigação prossiga perante a Suprema Corte tão somente em relação à Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann.

Determino ainda a extração de cópia integral dos autos e sua remessa à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com absoluta urgência, **independentemente da publicação do acórdão**, para livre distribuição, **preservando-se a validade de todos os atos já praticados, inclusive medidas cautelares, dentre as quais a prisão preventiva**, tendo em vista a aplicação da teoria do juízo aparente (HC nº 81.260/ES, Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 19/4/02), atentando-se para o sigilo parcial do feito quanto ao procedimento nº 5042230-47.2015.4.04.7000.

É como voto.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Presidente, este é um tema que ontem levei à deliberação da Segunda Turma e, com o andamento dos debates, a Ministra **Cármem Lúcia** sugeriu, até pela possibilidade de outros casos como este também acontecerem em relação a membros da Primeira Turma, que trouxéssemos, então, a questão de ordem a este Plenário.

A deliberação foi no sentido de pleitearmos a urgência de pauta em razão de haver réu denunciado e preso que não tem prerrogativa de foro, para que o Poder Judiciário se pronuncie sobre recebimento de denúncia.

Eu peço ao assistente que faça a distribuição do voto, anotando que o caso se encontra em segredo de justiça por ora. Portanto, é um longo relatório que eu trago, Senhor Presidente, mas a questão, até em razão dos debates ocorridos no dia de ontem, na Segunda Turma, foi até reproduzida por determinados órgãos de imprensa.

Vou fazer um breve resumo do relatório.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**ESCLARECIMENTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Eu anoto aqui, Senhor Presidente, que, na própria segunda-feira, liguei ao Senhor Procurador-Geral da República, que me retornou na terça pela manhã - e a minha ligação na segunda era para dar ciência de que eu levaria este tema ao Pleno.

Nós não estamos na fase do contraditório e da ampla defesa. Eu faço esse registro para que fique bem clara a razão pela qual não há obrigação legal, muito menos constitucional, de se dar ciência desses procedimentos aos investigados. Mas, em relação ao órgão acusador, eu entendi por bem comunicar que levaria este tema, em questão de ordem, à Turma, e, já na segunda-feira, procurei manter contato com Sua Excelência, o Dr. Rodrigo Janot. Ontem pela manhã, Sua Excelência me retornou e comuniquei que iria levar o feito a julgamento e qual seria meu encaminhamento, até para que, dentro do órgão colegiado, Sua Excelência pudesse trazer - como o fez através do Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet, que assiste a Segunda Turma e a assistiu no dia de ontem, inclusive elaborando uma questão de ordem sobre a questão da intimação - aqueles argumentos que a Procuradoria-Geral da República entenda necessários, tendo em vista o pedido de reconsideração em agravo que já havia sido apresentado. Faço este registro - de que fiz a comunicação ao órgão acusador e estamos na fase de investigação.

Por que levei a questão à Segunda Turma diretamente? Poderia ter decidido monocraticamente. Mas viria agravo, Senhor Presidente, em um sentido ou em outro. E isso levaria a que o **iter** processual tomasse muito mais tempo. Teríamos que ter intimações, depois agravo, pauta etc. Então eu levei o caso diretamente à Turma para que, de uma vez por todas, o Colegiado decidisse sobre o tema. E o Colegiado ontem decidiu por remetê-lo ao Plenário.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Vossa Excelência me permite? Essa é uma tradição longeva de todas as Cortes, quer dizer, a distribuição é um despacho de mero expediente, de caráter ordinatório contra o qual não cabe nenhum recurso, porque, se fosse assim, Vossas Excelências, muitas das quais aqui estão...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

São milhares de agravos...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Dão milhares de decisões, mensalmente, no sentido de distribuir para um ou para outro Ministro, determinar a livre distribuição. Então, não faríamos outra coisa senão discutir recursos contra decisões que afinal de contas determinam a distribuição para qualquer outro juiz igualmente qualificado para julgar qualquer matéria que é levada à consideração da Corte; desta ou de qualquer outra Corte Superior.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Então meu voto nessa questão de ordem não aborda o despacho de Vossa Excelência. Pontuo o que eu abordo aqui: é o requerimento de desmembramento em relação aos investigados que não detêm foro de prerrogativa de função. No caso concreto, só há uma senadora da República, que tem foro por prerrogativa de função, Senadora Gleisi Hoffmann, os outros investigados não detêm a prerrogativa.

Então, eu trago a questão de ordem para discutirmos sobre o desmembramento e, uma vez concluindo pelo desmembramento, sobre qual o foro competente para procedermos à devolução dos procedimentos investigatórios.

Pois bem, são estes os dois temas que eu coloco como questão de ordem na condição de Relator do presente caso.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**ESCLARECIMENTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Senhor Relator, eu preciso fazer um esclarecimento à Corte que é o seguinte. Quando essa matéria foi enviada a mim, eu determinei a livre distribuição, eu me calquei num cuidadoso exame da matéria por parte do Ministro Teori Zavascki. E eu destaquei aqui um pequeno trecho dos argumentos de Sua Excelência e também do eminente Procurador-Geral da República que, num certo sentido e salvo melhor juízo, manifestou-se até no sentido contrário ao que faz agora.

Disse o eminente Ministro Teori Zavascki, naquela oportunidade em que me foi remetido o feito, o seguinte:

Nos autos da Petição 5.700, instaurada a partir da homologação do acordo de colaboração premiada de Ricardo Pessoa, Petição 5.624, o Procurador-Geral da República apresentou manifestação pela redistribuição do processo, na consideração de que os fatos ali narrados não possuem correlação com supostos desvios de recursos em contratos da Petrobras, o que indica a inexistência de conexão necessária. Autorizar a distribuição por prevenção, artigo 69 do Regimento Interno da Corte.

E aí cita Sua Excelência o eminente Procurador - em sub-aspas:

No caso em tela, pretende-se a instauração de inquéritos para investigar fatos que, malgrado, com indícios fortes de crime, em princípio não possuem correlação direta com as investigações relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras.

Todos os casos relacionados com a denominada Operação Lava Jato, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, são distribuídos - ainda em sub-aspas - a Vossa Excelência, Ministro Teori Zavascki, prevento na apuração dos feitos que sejam vinculados a ela. Entretanto, no caso em tela, tal como já aconteceu no bojo do Inquérito 3.996, que foi redistribuído por conexão e prevenção ao Ministro Marco Aurélio, Relator do Inquérito

INQ 4130 QO / PR

3.515, não há prevenção de Vossa Excelência, para, necessariamente, conduzir as apurações em sede de Inquérito. Há que se fazer nova distribuição, adotando-se critério aleatório, circunstância que não impedirá de forma eventual, no futuro, certamente, distribuição para essa relatoria, mas de forma autônoma e não por dependência.

Eu tenho outros dois casos que envolvem dois ilustres senadores da República, em que houve a mesma situação, em que considerou-se que não havia nenhuma conexão direta com a Operação Lava Jato, e eu determinei a redistribuição. Essa redistribuição foi aceita por um novo Relator, Ministro dessa Corte, sem qualquer contestação.

Então esses são os fatos, e por essa razão - até porque o agravo regimental foi posterior à minha decisão - eu não conheci do recurso, e mais uma razão ainda porque não cabem tradicionalmente recursos contra esse tipo de despacho da Presidência, que tem caráter meramente ordinatório.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Senhor Presidente, só um esclarecimento sobre matéria de fato.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Sim.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Essa parte da manifestação do Procurador-Geral da República se refere aos inquéritos hoje sob a relatoria do Ministro Celso de Mello. E, realmente, esses dois inquéritos foram uma passagem e uma eventual colaboração premiada em que se dizia: "Em sistemas eleitorais, ou financiamento eleitoral, é comum que haja pedidos de caixa 2". E citou exemplos, e que realmente não se referia a esta organização criminosa que está sendo objeto de investigação neste momento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - O que me impressionou realmente é que, embora distribuídos para outro relator - e Vossa Excelência acertadamente tenha feito essa observação -, a primeira distribuição, pretensamente por prevenção, se deu ao Ministro Teori Zavaski porque teria origem numa

INQ 4130 QO / PR

mesma delação e estaria no bojo de uma mesma operação. Então, embora houvesse uma relação indireta, possível, não havia no caso, segundo sublinhou muito bem, a meu ver, o Ministro Teori Zavaski, uma relação direta.

Apenas esse esclarecimento. Quer dizer, já há precedentes.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Quero enfatizar, a propósito da Pet 5.700/DF, que se converteu no Inq 4.133/DF e no Inq 4.134/DF, dos quais sou Relator, que a decisão que nela proferi **permite-me** afirmar *que há, entre* os procedimentos investigatórios dela resultantes **e** o caso ora em exame, *especificidades* que claramente os distinguem e singularizam.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Ilustre Decano, sem querer polemizar, porque, no fundo, é a minha decisão que de certa maneira está em causa também. Eu entendi, *data venia*, que o eminente Relator, tal como o Ministério Público, tem a visão de toda a floresta e não apenas da árvore, até porque Sua Excelência está trabalhando há meses, quicá anos sobre esse processo. Eu mesmo, em janeiro e julho, tive a oportunidade de me debruçar sobre ele no recesso, vi que é um processo extremamente complexo. E mais, eu vejo, no nosso Regimento Interno, as atribuições do Relator. A primeira delas: ordenar e dirigir o processo.

Portanto, eu entendo, com o devido respeito, que a manifestação do douto Ministério Público é um mero parecer, pode orientar a Corte, sobretudo o Relator, num primeiro momento, num certo sentido, mas quem dirige, ordena, preside o processo, é o relator. Esse é um papel inafastável, porque só o relator sabe como melhor conduzir o feito.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Sem dúvida...

23/09/2015**PLENÁRIO****QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ****ESCLARECIMENTO**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, devo prestar um importante esclarecimento de fato, a propósito da observação feita agora pelo senhor Procurador-Geral da República.

Desde o início desses procedimentos investigatórios, por opção da Procuradoria da República, houve pedidos no sentido de abertura de inquéritos separados para casos específicos, sobre fatos específicos. Mas foi também requerida e aberta, aqui no Supremo Tribunal Federal, uma investigação a respeito desse “esquema” em seu conteúdo mais abrangente. É o Inquérito nº 3.989, em que se investiga crime de quadrilha, corrupção passiva, lavagem de ativos financeiros, e que envolve não apenas pessoas com prerrogativa de foro, como também pessoas sem prerrogativa de foro. Portanto, existe um inquérito aberto, aqui no Supremo Tribunal Federal, para investigar o que foi chamado aqui de “esquema geral”. Essa investigação, com a devida vênia, não foi delegada a qualquer outro juízo. Não existe investigação com essa abrangência em outro juízo. Se houver ou se tiver sendo feito em outro juízo esse exame abrangente, certamente haverá problema de competência, porque se estará usurpando uma competência do Supremo Tribunal Federal. Essa observação é importante para que não se fuja do exame técnico dessa questão. É uma questão técnica, que tem certamente consequências importantes, mas que deve ser examinada tecnicamente.

A informação que eu queria dar é que existe, aqui no Supremo, a pedido do Procurador da República e autorizada por mim, a abertura do Inquérito nº 3.989, onde está se fazendo a investigação do esquema geral de corrupção. Portanto, essa investigação do “esquema” geral é da competência do Supremo Tribunal Federal.

Esse é o esclarecimento.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

OBSERVAÇÃO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Pelo que verifiquei do despacho no Ministro **Celso de Mello**, Sua Excelência também entende que os termos da declaração da colaboração, do depoimento do colaborador, não são, **per se**, um critério de determinação, modificação ou concentração de competência.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Precisamente...

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Senhor Presidente, antes de iniciar o resumo do voto, só uma correção em relação à manifestação do Douto Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Só uma pequena correção quanto ao esclarecimento de fato que Sua Excelência fez sobre escritórios de advocacia.

Um dos escritórios de advocacia com sede em São Paulo teria emitido inúmeras notas fiscais referentes a serviços não prestados, as quais teriam sido usadas para a lavagem de dinheiro. Só um escritório tem sede em Curitiba, o outro tem sede em São Paulo. Sua Excelência falou que os escritórios todos tinham sede em Curitiba. Isso não condiz com os fatos.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

DEBATE

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Em um primeiro passo, segundo pronunciamento do próprio ministro Teori Zavascki, apontou-se que a distribuição seria aleatória.

Colhi esse dado – inclusive marquei as folhas, sublinhando com a esferográfica vermelha – do voto de Vossa Excelência, que transcreve a decisão do ministro Teori Zavascki. Posteriormente é que pretendeu o Procurador-Geral da República a reconsideração do que seria despacho ou decisão proferida pelo ministro Teori Zavascki.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Vossa Excelência me permite um esclarecimento? O Procurador-Geral da República requereu a abertura de diversos inquéritos, entre os quais em relação ao Senador Aloysio Nunes e ao Ministro Aloízio Mercadante. Em relação a esses dois casos, o Procurador-Geral da República, ao fundamento de que o fato não tinha relação com a Petrobrás, entendeu que não era da minha relatoria, que eu não estaria prevento. Examinando os outros casos, eu cheguei à conclusão que esse mesmo fundamento se aplicaria a este caso que estamos agora examinando, porque também aqui não há nenhuma relação com a Petrobrás. O crime que se alega aqui é a falsificação de documentos em função de um outro contrato, celebrado no âmbito do Ministério do Planejamento, relativo à consignação de créditos. De modo que as mesmas razões que eu transcrevi - por isso que Sua Excelência está reproduzindo - determinariam também a inexistência de prevenção em relação a mim. Por isso que decidi da forma como decidi, independentemente do requerimento específico, mas adotando o mesmo critério.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

INQ 4130 QO / PR

Então, Senhor Presidente, agradecendo as achegas do Ministro **Marco Aurélio** e do Ministro Teori **Zavascki**, quando discorro sobre o desmembramento, eu aplico aquilo que tem sido aplicado por todos nós, principalmente quando há, desde logo, o pedido da Procuradoria-Geral da República. No caso, já há denúncia apresentada contra um dos acusados, que está preso e sem juízo competente desta Corte para recebê-la, porque está em descompasso com o momento processual daquela investigada, que é a Senadora da República.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

D E B A T E

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, confesso que cada vez fico mais confuso em relação exatamente a essa urdidura e a essa tecitura que se estruturam em termos do tema.

Eu gostaria que o Procurador-Geral, que se manifestou sobre a separação dos processos quando se tratou da temática que era independente de qualquer conexão com esses fatos nos casos do ministro Aloizio Mercadante e do senador Aloysio Nunes - e o ministro Celso fez questão de separar -, voltasse ao tema objeto de sua questão de fato, porque, realmente, a mim, parece-me que, pela exposição do ministro Toffoli, poderíamos escolher até Uberaba como foro adequado, tendo em vista que lá se praticaram atos, ou também cidades do interior de São Paulo.

Gostaria de ouvir o Procurador-Geral a propósito dessa temática, se for esse o critério.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Consulto o eminente relator se é o caso de ouvirmos o ilustre Procurador.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Senhor Presidente, nunca me oporia a ouvir, mas meu voto deixou bem claro, com os relatórios, onde a maior parte dos crimes de lavagem ocorreu (crime mais grave). E a própria denúncia da Procuradoria apontou que, no caso em que já há um denunciado, o fato ocorreu em São Paulo.

A matéria, sob a minha óptica, está esclarecida. Penso que divergir faz parte do colegiado, mas os fatos estão colocados em meu voto.

INQ 4130 QO / PR

Fiz chegar a mídia a todos os gabinetes dos eminentes colegas da Segunda Turma com antecedência, e, como a Segunda Turma deliberou, ontem, pela vinda do caso, com urgência, a esse Plenário, também pedi ao Gabinete que a encaminhasse aos demais colegas componentes do Pleno que não estão na Segunda Turma, para que tivessem acesso ao conteúdo de todos os procedimentos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Acho importante ouvir o eminente Procurador-Geral da República.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, também gostaria de ouvir do Procurador-Geral da República as razões pelas quais entende merecer tratamento diferente a situação dos senadores Aloysio Nunes e do Ministro Aloizio Mercadante desta situação da ex-senadora Gleisi.

Apenas para que fique patenteada a distinção.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Então, está com a palavra o eminente Procurador-Geral da República para complementar o esclarecimento de fato, e não para fazer uma sustentação oral. Vossa Excelência sabe muito bem disso, com a experiência que tem.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Respondo, com acatamento, as indagações feitas pela Corte.

Eu iniciaria pelas indagações do Ministro Gilmar, dizendo que, com já salientei, a empresa tem sede em São Paulo, o escritório do denunciado é em São Paulo, mas os pagamentos, ao que se refere no interesse dessa investigação, se deram em Curitiba, em dois escritórios de Curitiba, e chegou a ser feito um pagamento de um escritório também em Porto Alegre. Mas foram dois escritórios em Curitiba em que esse dinheiro fluiu, que se fez a lavagem de dinheiro e se fez o pagamento dessa verba que se apura ser ilícita ou não.

Eu estou com o nome dos escritórios aqui, mas me furtarei a dizer o

INQ 4130 QO / PR

nome, mas darei as iniciais dos escritórios. O primeiro, GGISR - Escritórios Associados, tem aqui o CNPG; o outro é GG - Advogados Associados, atualmente GRL e G Advogados Associados, ambos escritórios contratados por um determinado partido político, através do qual fluía os pagamentos que interessam a esta investigação. Houve um pagamento também feito por um escritório de Porto Alegre, PI - Advogados Associados, tenho aqui o CNPG desses escritórios.

Que fique bem claro, a sede da empresa é em São Paulo, o escritório do denunciado, já a esta altura, é em São Paulo, só que a lavagem e os pagamentos ocorreram em Curitiba. Daí o entendimento...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Lavagem de dinheiro de qual origem?

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Era um contrato simulado de prestação de serviço em que se fazia o pagamento de uma prestação de serviço que não ocorreu.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Senhor Procurador, tenho uma indagação também: As notas fiscais foram emitidas aonde?

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Foram emitidas em São Paulo, teve emissão em Uberaba, teve emissão em...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Uma lavagem... Lavagem é o recebimento ou é ...

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Eu estou prestando um esclarecimento de fato.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Houve a prática de crimes de lavagem em São Paulo e em outras cidades, mas a maior parte deles ocorreu em São Paulo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Doutor Janot, e a origem do dinheiro lavado, qual é a suposição, ele veio de onde?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Um contrato entre a *Consist* e o Ministério do Planejamento,

INQ 4130 QO / PR

assinado em São Paulo.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - A origem do dinheiro se deu em contratos firmados com a empresa.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então não há suspeita de que esse dinheiro desse contrato tenha vindo de desvio da Petrobras?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Não. Ele veio de desvio de outro esquema ilícito.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - De outro esquema.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O dinheiro saiu de Brasília, Ministério do Planejamento.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, eu penso que, quanto a essa questão de fato, existe um dado objetivo colocado na própria denúncia. A denúncia diz: o crime foi consumado em São Paulo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Está dito na denúncia contra ele. Há um acusado aqui que está denunciado.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Aqui se trata de um caso em que já há denúncia e que o próprio Ministério Público diz: o crime foi consumado em São Paulo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, faltou o senhor Procurador-Geral dizer por que essa situação é distinta da do Senador e do Ministro.

O SENHOR RODRIGO JANOT (PROCURADOR-GERAL DA

INQ 4130 QO / PR

REPÚBLICA) - Na avaliação do Ministério Público, Ministro, existe um esquema que operava em diversos braços, com o mesmo **modus operandi**, mesmos agentes políticos, mesmos agentes econômicos, mesmas empresas, enfim, eram pessoas que operavam em diversos braços.

No caso dos outros dois investigados, numa determinada colaboração premiada, abre-se espontaneamente um depoimento que diz: Olha, para efeito eleitoral, muita gente pede dinheiro por fora; então, eu dou o dinheiro em campanha, dou o dinheiro por fora. E vou dar alguns exemplos: Fulano de tal pediu "x" para a campanha, tanto por dentro, tanto por fora; Beltrano pediu dinheiro para a campanha, tanto dentro e tanto por fora; e eu, eleições diferentes, uma para um governo, outra para o Senado... Esse determinado colaborador faz uma descrição genérica sobre o sistema eleitoral, e como o sistema eleitoral é corruptor. E disse: Tanto é que tem gente que pede dinheiro por dentro e por fora. Daí, não haver conexão dessa organização que opera em diversos braços com o fato de existir doações ilegais em campanhas eleitorais, independentemente da origem ilícita da verba.

É por isso que a gente entendeu que não havia conexão.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Muito obrigado.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Para esclarecer também a pergunta do Ministro Barroso, se Vossa Excelência me permite?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Claro, com prazer.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Em minha decisão, determinando a livre distribuição, eu transcrevi o que disse o Procurador-Geral da República no caso que foi distribuído ao Ministro Celso. O Procurador-Geral da República diz assim:

“Foi no contexto de sua colaboração premiada que Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio majoritário do grupo empresarial UTC e réu em ação penal proposta em razão dos fatos ilícitos

INQ 4130 QO / PR

desvendados, no contexto criminal do que se denominou Caso "Lava Jato", declinou complementarmente fatos criminosos que foram praticados em princípio, também por políticos com prerrogativa de foro, mas sem correlação, até onde se sabe, no presente momento, com fraudes da Petrobras.

Todos o casos relacionados com a denominada operação Lava Jato, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, distribuídos a Vossa Excelência, Ministro Teori, preventivo para apuração dos feitos que serão vinculados a ela.

Entretanto, no caso em tela, tal como já aconteceu no bojo do Inquérito 3.996, que foi redistribuído, por conexão e prevenção, ao Ministro Marco Aurélio, relator do Inquérito 3.515, não há prevenção de Vossa Excelência para, necessariamente, conduzir as apurações em sede de inquérito.

“

Esse é o fundamento.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**VOTO**

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Senhor Presidente, eminente Relator, ilustres Pares, inicialmente, principio por louvar a iniciativa de trazer este tema ao Pleno para verificar a existência ou não de conexão ou continência, e indicar, se for o caso, o juízo competente para o qual o feito deverá ser remetido.

Declaro, muito brevemente, em síntese, o voto que tenho, mas me permito antes, Senhor Presidente, fazer o registro de uma personagem que me parece estar um pouco à sombra desse tema e, quiçá, não esteja no cerne do que estamos a apreciar hoje, mas alguma luz, ainda que não necessariamente no âmbito do Judiciário, sobre essa personagem deve ser lançada, que se trata da prerrogativa de foro pela função exercida. Isso fez, a rigor, com que esse tema estivesse aqui hoje.

A Justiça Federal de Curitiba remeteu essa matéria para cá, o feito, e o fez cumprindo a Constituição. Nós estamos aqui procedendo a um debate cumprindo a Constituição. E é o que vamos fazer, por certo. Mas tomo a liberdade de manifestar, sem embargo daqueles que sustentam por razões não apenas jurídicas, mas inclusive sociológicas - e a obra "Coronelismo, enxada e voto", de Victor Nunes Leal, talvez sustente uma dessas razões sociológicas dessa concentração do foro -, mas é preciso pontuar que a justiça de primeiro grau do Brasil - a Justiça Federal, a Justiça Comum - prestam um relevante serviço e num pacto verdadeiramente republicano, que, quiçá este País venha a subscrever na sua essência, esta disfunção possa não estar necessariamente presente. Permito-me, pois, fazer esse registro.

Quanto ao tema específico vertido nesta Questão de Ordem 4.130, em suma, assento o seguinte:

Parece-me estar em causa a definição do juiz natural, princípio secular do processo penal democrático. O cerne da questão diz respeito à eventual incidência, no caso concreto, da regra de conexão conforme

INQ 4130 QO / PR

prevista no artigo 76 e seus incisos do Código de Processo Penal.

A teleologia desse instituto, como se sabe, é a racionalização da prestação jurisdicional, evitando-se a duplicidade de instrução, decisões contraditórias sobre fatos idênticos, correlatos ou similares, permitindo uma visão ampla sobre um mesmo conjunto de fatos que se relacionam e se imbricam.

O voto do eminente Relator parte da premissa segundo a qual a origem comum da descoberta dos fatos apurados, ou seja, o termo de colaboração premiada, não induz necessariamente à conexão entre todos os crimes confessados e narrados pelo delator.

Pois bem. Percebo que o ponto nodal daquilo que ora nos pomos a decidir é a consideração sobre seus supostos desvios ocorridos no âmbito da Petrobras e os supostos desvios ocorridos no âmbito do Ministério do Planejamento têm um ponto de intersecção comum que justifique apuração perante o mesmo juízo. Depreendi do voto, dos fatos que examinei, que não há.

Nesse ponto, peço vênias aos que comungam de entendimento diverso para acompanhar o eminente Relator.

Os termos excessivamente genéricos das regras de conexão e continência não podem ser levados às últimas consequências.

Destaco ainda a excepcionalidade das regras dos artigos 76 e 77 do Código de Processo Penal, que tratam da conexão e continência. Ambos são institutos que afastam a regra geral de definição que aquela do artigo 70 do Código de Processo Penal, ou seja, a regra da competência define-se pelo lugar em que se consumar o crime.

Por serem excepcionais e por não depreender óbice a que este feito seja corretamente levado adiante, apurado e que os fatos aqui narrados sejam profundamente investigados, mesmo perante outro juízo, acompanho o eminente Relator, nos termos do artigo 78, inciso II, do Código de Processo Penal.

Senhor Presidente, antes de concluir, permito-me uma sugestão, caso o eminente Relator eventualmente esteja de acordo, embora pelo princípio, pela teoria do juízo aparente, convalidados estão pelo voto de

INQ 4130 QO / PR

Sua Excelência todos os atos já praticados, inclusive foi feita aqui referência que há réu preso e, portanto, prisão decretada, sugiro que se explicita o que está implícito no sentido de, com o encaminhamento ao juiz competente, seja mantida a prisão, tal como decretada, até que ulterior deliberação eventualmente venha a ser tomada. Portanto, estou sugerindo a manutenção da prisão.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Já está havendo.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - E acredito que está implícito, mas como não há uma explicitação dessa ordem de ideias.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não, mas já está. Eu estou convalidando todos os atos praticados, inclusive a prisão.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Perfeitamente. Como não está dito no voto "inclusive a prisão" é que estou tomando a liberdade de sugerir.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

(CANCELADO.)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Mas Sua Excelência certamente acrescentará aí, se for o caso, essa observação do eminente...

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - De qualquer sorte, com essa achega que coloco nessa declaração de voto, acompanho Sua Excelência o Relator.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Senhor Presidente, eu estou, em primeiro lugar, louvando o eminente Relator pela velocidade do voto e pela riqueza de informações que compartilhou e que nos esclareceu a todos.

Eu estou, Senhor Presidente, acompanhando Sua Excelência no tocante à questão da livre distribuição, estou acompanhando Sua Excelência no tocante à questão do desmembramento, porém não estou me pronunciando sobre a questão da competência do juiz de primeiro grau que encaminhou o processo para cá, por entender que esta matéria não é o objeto da discussão. Embora a posição do Ministro Toffoli tenha a lógica que ele expôs, eu acho que não se deve privar o juízo de origem, primeiro, de decidir na linha do que decidiu o Supremo - e, eventualmente, se assim não o fizer, caberá recurso lá -, mas eu não gostaria de avançar e já fixar uma competência sem permitir que o juízo de origem faça ele próprio essa avaliação com os elementos próprios.

De modo que eu acompanho quanto à livre distribuição e quanto ao desmembramento, porém não...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Luís Roberto Barroso, Vossa Excelência me permite?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Claro, com muito prazer.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Penso que essa matéria não está em jogo. Estamos decidindo apenas...

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas o Ministro Toffoli incluiu na decisão.

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – ... o que está nos autos, considerada livre distribuição verificada, a redistribuição ao ministro Dias Toffoli e o desmembramento.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas ele determinou ao final, a última frase do voto é determinando...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

À Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É, portanto ele retira...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A declinação, mesmo partindo do Supremo, de início, não obriga o juízo para o qual se verifique a declinação.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não, não. Na verdade, Ministro Marco Aurélio, o juízo da Décima Terceira Vara Criminal de Curitiba encaminha ao Supremo em razão da existência do foro por prerrogativa.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Encaminhou ante a notícia de envolvimento de detentora de prerrogativa.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Certo, mas o que eu digo é assim: o juiz de primeiro grau...

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Ministro Barroso, Vossa Excelência me permite um esclarecimento?

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – Claro.

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - A remessa do processo do juiz de primeiro grau ao Supremo se deu porque se considerou que o Supremo é competente. Portanto, desde logo, o próprio juiz de primeiro grau se considerou incompetente. Portanto, a competência, nesse momento, é do Supremo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

É do Supremo e nós vamos designar quem é o competente. Nós vamos mandar para onde?

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Sim, o Supremo vai definir se cinde ou se não cinde.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – Certo.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Se houvesse alguma dúvida - e eu, em alguns casos que determinei a cisão, tive dúvidas, porque não tinha elementos suficientes -, se houvesse alguma dúvida sobre a competência, penso até que se deveria mandar de volta para que o juiz lá examinasse. Mas, nesse caso, aqui, não há dúvida, há uma denúncia oferecida que diz que o fato se consumou em São Paulo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – É que a remessa foi linear, envolvendo não só, considerados os autos, a Senadora, como também aqueles que não detêm a prerrogativa de serem julgados pelo Supremo.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Certo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sob a minha óptica, o Juízo, se entendesse, quanto a esses últimos, competente, poderia, ele próprio, desmembrar, mas esse não é o entendimento...

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não é a posição do Supremo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Sim.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Então nós estamos encaminhando a livre distribuição e estamos desmembrando.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Estamos apenas endossando o ato do Presidente.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Exatamente. Portanto nós endossamos a livre distribuição e estamos desmembrando, dizendo: Somente a Senadora será submetida à jurisdição do Supremo. Quanto ao mais, fica submetido à jurisdição ordinária.

Eu acho que nós estaríamos saltando a competência do juiz de primeiro grau, impedir que ele valora a decisão do Supremo para saber se de fato ele deixou de ser competente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, é ínsito ao desmembramento indicar-se qual é o juízo competente.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Eu acho que, ao desmembrarmos, volta para a origem.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Ministro Barroso, Vossa Excelência me permite? Veja o que aconteceu agora nesse caso que está distribuído ao Ministro Celso. O Ministro Celso desmembrou e mandou para um juiz competente, que não é o que remeteu.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas ali é

INQ 4130 QO / PR

uma questão eleitoral, o Ministro Toffoli destacou esse ponto.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Porque, desde logo, está evidente que se trata de um juiz eleitoral.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Que eu não estou convencido desta evidência da incompetência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - O que o ministro Barroso está propondo é a remessa a Curitiba.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - A volta para Curitiba, para o juiz de Curitiba decidir e, se a parte se inconformar, caso ele não decline, aí acho que ele deve discutir isso na jurisdição própria, com recurso próprio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro, se não pudermos definir o juízo competente, é porque somos competentes.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Mas é porque, quando nós desmembramos, Ministro Marco Aurélio, eu entendo que nós dissemos: Somos competentes para a Senadora; não somos competentes quanto ao mais.

O Ministro Toffoli entendeu que, ao dizer que não somos competentes quanto ao mais, deveríamos retirar a competência do juiz que encaminhou. Eu penso que se deva devolver a ele, e, se ele preservar a sua competência, a parte vai recorrer lá. Mas eu não me considero suficientemente esclarecido; eu me sinto esclarecido para dizer que a distribuição é livre; eu me sinto esclarecido para dizer que deve desmembrar; mas não me sinto esclarecido para dizer onde deve ser a competência.

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Mas, Ministro Barroso, se nós estamos dizendo que, em princípio, este caso não tem nada a ver com aqueles outros casos que tramitam em Curitiba, não poderá o juiz de Curitiba dizer que tem, sim, depois de o Supremo se pronunciar - se é que vai se pronunciar - de forma afirmativa.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Preconizaria, a essa altura, Presidente, para parafrasear o ministro Luís Roberto Barroso, um *habeas* a favor do Juiz Moro!

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Fica consignada, então, a divergência de Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - O Procurador-Geral insiste em achar que a conexão maior é com Curitiba. O Ministro Teori, acompanhado pelo Ministro Toffoli, entende que é a conexão maior em São Paulo. Eu acho que eu não tenho que decidir isso. Acho que isso deve ser discutido em primeiro grau de jurisdição.

De modo que eu estou acompanhando a livre distribuição, acompanhando o desmembramento, mas eu não acompanho a supressão da competência do juízo encaminhante. Acho que a matéria deve voltar a ele.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Senhor Presidente, temos que apreciar a competência para supervisão de investigação oriunda da Operação Lava Jato nesta Corte e a competência para processar e julgar desdobramento de investigação dela decorrente em primeira instância.

Como nós sabemos, essa não é uma questão neutra ou meramente técnica. Em verdade, é de grande relevo. Do contrário, nem estaria havendo essa disputa no próprio âmbito do Tribunal Pleno. No fundo, o que se espera é que processos saiam de Curitiba e não tenham a devida sequência em outros lugares. É essa a expectativa. É bom que se diga em português claro para que não iludamos ninguém.

Em princípio, este feito foi autuado como Petição 5.758 e distribuído ao ministro Teori Zavascki, por dependência à Reclamação 17.623; o primeiro oriundo da Operação Lava Jato distribuído nesta Corte. O ministro Teori Zavascki determinou a redistribuição, sob o fundamento da inexistência de conexão com a investigação original.

Os autos foram então redistribuídos ao ministro Dias Toffoli que, por sua vez, determinou a reautuação como Inquérito e trouxe à consideração da Corte pedido de cisão do feito em relação a implicados sem prerrogativa de foro.

Fui beneficiado pelo início do debate dessas questões na Segunda Turma, pelo que me permito começar o voto tecendo considerações sobre dois argumentos importantes, levantados, um pelo ministro Dias Toffoli, outro pelo ministro Teori Zavascki.

INQ 4130 QO / PR

O ministro Dias Toffoli argumentou que os acordos de colaboração premiada não atraem a competência do Juízo que os homologa relativamente a todos os crimes delatados. A observação não merece qualquer reparo. Ao menos em regra, o encontro fortuito de provas não atrai o julgamento ao juízo da investigação em relação a fatos não conexos.

Mas não é disso que se cuida.

Não é como se o Ricardo Pessoa, um dos empresários acusados que optou por colaborar, tivesse confessado que furtou um sanduíche de um posto da BR Distribuidora de Manaus e a Vara Federal de Curitiba tivesse assumido a competência para o processo, deliberando aplicar ou não o princípio da insignificância.

O próprio Ministério Público tem adotado a conexidade como critério para requerer a reunião dos feitos. Fatos delatados pelo próprio Ricardo Pessoa, sem conexão com a Lava Jato, já receberam distribuição autônoma. O Inquérito 3.515, sob a relatoria do ministro Marco Aurélio, foi abastecido com informações do colaborador. Mais recentemente, dois novos inquéritos foram abertos, sob a relatoria do ministro Celso de Mello, com dados não conexos fornecidos pelo colaborador.

O que temos aqui são fatos ligados por conexão e continência, como será demonstrado neste voto. Temos diversos crimes praticados pelo que aparenta ser uma mesma organização criminosa, com os mesmos métodos.

Um exemplo mais aproximado do caso em que estamos trabalhando seria o de uma investigação de tráfico de drogas no Distrito Federal, em que fosse descoberto que a quadrilha rouba carros em Goiás para trocar por mercadoria e lavar o produto do crime em São Paulo. Não haveria nenhuma dúvida sobre a reunião dos processos. Aqui, também, não deve

INQ 4130 QO / PR

haver.

O ministro Teori Zavascki argumentou que a prevenção não seria aplicável ao juízo de primeira instância, visto que os primeiros processos da Operação Lava Jato já teriam sido sentenciados naquele foro. Não discuto que a Súmula 235 do STJ, que dispõe que “A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado”, pode ser aplicada ao processo penal.

Mas, novamente, não é disso que se cuida.

Em primeiro lugar, no processo penal, a conexão e a continência nem sempre levam ao julgamento conjunto. O próprio CPP, logo após definir a conexidade como causa de modificação da competência (arts. 76 e 77) ressalva a possibilidade de separação, por conveniência, no art. 80:

“Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação”.

Salvo nos casos de prerrogativa de foro, a separação dos processos conexos não redundará em alteração da competência. É corriqueira no foro criminal a cisão de processos em relação a réus presos, por exemplo, para evitar o excesso de prazo. O juiz que determina a cisão fica tanto com o processo original, quanto com o cindido.

Além disso, para compreender a conexidade criminal, não podemos desconsiderar que as investigações também são relevantes como fator de atração.

INQ 4130 QO / PR

A Operação Lava Jato foi iniciada para apuração de um esquema de lavagem de ativos e, de degrau em degrau, foi revelando uma associação criminosa que se ramifica, praticando vários crimes, sob um comando central.

No curso das investigações, alguns dos crimes foram suficientemente revelados para permitir o oferecimento de denúncias. Tendo em vista que havia investigados presos, não se poderia aguardar a conclusão completa das apurações.

No entanto, as denúncias oferecidas foram acompanhadas de requerimento de conexão das investigações, para regular prosseguimento quanto a fatos ainda não apurados. Ou seja, a investigação da organização criminosa em Curitiba não foi encerrada. Não há como falar em esgotamento daquela jurisdição.

Dito isso, passo à análise do que me parece ser a questão central da determinação da competência neste caso: a reunião dos feitos por conexão e continência.

Tanto o Regimento Interno do STF quanto o CPP usam a conexão e a continência como causas de modificação da competência. Dispõe o art. 69 do RI:

“Art. 69. A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência.”

O CPP, por sua vez, define a conexão e a continência nos arts. 76 e 77:

“Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o

INQ 4130 QO / PR

lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;

II - no caso de infração cometida nas condições previstas nos arts. 51, §1º, 53, segunda parte, e 54 do Código Penal.”

A discussão levantada até o momento refere-se à existência de conexão probatória da presente investigação com outras ligadas à operação Lava Jato.

Desde logo, adianto que o caso envolve não apenas a conexão, mas principalmente a continência.

No entanto, já que a conexão ocupou a Corte até o momento, inicio por ela.

Há conexão probatória deste caso com os casos oriundos da 13ª Vara Federal de Curitiba (art. 76, III).

A interpretação da conexão probatória não é simples. Em princípio, a investigação de qualquer fato pode influir na de outro, sendo difícil prever o resultado dos inquéritos e instruções penais. Discorrendo sobre o dispositivo do Código de Processo Penal italiano que inspirou nossa legislação, Ugo Aloisi constata que a norma deixa margem a certa discricionariedade do julgador na avaliação da conexão – ALOISI, Ugo. *Manuale pratico di procedura penale*. Milão: Giufrè, 1943. p. 136.

INQ 4130 QO / PR

Portanto, não existe a precisão aritmética que se tenta dar ao tema.

O próprio Supremo Tribunal Federal já enfrentou dificuldades com a avaliação discricionária da conexão no caso do mensalão. Inicialmente, houve desmembramento em relação aos denunciados sem prerrogativa de foro, tendo a Corte reconsiderado a decisão em seguida, por não vislumbrar maiores benefícios na separação. Por várias vezes, cogitou-se de cindir o feito, mas prevaleceu a manutenção do processo único.

Além disso, não se pode esquecer de que o dispositivo que trata da conexão é da redação original do Código, do ano de 1941. Não se encarava criminalidade organizada como fenômeno a merecer tratamento próprio pela lei e pelos aplicadores do direito. Se há uma necessidade de atualização, é justamente neste tema. A complexidade das investigações e ações penais por crimes dessa ordem não estava sequer no horizonte de previsão do legislador.

A rigor, temos de ler o texto à luz da dimensão que assumiram as organizações criminosas. É chocante quando vemos o quadro trazido pelo Procurador-Geral da República, no qual nem conseguimos nos situar. Precisaríamos de um GPS para entrar nesse emaranhado. Talvez, seja a mais complexa organização criminosa já formada no país.

Em suma, não podemos apresentar a questão como decisão neutra, técnica ou aritmética.

O que se apurou até o momento é que o esquema criminoso apurado em relação à Petrobras foi replicado em diversos outros órgãos públicos, revelando complexa orquestração criminosa em que se reproduziu o (i) mesmo *modus operandi* e estão presentes os mesmos integrantes, *rectius*, os mesmos agentes criminosos, sejam eles (ii) agentes políticos (VACCARI, DIRCEU, entre outros), (iii) agentes públicos, (iv) operadores financeiros (v.g. MILTON PASCOWITCH, ALEXANDRE

INQ 4130 QO / PR

ROMANO), e as (v) mesmas empreiteiras.

Neste Inquérito específico, o que temos na denúncia já formalizada é que o mesmo esquema de lavagem de dinheiro sujo retirado da Petrobras era empregado para branquear as propinas oriundas do Ministério do Planejamento.

Os implicados na Operação Lava Jato Milton Pascowitch e José Adolfo Pascowitch admitiram que usavam a JAMP ENGENHEIROS LTDA. para lavagem das propinas relativas aos contratos da Petrobras. A mesma pessoa jurídica lavaria recursos no presente inquérito, oriundos do Ministério do Planejamento.

Não há dúvida de que a lavagem de dinheiro é ligada pela conexão teleológica com o crime a ela antecedente (art. 76, II, CPP).

E a prova de que Milton e José Adolfo Pascowitch eram operadores de um sistema de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro, tem grande potencial de influir na prova de que ambos prestavam o mesmo serviço para outros corruptos e corruptores.

Pelo lado dos corruptos, temos também a informação de que ambos os esquemas convergiam para João Vaccari Neto, tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, destinatário das propinas pagas.

E, por ocasião da instauração do Inquérito sobre o qual nos debruçamos, os personagens mencionados já eram investigados ou processados, pelos mesmos fatos, perante a 13ª Vara Federal de Curitiba.

Isso sem falar que cada uma dessas investigações se insere num todo maior.

Estamos diante de uma investigação em que cada novo crime

INQ 4130 QO / PR

descoberto permite o desdobramento em outras investigações. A pura e simples divisão das investigações não permitiria o acompanhamento do contexto, relegando ao fracasso qualquer esforço sério de persecução.

É grande a responsabilidade da Corte ao fazer esta opção. Podemos estar comprometendo a própria persecução criminal. Não preocupa a distribuição de processos no âmbito da Corte, mas espalhar processos para Uberaba, São Paulo, Cuiabá, a partir do critério do local onde foi praticado um ou dois fatos, certamente estará contribuindo para o grau de precisão que se quer.

Não se pode negar que há liame entre os fatos investigados em cada um dos inquéritos da Operação Lava Jato. Sejam crimes ligados à Petrobras ou não, todos estão inseridos no mesmo contexto. Todos parecem convergir para o mesmo método de governança.

Aplica-se aqui a lição de Pimenta Bueno, sobre a importância da observância da reunião de feitos conexos para avaliação da prova:

“Todos os meios de acusação, defesa e convicção estão em completa dependência. Separar será dificultar os esclarecimentos, enfraquecer as provas, e correr o risco de ter afinal sentenças dissonantes e contraditórias. Sem o exame conjunto, e pelo contrário com investigações separadas, sem filiar todas as relações dos fatos, como reconhecer a verdade em sua integridade, ou como reproduzir tudo isso em cada processo?” (SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. R. Santos, 1857. p. 63).

Em 1857, quando não se cogitava de uma organização criminosa com o grau de complexidade e integração como conhecemos hoje, o autor

INQ 4130 QO / PR

antevia as consequências de que estamos falando.

Assim, as ações penais e investigações devem permanecer reunidas perante o juízo prevento.

Reafirmo que não se trata de dizer que todos os desdobramentos de uma investigação original devem ser reunidos no mesmo juízo. Não discordo do ponto de vista segundo o qual, se em uma investigação criminal, descobre-se, de forma fortuita, prova de crimes não conexos, a prevenção inexistente. Não é disso que se cuida neste caso. Aqui, há um liame entre as condutas investigadas que não pode ser desprezado.

O ponto é que não interessa que tenha sido usado, como meio para obter os fins, o Ministério do Planejamento, a Petrobras, a Eletrobras, ou outra estatal ou órgão público qualquer. Há uma comunhão dos meios de lavagem de recursos. Há uma semelhança entre as condutas. Há laços políticos entre os autores. Há um liame que não pode ser desprezado, essencial à apuração e compreensão da verdade.

Logo, a conexão probatória está presente (art. 76, III, CPP).

Além disso, estamos um passo além da simples conexão. O caso é de continência (art. 77, I, CPP).

O esquema em apuração na Operação Lava Jato aponta para um método de governar: de um lado, recursos do Estado fluiriam para forças políticas; de outro, financiariam a atividade político-partidária e de campanhas eleitorais, a corrupção de agentes públicos, a manutenção de base partidária fisiológica, a compra de apoio da imprensa e de movimentos sociais e, claro, o luxo dos atores envolvidos.

O que está ocorrendo é que, para cada uma dessas práticas e para cada autor de determinada prática, está em andamento um inquérito.

INQ 4130 QO / PR

Essa divisão serve como técnica de investigação, mas não se pode perder de vista o todo.

O que se tem é que as práticas criminosas podem ser reconduzidas ao mencionado método de governar, nele se inserindo. Temos a perpetração de vários crimes graves, ligados entre si, se protraindo no tempo. E, salvo se houver uma incrível coincidência quanto aos métodos de performar os crimes, deve haver, também, uma liderança central, ainda por ser revelada.

Em todas as investigações, temos a recondução dos fatos aos núcleos políticos que, valendo-se dos próprios meios de intermediação – os chamados operadores – cuidavam de receber e lavar as propinas. Os partidos apontados como envolvidos compunham a base aliada do Governo e, justamente por isso, tinham influência na nomeação dos servidores públicos em cargos-chaves a se levar a efeito o esquema.

No caso específico do Partido dos Trabalhadores, detentor da chefia do Poder Executivo federal e apontado como principal beneficiário, as investigações convergem ao tesoureiro nacional João Vaccari Neto, que seria responsável por fazer o dinheiro sujo ingressar nos cofres do Partido, seja por doações contabilizadas, seja pelo caixa dois.

Analisando o contexto, difícil deixar de trabalhar com a hipótese de que os inúmeros implicados estão associados de maneira estruturalmente ordenada, dividindo tarefas, com o objetivo de obter vantagens políticas e econômicas, mediante a prática das infrações penais investigadas.

Se é assim, estamos diante de uma organização criminosa, nos termos da definição do art. 1º, §1º, combinado com art. 2º, da Lei 12.850/13:

“§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de

INQ 4130 QO / PR

4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.”

E a investigação dos coautores do crime de organização criminosa e dos diversos crimes praticados pela organização atrai o juízo da investigação originária, por continência (art. 77, I, CPP).

Repito que não interessa que a organização criminosa tenha usado, como meio de obter seus fins, a Petrobras, a Eletrobras, o Ministério do Planejamento, ou outra estatal ou órgão público qualquer. Se todas as condutas são reconduzidas à mesma organização criminosa, aplica-se a regra da continência.

Assim, não se trata de tornar um juízo preventivo para todos os crimes graves, ou todos os casos de corrupção do país, mas de aplicar a regra da continência a reunir processos por crimes praticados pela mesma organização criminosa.

Esse entendimento vale tanto para o ministro preventivo no Supremo Tribunal Federal quanto para o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba e, mesmo, para todas as instâncias intermediárias com competência sobre o caso.

E neste específico Inquérito, a denúncia, oferecida pela

INQ 4130 QO / PR

Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho em desfavor de Alexandre Correa de Oliveira Romano não deixa dúvida da continência do caso com os demais oriundos da Operação Lava Jato.

Romano é acusado justamente do crime de integrar organização criminosa (art. 2º da Lei 12.850/13).

A denúncia descreve a contribuição do denunciado para o esquema destinado a sangrar recursos do Ministério do Planejamento, por meio de contrato com empresa de tecnologia da informação (Consist Software, posteriormente SWR Informática), para administração de consignações em pagamento de servidores públicos federais. Cerca de 40% do valor do contrato seria devolvido como propina, seguindo os métodos de lavagem de dinheiro indicados pelo então tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto.

Os recursos seriam repassados por meio de notas fiscais frias a JAMP Engenheiros Ltda. Esta empresa seria uma espécie de central de lavagem de recursos, recebendo e administrando valores oriundos não só do contrato da Consist, mas de outros contratos fraudulentos, como os da Petrobras.

Ao menos em tese, estamos tratando da mesma organização criminosa do Petrolão.

Logo, a competência, por continência e conexão, é do ministro Teori Zavascki. Pelos mesmos fundamentos, em primeira instância, é da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Por fim, mencionou-se ser possível redistribuir desdobramentos da Operação Lava Jato entre juízos de primeira instância por serem os magistrados igualmente preparados.

INQ 4130 QO / PR

Ainda que isso não seja propriamente fundamento jurídico, quero registrar que não me comprometo com a ideia de que é possível cindir as investigações e ações penais, sem prejuízo de qualidade ou de velocidade.

Não pretendo comparar juízes. O que quero ressaltar é a importância do foco e dos instrumentos para que um trabalho da magnitude da investigação e julgamento da Operação Lava Jato seja feito, não só no âmbito do Poder Judiciário, mas também do Ministério Público e da Polícia.

Desde fevereiro de 2015, a Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região designou a magistrada Gabriela Hardt para atuar em todos os processos da 13ª Vara que não fossem relacionados à Operação Lava Jato. Ou seja, o juiz Sérgio Moro podia manter o foco nessas relevantes investigações. E o apoio do Tribunal não parou por aí.

Logo em seguida, suspendeu-se a distribuição de feitos novos à Vara, permitindo que o juiz e os servidores se concentrassem nos feitos da Operação.

No âmbito do Ministério Público, foram deslocados onze procuradores da República e quarenta servidores para a força-tarefa de Curitiba. Aqui, em Brasília, junto à Procuradoria-Geral da República, são doze membros, sendo oito atuando com dedicação exclusiva nessa investigação.

Na Polícia Federal, são mais de quarenta policiais trabalhando exclusivamente na condução das apurações.

Ao todo, são aproximadamente trezentos e trinta servidores, entre Ministério Público e Poder Executivo, envolvidos na força-tarefa.

Essas estruturas não podem ser replicadas com a repartição dos

INQ 4130 QO / PR

procedimentos. Estamos falando, talvez, do maior caso de corrupção do mundo.

Recentemente, atuei, no Tribunal Superior Eleitoral, na prestação de contas da presidente Dilma Rousseff. Tivemos o apoio de técnicos da Receita Federal, do Tribunal de Contas da União e do Banco Central. Quatro ou cinco técnicos. Eles pegam os números e as planilhas e explicitam situações. Certamente, não será o que irá ocorrer com a opção que se está a desenhar.

E sem falar na perda do fio da meada, do conhecimento acumulado com o desenrolar das investigações. Todo novo juiz, membro do Ministério Público e policial terá de refazer o caminho traçado até então.

Portanto, não se trata de uma simples redistribuição de processos. Essa decisão não é politicamente neutra, é uma decisão grave.

Mas meus fundamentos são jurídicos. A leitura que devemos fazer do CPP deveria ser atualizadora, com base na própria lei de organizações. No mínimo, há atração por conexão probatória.

Portanto, voto, de forma muito convicta, pela redistribuição do inquérito à relatoria do ministro Teori Zavascki e pela cisão do feito em relação a Alexandre Romano e a outros investigados sem foro originário perante esta Corte, devendo o cindido ser encaminhado ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

23/09/2015**PLENÁRIO****QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ****ANTECIPAÇÃO AO VOTO**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Senhor Presidente, em primeiro lugar, é preciso registrar que o juízo pode ser competente por continência ou conexão, ou por prevenção. A continência e a conexão são modos de prorrogação de competência com a finalidade de promover a instrução e o julgamento conjunto, em um único processo, o que não é o caso.

Aqui está oferecida denúncia sobre fato específico. Não há pedido para reunião com qualquer outro processo. Apenas se está afirmando que o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba seria o competente. Seria, portanto, uma espécie de competência por prevenção.

A 13ª Vara Federal de Curitiba foi especializada, por Resolução nº 18/2007 do TRF da 4ª Região, para crimes de lavagem de dinheiro e crimes de ocultação de bens e valores e outros crimes de organização criminosa em relação à cidade de Curitiba. Essa resolução do TRF da 4ª Região, de 2007, especializou diversas varas federais criminais para processar e julgar crimes praticados por organizações criminosas, independentemente do caráter transnacional ou não das infrações, e outros crimes de várias naturezas. Especializou em Porto Alegre, em Florianópolis e em Curitiba. De modo que, relativamente aqueles atos de competência territorial de Curitiba, essa Vara é preventiva. Todavia, no caso, aqui, como foi relatado, a denúncia referiu que o crime foi consumado em São Paulo e, portanto, incide a regra de competência do Código de Processo Penal, e não a de prevenção.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - É só porque o Procurador-Geral insistiu que houve componentes importantes do cometimento do delito em Curitiba. De modo que eu me sinto distante demais dos fatos para ser o árbitro desse juízo de competência.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Na verdade, Vossa Excelência, ao dizer que não é São Paulo, está dizendo que é Curitiba.

INQ 4130 QO / PR

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Não, eu estou dizendo que esta matéria, competência ou não do juízo de Curitiba, não foi o objeto, a meu ver, da discussão, ele apenas encaminhou porque havia uma senadora com foro por prerrogativa de função. Eu acho que, a matéria voltando para o primeiro grau, o juiz deverá considerar se, de fato, São Paulo não é a conexão mais relevante e declinar da sua competência. Se não o fizer, acho que a parte representada pelo seu advogado pode arguir a sua incompetência e, inclusive, invocar os argumentos de Vossa Excelência e do Ministro Toffoli. Porém, eu não me sinto instrumentalizado, neste momento e tendo em vista a divergência manifestada pelo Procurador-Geral, para determinar se Curitiba é ou não competente.

De modo que eu nem estou dizendo que a competência não seja de São Paulo, só estou dizendo que acho que não devemos ser nós a definir isso.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Nesse ponto eu discordaria. Neste momento a situação é a seguinte: o juiz de Curitiba determinou que o processo viesse para o STF porque há pessoa com prerrogativa de foro envolvida, de modo que, enquanto não decidir de outro modo, o Supremo é competente. O Supremo decidirá se cinde ou se não cinde. Se resolve cindir, ele deverá enviar o caso para o juiz competente. Se houvesse dúvida sobre a competência neste caso específico, poder-se-ia até mandar retornar à 13ª Vara de Curitiba.

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Porque eu tenho dúvida.

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI - Quero dizer que discordo porque, neste caso, eu não tenho dúvida, assim como o Ministro Celso não teve no caso que mandou para a Justiça Eleitoral. Não tenho dúvida até pelos termos da denúncia oferecida.

Esta questão, de qualquer modo, é muito importante, porque a própria Procuradoria da República, em alguns momentos, manifestou posições diferentes sobre a matéria. No caso, por exemplo, do Senador Aloysio Nunes e do Ministro Aloizio Mercadante, o critério utilizado pela

INQ 4130 QO / PR

Procuradoria da República para estabelecer a prevenção ou não - e aqui estava falando de prevenção - foi esse de estar ou não o fato relacionado com os delitos gerais da Petrobras. Ora, esse mesmo critério obviamente é aplicável ao caso concreto.

Há um outro caso que tem semelhança ainda maior do que esses casos que foram distribuídos ao Ministro Celso. É o caso do contrato envolvendo o laboratório Labogen, que foi firmado com o Ministério da Saúde. Em junho de 2014, a respeito desse caso, o Procurador-Geral da República se manifestou assim:

"Esse contexto é bem diferente do possível envolvimento da Labogen para obtenção de contratos com o Ministério da Saúde.

Dessa forma, o simples fato de a Labogen estar envolvida em outros crimes praticados por Alberto Youssef não induz à conclusão de conexão em relação aos possíveis crimes praticados por André Vargas; ao contrário, **não há até o momento qualquer indício de participação de qualquer parlamentar no suposto desvio de dinheiro da PETROBRAS.**"

O critério foi também o de conexão com a Petrobras.

Nessa mesma manifestação, em um outro momento mais adiante - página 25 -, diz assim:

"Dessa forma, foi somente a partir do relatório da Polícia Federal de 15/5/2014 que se pôde visualizar a presença dessa autoridade com prerrogativa de foro nos autos - mesmo que com frágeis indicativos de práticas delitivas. Assim, valem aqui todas as anotações feitas a respeito da situação do Deputado Federal André Vargas.

(...)

Portanto, a exemplo do que ocorre com a situação do Deputado André Vargas, entende-se que os fatos veiculados contra o Deputado Argôlo **não guardam nenhuma relação de conexão ou continência com aqueles pelos quais Alberto Youssef está sendo investigado e processado na origem**, seja quanto quanto ao uso da Labogen para lavar dinheiro de

INQ 4130 QO / PR

desvios de obras da PETROBRAS, seja quanto ao emprego da empresa para evasão de divisas, por ausência de vínculo subjetivo (não há pertinência entre os investigados e acusados) e objetivo (não há relação no tocante às condutas retratadas)."

Portanto, no caso Labogen, o critério defendido pela Procuradoria também foi esse de levar em consideração fatos específicos.

Mas o que é mais importante, Senhor Presidente, é que, como já afirmei em intervenção anterior, nesse episódio geral envolvendo Petrobras, a Procuradoria-Geral da República, por opção própria, preferiu "fatiar" as investigações e as ações penais. Solicitou fossem abertos inquéritos perante o Supremo Tribunal Federal sobre fatos específicos. Por isso foram abertos diversos inquéritos - dois deles já com ação penal oferecida. Portanto, a Procuradoria considerou que não há conexão; há prevenção, que é outra coisa. Mas não há conexão, porque a conexão determinaria que tudo fosse julgado em conjunto.

Pelo contrário, além de pedir "fatiamento", aqui no Supremo, de fatos que poderiam até ser conexos eventualmente, a Procuradoria, por opção estratégica ou por uma opção processual que lhe era permitido fazer, providenciou essas solicitações: de "fatiamento", de abertura de inquéritos diferentes aqui e também no primeiro grau. De modo que, quando se faz "fatiamento", pede-se exatamente o contrário de conexão ou de continência; pede-se exatamente o contrário. Está-se dizendo que um e o outro podem correr separadamente. Conexão e continência ao contrário, são modos de reunir vários processos em processo único.

E, relativamente ao delito maior de investigação sobre o dito "esquema" de distribuição de benesses em troca de apoio político, o Ministério Público requereu que fosse aberto um inquérito especial no STF e pediu, inclusive, que fossem reunidos nesse inquérito procedimentos anteriores - Pet 5.260, 5.276, 5.277, 5.279, 5.281, 5.289, 5.293. Todos foram aqui reunidos em um inquérito só, aqui sim por conexão, no âmbito do qual se faz a investigação e apuração dos fatos relativamente ao "esquema geral."

De modo que, o argumento da existência de continência ou conexão,

INQ 4130 QO / PR

se acolhido, determinaria a competência, não do juízo de primeiro grau, mas, sim, a do Supremo. Justamente porque esse fato maior envolve parlamentares, com prerrogativa de foro, é aqui que está em curso o inquérito maior, e não em juízo de primeiro grau, onde, como afirmado, os inquéritos foram divididos em fatos específicos.

Parece que há aqui uma razão técnica evidente de que não se trata de conexão com processo da 13ª Vara. Obviamente não se trata de conexão, nem de continência. Se houvesse, a competência seria do Supremo. E não se trata de prevenção também, porque a prevenção, nos termos do Código de Processo Penal, art. 83, é um modo de distribuição de competência que supõe a existência de dois ou mais juízes igualmente competentes. Prevenção há em órgão colegiado com vários membros, onde qualquer um deles pode ser competente. Mas a questão de conexão ou continência é outra coisa. Essa é uma técnica de prorrogar a competência com finalidade de reunir processos e não é esse o objetivo, nem é isso que está-se pretendendo aqui.

Eu vou acompanhar o Ministro-Relator.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI: 1. Trata-se de procedimentos instaurados perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, nos quais houve *“declinação de competência ao Egrégio Supremo Tribunal Federal em decorrência da identificação de indícios de que a Senadora da República Gleisi Helena Hoffman seria beneficiária de valores de possível natureza criminoso”*.

Com vista dos autos, o Procurador-Geral da República manifestou-se nos seguintes termos:

“Trata-se de feito oriundo da 13ª Vara da Justiça Federal (Autos n. 5042230-47.2015.4.04.7000) em que houve requerimento de remessa dos autos - e com urgência - ao Supremo Tribunal Federal diante da referência no bojo do procedimento de pessoa que é detentora de prerrogativa de foro na Suprema Corte.

Com efeito, relata-se no caso que, em decorrência dos acordos de colaboração premiada que celebraram com o MPF, MILTON PASCOWITCH e JOSÉ ADOLFO PASCOWITCH revelaram que, a pedido de JOÃO VACCARI NETO, celebraram por intermédio da empresa JAMP ENGENHEIROS ASSOCIADOS, contrato com empresas do Grupo CONSIST para operacionalizar o repasse de vantagens indevidas para o Partido dos Trabalhadores- PT.

Consta que, segundo JOÃO VACCARI havia revelado a MILTON PASCOWITCH, o Partido possuía um crédito junto a uma empresa [CONSIST] e que vinha apresentando problemas com um intermediário anterior de nome EDUARDO ROMANO [rectius, ALEXANDRE ROMANO] (Termo de Colaboração n. 19). Para dissimular a verdadeira natureza da transação, foi celebrado entre a JAMP e a CONSIST contrato segundo o qual aquela intermediaria junto "a alguns bancos para aderirem ao contrato que a CONSIST firmou com ABBC SINAPP, visando fornecimento do produto para gestão de margem consignável

INQ 4130 QO / PR

para os servidores públicos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Não obstante a JAMP não tenha prestado quaisquer serviços à CONSIST, foram repassados a ela R\$ 15.000.000,00 mediante transferências bancárias efetuadas a partir das contas das empresas do Grupo Consist.

Com fulcro em tais fatos e a fim de angariar melhores provas acerca do esquema criminoso, foram requeridas medidas cautelares de busca e apreensão nos endereços da CONSIST (sem haver, até aí, qualquer indício de pessoa com prerrogativa de foro), bem como de prisão temporária de seu principal dirigente, PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT. O cumprimento dessas medidas cautelares, deferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, culminou com a realização da denominada Operação Pixuleco em 6.8.2015.

Ao ser ouvido, PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT reconheceu que quando da negociação do contrato junto ao MPOG e ao SINAP I ABBC, conforme já mencionado no termo de declarações anterior, lhe foi apresentado à pessoa de ALEXANDRE ROMANO, que teria atuado como lobista na concretização do referido contrato. PABLO KIPERSMIT também revelou que ALEXANDRE ROMANO recebia cerca de 40% de todos os valores recebidos pela CONSIST em decorrência do citado contrato junto ao MPOG. Para receber tais valores, ALEXANDRE ROMANO indicava à CONSIST empresas e escritórios de advocacia, seus e de terceiros, aos quais foram repassados - mediante a emissão de notas fiscais, quase todas frias- mais de R\$ 40.000.000,00.

Também foram voluntariamente fornecidas pela defesa técnica de PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT perante o Ministério Público Federal em primeiro grau (e devidamente juntado aos autos) cópias das notas fiscais emitidas pelas diversas empresas indicadas por ALEXANDRE ROMANO, cujas principais informações seguem consolidadas em tabela descrita na manifestação perante o primeiro grau (cuja repetição ora não se faz necessária no bojo da presente

INQ 4130 QO / PR

manifestação).

[...]

A partir dos documentos angariados nessas novas buscas e as declarações prestadas por testemunhas e investigados a partir de então, sobretudo pelo próprio ALEXANDRE ROMANO, foi possível identificar, além do previamente já citado JOÃO VACCARI NETO, uma série de outras pessoas físicas destinatárias dos recursos espúrios oriundos da CONSIST. Ouvido perante a autoridade policial, ALEXANDRE ROMANO revelou que passou a atuar em favor da CONSIST, no ano de 2009, por indicação de LUIZ GUSHIKEN já falecido).

Teria sido este o motivo pelo qual, em abril de 2010, depois de começar a receber valores da CONSIST, que ALEXANDRE ROMANO novamente procurou GUSHIKEN, oferecendo-lhe como retribuição pela indicação, metade do valor dos pagamentos que receberia da CONSIST.

Segundo ALEXANDRE ROMANO revelou, GUSHIKEN teria inicialmente sugerido que os pagamentos fossem direcionados a JOÃO VACCARI. ALEXANDRE ROMANO alegou que não concordou com esse repasse, motivo pelo qual GUSHIKEN lhe chamou novamente e lhe indicou duas empresas, o escritório de advocacia GUILHERME DE SALLES GONÇALVES e uma empresa de tecnologia, POLITEC, as quais seriam beneficiárias dos valores devidos a GUSHIKEN.

Está bem detalhado na manifestação originária, e ora reiterado, que ROMANO expressamente afirmou, ainda, que o contrato somente foi firmado com GUILHERME por indicação de GUSHIKEN, não por conta da necessidade de um parecer jurídico. ALEXANDRE ROMANO reconheceu, ainda, que, a pedido de GUSHIKEN, indicou a empresa JD2 CONSULTORIA para que também recebesse valores da CONSIST. Segundo mencionado por GUSHIKEN, tais repasses teriam sido feitos para ajudar na manutenção do acordo de cooperação firmado entre ABBC/SINAPP/MPOG. Neste sentido, ALEXANDRE ROMANO reconheceu ter procurado em Brasília o sócio responsável pela empresa JD2 CONSULTORIA, chamado

INQ 4130 QO / PR

DÉRCIO, o qual mencionou que iria ajudar por meio do assessor do MPOG de nome VALTER CORREIA.

Conforme revelam as notas fiscais acostadas no evento 2 dos autos 5040249-80.2015.404.7000, A JD2 CONSULTORI recebeu, entre 2012 e 2015, mais de R\$ 7.000.000,00 da empresa CONSIST.

Referido por ALEXANDRE ROMANO, VALTER CORREIA DA SILVA foi chefe da Assessoria Especial para Modernização da Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de novembro de 2012 a fevereiro de 2015. Exerceu também no ministério o cargo de Secretário-Executivo Adjunto de fevereiro de 2011 a novembro de 2012 e o cargo de secretário de Gestão de 2005 a 2007. Decorre deste contexto que VALTER CORREIA efetivamente tinha as condições de prestar o auxílio mencionado por ROMANO, ou seja, tinha condições de, recebendo valores em troca, fazer com que fosse renovado, no âmbito do Ministério do Planejamento, o termo de parceria entre a ABBC/SINAPP/CONSIST, o qual permanecesse vigente.

Reitere-se que esse termo de parceria que possibilitou os recebimentos de valores pela CONSIST foi inicialmente assinado por DUVANIER PAIVA FERREIRA, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Nesta seara, é de se mencionar que muito embora tenha o então secretário falecido em 2012, sua esposa, CASSIA GOMES, recebeu valores ilícitos da CONSIST a partir de estratégia desenvolvido por JOÃO VACCARI.

Com efeito, conforme revelado por MILTON e JOSÉ ADOLFO PASCOWITCH, houve repasse de recursos devidos a JOÃO VACCARI em razão de contratos da CONSIST à empresa GOMES E GOMES PROMOÇÃO DE EVENTOS E CONSULTORIA, no período de 12/2013 a 03/2014, que superaram R\$ 120.000,00.

A operação visou, segundo asseverado pelos colaboradores, a dar aparência de legalidade a uma ajuda de VACCARI a pessoa ligada ao PT.

A corroborar suas afirmações, MILTON PASCOWITCH

INQ 4130 QO / PR

juntou nota fiscal expedida pela JAMP à GOMES E GOMES, de 6/12/2013, no valor de R\$ 30.000,00 brutos. A partir do afastamento do sigilo bancário da JAMP, do mesmo modo, vê-se que ela pagou R\$ 147.750,00 à GOMES E GOMES no período de 16/12/2013 a 26/9/2014. Não houve, para tanto, qualquer prestação de serviços.

Conforme informado pela autoridade policial em manifestação acostada aos autos 5040249-80.2015.404.7000 perante o Juízo de primeiro grau, a empresa GOMES & GOMES também recebeu valores repassados pelas empresas titularizadas por ALEXANDRE ROMANO.

Ainda no que tange aos pagamentos de vantagens indevidas intermediados por ALEXANDRE ROMANO, o investigado admitiu ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para a empresa CRLS CONSULTORIA, também indicada por GUSHIKEN, muito embora de propriedade de CARLOS ROBERTO CORTEGOSO. Segundo revelado por GUSHIKEN a ALEXANDRE ROMANO, esse seria um repasse para ajudar eles, ou seja, o PARTIDO DOS TRABALHADORES. ALEXANDRE ROMANO também revelou ter operacionalizado o repasse de valores da CONSIST para o escritório PORTANOVA ADVOGADOS. Tais transferências, embora não tenham sido relacionadas a serviços prestados à CONSIST, foram realizados a pedido de PAULO FERREIRA. Segundo reconhecido por ALEXANDRE ROMANO PAULO FERREIRA, ex-Secretário de Relações Institucionais do PT, lhe procurou, de forma autônoma, pedindo repasses ao escritório PORTANOVA para ajudá-lo. Disse ainda que PAULO FERREIRA já sabia do contrato da CONSIST porque o declarante já havia comentado com ele sobre o contrato, especialmente porque estava preocupado com a situação do contrato.

Em primeiro grau também houve manifestação no sentido de que fosse necessária a continuidade de apuração dos fatos em relação aos sócios das empresas mencionadas.

Finalmente, e no que se refere mais objetivamente ao tema que ensejou o pedido de deslocamento, há notícia de que,

INQ 4130 QO / PR

quando da análise inicial dos materiais apreendidos na sede dos escritórios de GUILHERME DE SALLES GONÇALVE - inicialmente o GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS e, após o ano de 2014, GONÇALVES, RAZUK, LEMOS & GABARDO ADVOGADOS - verificou-se a existência elementos de que, dentre outras pessoas, a Senadora da República pelo Estado do Paraná e filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, GLEISI HELENA HOFFMANN, pode ter sido beneficiada por repasses de valores oriundos da CONSIST.

[...]

A partir do longo relato que se tem do presente feito, não há qualquer indicativo da necessidade de manutenção de todo o feito perante o Supremo Tribunal Federal diante da referência ao nome da Senadora GLEISI HOFFMANN no bojo da investigação que trata de muitos outros fatos que podem - e mais: devem - ser apurados imediatamente perante o juízo de primeiro grau.

Segundo já consignado em primeiro grau (e que ora se acolhe), todos os elementos de prova angariados até o presente momento, inclusive as próprias declarações prestadas por ALEXANDRE ROMANO, apontam no sentido de que o esquema criminoso que envolve o Ministério do Planejamento e a empresa CONSIST e trata-se de ilícitos que visam a beneficiar empresários (a exemplo de PABLO ALEJANDRO KIPERSMIT da CONSIST), operadores financeiros (dentre os quais ALEXANDRE ROMANO e MILTON PASCOWITCH), funcionários públicos (a exemplo de DUVANIER PAIVA FERREIRA e VAITER CORREIA DA SILVA) e pessoas ligadas a Partido Político que mantinham tais funcionários públicos em cargos elevados na administração pública (notadamente, no presente caso, os ex-tesoureiros e integrantes do Partido dos Trabalhadores como GUSHIKEN, JOÃOVACCARI NETO e PAULO FERREIRA).

Por ora, há indicativos mínimos de que, do que se apurou em sede originária, haveria um liame mínimo do esquema

INQ 4130 QO / PR

existente entre os desvios de recursos da Petrobras e estes da Consist, todos direcionados e coordenados inclusive por uma mesma pessoa, para fins de financiamento de campanhas eleitorais.

Em síntese, há se separar - com a máxima urgência - a investigação, para que se mantenha no Supremo Tribunal Federal apenas autuação em separado de petição (oculta, por ora) em que há referência ao nome da Senadora GLEISI HOFFMANN. Há a urgência referida especialmente pela circunstância de que ALEXANDRE ROMANO encontra-se preso preventivamente por ilícitos que praticou e estão sujeitos ao primeiro grau de jurisdição, sendo necessário que, acasos presentes os requisitos legais, seja denunciado no prazo legal (vencimento do prazo no próximo dia 4 de setembro), como também para que não haja descontinuidade nas medidas urgentes de investigação em relação aos demais agentes.”

Ao final, o Procurador-Geral da República requereu a cisão do procedimento criminal, mantendo-se nesta Corte apenas a investigação relacionada a detentores de prerrogativa de foro, com remessa dos demais procedimentos ao juízo de origem.

Suscitando o mesmo critério empregado pelo Ministério Público nos autos de Petição 5700, instaurado a partir da homologação do acordo de colaboração premiada de Ricardo Pessoa, submeti o caso à Presidência da Corte, que determinou redistribuição do presente procedimento.

Sorteado o Min. Dias Toffoli, ora Relator, apresentou voto em questão de ordem (art. 21, III, do RISTF) perante a Segunda Turma, no sentido do “desmembramento do feito, a fim de que a investigação prossiga, perante a Suprema Corte, tão somente em relação à Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann”, determinando ainda “a extração de cópia integral dos autos e a sua remessa à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com absoluta urgência, para livre distribuição, preservando-se a validade dos atos já praticados [...]”.

A Turma, por unanimidade, decidiu por afetar ao Plenário a decisão sobre a causa (art. 11, parágrafo único, c/c art. 22, parágrafo único, *b*, do

INQ 4130 QO / PR

RISTF).

2. Sem prejuízo das bem lançadas linhas do voto do Ministro Relator, tenho por relevante tecer ainda algumas considerações sobre o caso ora em julgamento.

Não se verifica, no particular, prática de atos violadores da competência do Supremo Tribunal Federal na atuação do juízo *a quo*. Pelo contrário. Esse é um ponto importante.

Conforme iterativa jurisprudência, cabe apenas ao Supremo Tribunal Federal efetuar a cisão de investigações envolvendo autoridade com prerrogativa de foro na Corte, promovendo, ele próprio, deliberação a respeito do cabimento e dos contornos do referido desmembramento (Rcl 1121, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 04/05/2000, DJ 16-06-2000 PP-00032 EMENT VOL-01995-01 PP-00033; Rcl 7913 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 12/05/2011, DJe-173 DIVULG 08-09-2011 PUBLIC 09-09-2011 EMENT VOL-02583-01 PP-00066).

Mais além, “eventual encontro de indícios de envolvimento de autoridade detentora de foro privilegiado durante atos instrutórios subsequentes, por si só, não resulta em violação de competência desta Suprema Corte, já que apurados sob o crivo de autoridade judiciária que até então, por decisão da Corte, não viola competência de foro superior” (Rcl 19135 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 24/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 31-07-2015 PUBLIC 03-08-2015).

No caso, a própria autoridade judiciária de primeiro grau, acertadamente, não verificou no presente caso desdobramento natural da cisão anteriormente definida pela Segunda Turma. Se o tivesse feito, não teria remetido à apreciação superior a integralidade dos procedimentos, mas apenas e tão somente o indício desfavorável à parlamentar federal investigada, já que “a simples menção de nome de parlamentar, em depoimentos prestados pelos investigados, não tem o condão de firmar a competência do Supremo Tribunal para o processamento de inquérito

INQ 4130 QO / PR

(HC 82647, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 18/03/2003, DJ 25-04-2003 PP-00065 EMENT VOL-02107-02 PP-00386).

3. Como é sabido, de ordinário a prevenção pressupõe competência (art. 78, II, c, do CPP) e só a faz nascer, excepcionalmente, como critério residual (art. 69, VI, do CPP), na linha do voto do Ministro Relator.

Tal como previsto nos arts. 78 do Código de Processo Penal e 66 do RISTF, a prevenção repercute apenas na fixação de competência entre juízes igualmente competentes, sendo certo que a inobservância desse critério de distribuição autenticamente *interna corporis* enseja mera nulidade relativa, nos termos do enunciado da Súmula 706 desta Corte (RHC 127757, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 02/06/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 17-06-2015 PUBLIC 18-06-2015).

Já a conexão, instituto de muito maior alcance em seus efeitos, não se confunde com a prevenção, porque, ainda que sua violação suscite nulidade igualmente relativa (HC 93368, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/08/2011, DJe-163 DIVULG 24-08-2011 PUBLIC 25-08-2011 EMENT VOL-02573-01 PP-00030), a competência por conexão visa proteger valores caros ao regime constitucional: o devido processo legal e o juiz natural.

Em rigor, a conexão *“é o liame que se estabelece entre dois ou mais fatos que, desse modo, se tornam ligados por algum motivo, oportunizando sua reunião no mesmo processo, de modo a permitir que os fatos sejam julgados por um só juiz, com base no mesmo substrato probatório, evitando o surgimento de decisões contraditórias”*, revelando, portanto, causa de alteração de competência mediante a prorrogação desta (HC 96453, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 28/10/2008, DJe-216 DIVULG 13-11-2008 PUBLIC 14-11-2008 EMENT VOL-02341-03 PP-00529 RTJ VOL-00208-03 PP-01206).

Nesse sentido, a competência por conexão tem previsão legal específica (art. 76, I a III, do Código de Processo Penal) e visa a reunir num só os processos conexos, de modo a racionalizar a apuração dos

INQ 4130 QO / PR

fatos, evitar decisões contraditórias em situações correlatas, permitir a análise do processo com maior amplitude e, principalmente, facilitar a colheita e o exame da prova. Dentro desse quadro, o encontro de evidências sobre outro ilícito enquanto se persegue uma linha investigatória diversa não constitui e nem determina, por si só, nenhuma das modalidades de conexão previstas na lei processual. É dizer: “o simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o *simultaneus processus*” (RHC 120379, Relator (a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 26/08/2014).

4. Finalmente, cumpre registrar que, ao realizar a cisão que deu origem ao presente caso, o Supremo Tribunal Federal não abriu mão da investigação sobre o dito “esquema” de distribuição de benesses ilícitas em troca de apoio político. Com efeito, no julgamento de questão de ordem nas Ações Penais 871-878, realizado no dia 10.6.2014, quando – conforme verificação dos autos pelo Procurador-Geral da República, titular da ação penal perante o Supremo Tribunal Federal – foi reconhecida a validade dos atos até então praticados naquelas ações, assim como a dos procedimentos investigatórios correlatos, foi ressaltado recorte indiciário que permaneceu no âmbito desta Corte e que ensejou a distribuição – agora sim, por prevenção (art. 69 do RISTF) – do Inquérito 3989, cuja instauração, reunindo vários procedimentos anteriores (autos de Pet 5260, 5276, 5277, 5279, 5281, 5289 e 5293), observou à exatidão requerimento do Procurador-Geral da República, *dominus litis*:

“1. Trata-se de representação criminal formulada pelo Procurador-Geral da República noticiando suposta prática dos crimes de quadrilha (art. 288 do CP, com redação anterior à Lei 12.850/2013), corrupção passiva (art. 317 do CP) e lavagem de ativos financeiros (Lei 9.613 [...] (fl. 73), indicando como possivelmente implicados (fls. 28-29):

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (Deputado Federal PP/PB); Aline Lemos Corrêa de Oliveira Andrade (ex-Deputada Federal); Aníbal Ferreira Gomes (Deputado PMDB-CE); Arthur César Pereira de Lira (Senador PP/AL); Carlos Magno Ramos

INQ 4130 QO / PR

(ex-Deputado Federal); Ciro Nogueira Lima Filho (Senador PP/PI); Dilceu João Sperafico (Deputado Federal PP/PR); Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva (Deputado Federal PP/PE); Gladison de Lima Cameli (Senador); Jerônimo Pizzolotto Goergen (Deputado Federal PP/RS); João Alberto Pizzolati Júnior (ex-Deputado Federal e atual Secretário Extraordinário de Articulação Institucional e Promoção de Investimentos de RR); João Felipe de Souza Leão (ex-Deputado Federal e atual Vice-Governador e Secretário de Planejamento da Bahia); João Luiz Argôlo Filho (ex-Deputado Federal); João Sandes Junior (Deputado Federal PP/GO); José Afonso Ebert Hamm (Deputado Federal PP/RS); José Linhares da Ponte (ex-Deputado Federal); José Olímpio Silveira Moraes (Deputado Federal PP/SP); José Otávio Germano (Deputado Federal PP/RS); José Renan Vasconcelos Calheiros (Senador PMDB-AL); Lázaro Botelho Martins (Deputado Federal PP/TO); Luiz Carlos Heinze (Deputado Federal PP/RS); Luiz Fernando Ramos Faria (Deputado Federal PP/MG); Mario Silvio Mendes Negromonte (ex-Deputado Federal, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia); Nelson Meurer (deputado Federal PP/PR); Pedro da Silva Correia de Oliveira Andrade Neto (ex-Deputado Federal); Pedro Henry Neto (ex-Deputado Federal); Renato Delmar Molling (Deputado Federal PP/RS); Renato Egígio Balestra (Deputado Federal PP/GO); Roberto Pereira de Britto (Deputado Federal PP/BA); Roberto Sérgio Ribeiro Coutinho Teixeira (ex-Deputado Federal); Romero Jucá Filho (Senador PMDB-RR); Simão Sessim (Deputado Federal PP/RJ); Valdir Raupp de Matos (Senador PMDB-RO); Vilson Luiz Covatti (ex-Deputado Federal) e Waldir Maranhão Cardoso (Deputado Federal PP/MA).

Sujeitam-se à mesma investigação, segundo o Ministério Público (fl. 76), também João Vaccari Neto e Fernando Baiano (já nominados no pórtico da petição), ao concluir narrativa que tem como eixo:

[...] esquema criminoso montado dentro da Petrobras, especialmente na Diretoria de Abastecimento, na Diretoria de

INQ 4130 QO / PR

Serviços e na Diretoria Internacional, contava com a relevante participação de grupos de políticos, ligados a pelo menos três partidos diferentes: PP, PT e PMDB.

Esses grupos agiam em associação criminosa, de forma estável, com comunhão de esforços e unidade de desígnios, no intuito de praticar diversos crimes, dentre os quais corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Há nos autos, portanto, um conjunto suficiente de elementos a justificar a instauração de inquérito para integral apuração dos fatos aqui versados, abrangendo os agentes políticos já inicialmente implicados, por isso expressamente nominados nesta peça, bem como outros agentes políticos, de acordo com o desenvolvimento da persecução penal.

Requer, em síntese: a) instauração de inquérito, mediante a devida reautuação; b) juntada de documentos; c) levantamento do sigilo do procedimento; e d) realização de diligências específicas (fls. 77-78)."

Perceba-se, no ponto, que o próprio Ministério Público ressalva a permanência, em tal Inquérito, não só do eixo da investigação sobre o aludido "esquema", como chega à minúcia de requerer expressamente que nisso permaneça o nominado João Vaccari Neto, mesmo não sendo detentor de prerrogativa de foro, perante jurisdição do Supremo Tribunal Federal.

Foi atendido. Não é possível, agora, empregar o mesmo delineamento, que está sob jurisdição do Supremo Tribunal Federal, para sustentar competência por conexão do juízo de primeiro grau, o qual só seria prevento caso ostentasse a competência que a análise do voto do Ministro Relator demonstra que não possui.

Sobre a temática debatida durante o julgamento desta questão de ordem perante a 2ª Turma da Corte, proferi os seguintes esclarecimentos:

"Quer dizer, conexão e continência são modos de prorrogação de competência com a finalidade de julgar tudo num processo só. Nós temos aqui casos – Vossa Excelência

INQ 4130 QO / PR

acabou de citar um – em que já há condenações, em que já há sentenças definitivas. Até por isso é impossível a conexão. Poder-se-ia pensar numa hipótese de prevenção. Mas o sistema de prevenção é um sistema de distribuição de competência em tribunais, não em juízo de primeiro grau, com essa finalidade”.

5. Com essas considerações, acompanho o voto proferido na Segunda Turma e hoje reiterado neste Plenário.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**VOTO**

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, as razões técnicas apontadas pelo Ministro Teori Zavascki, do meu ponto de vista, são inafastáveis. Se fôssemos observar os institutos da conexão e da continência, poderíamos decidir outra forma, como se fez, por exemplo, na Ação Penal nº 470. Eu só participei do julgamento dessa ação, não integrava a Corte quando do recebimento da denúncia, oportunidade em que decidido, por maioria de votos, o não desmembramento no tocante àqueles acusados não detentores de prerrogativa de foro nesta Casa. No caso submetido à Questão de Ordem, remetidos os autos a esta Corte, em função da presença de senadora, esta Corte poderia decidir, em termos técnicos, pelo desmembramento, ou por deixar correr a investigação com relação a todos aqui, como fez na AP 470.

Então, se o critério prevalecente agora é esse – permanência no STF apenas da ação quanto aos detentores de foro privilegiado -, eu não vejo como, na esteira do que agora muito bem explicitou o Ministro Teori, - presente uma denúncia onde se afirma que o crime se consumou em São Paulo, e fixada a competência pela lei de regência com base no local da infração -, concluir de forma diversa, observada a livre distribuição.

Louvo-me na visão do senhor da floresta, daquele que tem a visão geral da floresta na Corte, que é o Ministro Teori Zavascki, debruçado sobre todos estes procedimentos há tantos meses. Eu recebi hoje, no final da manhã, no meu gabinete, as cópias que o Ministro Toffoli encaminhou, fiquei a ler no computador as peças todas, quase até o início desta sessão e, de fato, a complexidade e a quantidade de textos recomendam que quem já está com essa visão do todo possa, do meu ponto de vista, servir como norte. E o caminho e o norte já estão definidos de maneira adequada no voto do eminente Relator, a quem eu estou acompanhando na íntegra.

23/09/2015**PLENÁRIO****QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ****VOTO**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Presidente, ontem nós debatemos este tema e o Ministro Dias Toffoli trouxe com todo cuidado, como acabou de dizer, um brilhantíssimo voto, exauriente - tenho que cumprimentá-lo por isso.

Na Turma, ontem, discutimos primeiro que a decisão de Vossa Excelência não era questionável, porque é uma decisão de cunho administrativo e não se tem notícia de questionamento dessa natureza. Poderia Vossa Excelência mesmo, num pedido de reconsideração que foi formulado, evidente, rever. Ultrapassado isso, o Ministro Dias Toffoli leu o voto, houve a explicação do Ministro Teori e há duas observações que foram feitas ontem que talvez merecessem aqui a lembrança.

Primeiro, de que não se estava a questionar nem o dever de investigação penal, com todo o rigor, seja quem for o competente - não é disso que se cuida absolutamente -, também a persecução penal, menos ainda a jurisdição, porque tudo isso é dever do Estado. Portanto, ninguém pode deixar de fazer no caso em que a Procuradoria encaminha afirmando haver indícios - quando não, provas, porque, neste caso, já se tem um inquérito, portanto, início de provas - para que haja as determinações. Seja quem for o juiz competente; no Brasil, todos os juízes têm o dever de exercer a sua atribuição, mais ainda em casos que se mostram da gravidade deste. Assim como os outros que são apresentados, também, na denominada Operação Lava Jato, não se está a cogitar em nenhum momento - e ontem isso foi lembrado na Turma -, nem de alguma forma demorar, ou retardar, ou desfazer, ou, de alguma forma, fragilizar o que tenha que ser fortalecido.

Portanto, estamos aqui, como lembrou bem o Ministro Teori, ontem e hoje, com mais ênfase, em matéria técnica, exclusivamente técnica. E aí lembro o que afirmava o professor, Ministro deste Tribunal, Menezes Direito, citando Caio Tácito, que repetia à exaustão: "Não é competente quem quer, mas quem pode, nos termos que a Constituição estabelece"; e

INQ 4130 QO / PR

este é o princípio do juízo natural, e é isso, exatamente, que está sendo posto aqui para decisão. E por essa razão houve a lembrança de que talvez fosse melhor, como se mostrou para os componentes da Turma, que viesse este processo ao Plenário, para que essa decisão sinalizasse para outros casos e desse os fundamentos necessários à Presidência e aos relatores.

Portanto, a questão me parece técnica. Estou acompanhando, Presidente, pelas razões apresentadas pelo Relator no sentido de que não me parece haver nem conexão, nem continência. O Ministro Teori repete a lembrança que fez ontem no sentido de que não se cuida de prevenção, neste caso, porque Vossa Excelência assim deliberou, ele mesmo arguiu e o Ministro-Relator acolheu. Portanto, só aí já seriam três Ministros que tinham se debruçado e examinado a matéria.

No ponto específico relativo ao desmembramento, que foi a questão de ordem trazida pelo Ministro Dias Toffoli, também estou acompanhando. E lembrando, no caso de declinar a competência, que, por analogia, se poderia lembrar o § 1º do art. 21 do nosso Regimento no qual se afirma:

"Art. 21.

§ 1º. Poderá o(a) Relator(a) negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou a Súmula do Tribunal, deles não conhecer" - no caso, está se cuidando de recurso - "em caso de incompetência manifesta, encaminhando os autos ao órgão que repute competente, [...]"

E se é certa a lembrança, isso teria sido inclusive uma afirmação que entrou por lembrança do Ministro Sepúlveda Pertence. Quer dizer, nós fazemos isso em recurso, claro que aqui é outro caso, mas, de toda sorte, já se está no fluxo do que vem sendo aplicado em outros casos.

Então, Presidente, de uma forma mais singela, porque ontem já foi objeto de alguma indagação e das discussões, e pelo alentado voto do Ministro-Relator, acompanho às inteiras o voto proferido.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**VOTO**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu queria dizer rapidamente que estou entendendo que a providência que esta Corte está tomando hoje tem um caráter eminentemente profilático, pois, quando se determina preliminarmente a competência, antes mesmo de se analisar o mérito, a Corte está fazendo aquilo que, em primeiro grau, se chamaria de um despacho saneador. Não se está evidentemente beneficiando quem quer que seja, pelo contrário, a Corte está afastando eventuais alegações de nulidade no futuro. É isso que nós estamos fazendo. A fiscalização e o processo poderão continuar agora, se prevalecer esta diretriz ou outra qualquer, sem empecilho. Como disse a eminente Ministra Cármen Lúcia, não se trata aqui de querer colocar dificuldades à investigação. Pelo contrário, nós estamos afastando quaisquer obstáculos que possam eventualmente surgir no futuro. Só que agora o feito se processará sob a condução do juiz natural, como disse o Ministro Dias Toffoli, voltando o feito ao seu leito natural, que é o devido processo legal.

Eu peço vênica para me reportar ao voto que proferi, relativamente alentado, na Petição 5.758-PR, onde tratei do mesmo tema, ratificando as ponderações do eminente Ministro Teori Zavaski, e me reportando também aos argumentos do eminente Procurador-Geral da República em outro feito, e também, então, acompanho, como os demais ministros que me antecederam, integralmente o voto do Ministro Dias Toffoli, inclusive com relação à remessa dos autos a uma das varas federais de São Paulo, até porque, como o Ministro Teori Zavaski muito bem sublinhou, já há uma denúncia que fixou a competência. Não somos nós agora que iremos escolher um *locus* diverso, um foro distinto daquele que foi apontado pelo próprio *dominus litis*.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Senhor Presidente, se me permite, gostaria, primeiro, de destacar o

INQ 4130 QO / PR

voto do Ministro **Gilmar Mendes** quando traz um elemento que realmente nos leva à reflexão, esse *aggiornamento* de uma legislação processual penal de uma época em que os delitos eram mais uma prática individual. Realmente isso é algo que nos leva a refletir.

De toda sorte, destaco a proficiência com que atua o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, que pode destacar os membros do Ministério Público para atuarem de maneira mais especializada em determinado caso, em determinado local. Louvo, também, a competência com que atua a Procuradoria-Geral da República e a colaboração com os outros órgãos investigatórios e com a Justiça. Penso que a Procuradoria-Geral da República, que tem a visão de toda essa floresta também, tal qual o Ministro **Teori Zavascki** aqui o tem, saberá coordenar devidamente os meios persecutórios adequados para que a investigação seja eficiente, seja qual for o foro estabelecido, Ministro **Gilmar**. Porque a Procuradoria-Geral da República - e é bom que cada vez mais isso seja assim - deve ter uma figura central e uma inteligência em suas atuações, de modo que não seja uma Procuradoria, ou um Ministério Público, como já foi no passado, de ilhas isoladas.

Toda essa investigação, Ministro **Gilmar**, bem destaca que não se tem mais essa cultura de ilhas isoladas no Ministério Público Federal, que estarão agindo seus membros em colaboração, não tenho a menor dúvida sobre isso. A Procuradoria-Geral da República continuará com a eficiência que foi destacada pelo Ministro **Gilmar Mendes** nas referidas investigações, qualquer que seja o foro para o qual o caso venha a ser distribuído.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Pois não. Vossa Excelência salientou um ponto muito importante, eu também me associo integralmente à fala de Vossa Excelência nesse sentido, o comando dessa operação, o sucesso dessa operação repousa nas mãos do eminente Procurador Doutor Rodrigo Janot. E certamente Sua Excelência continuará esse trabalho com a eficiência de sempre, com a proficiência que tem demonstrado, comandando essa vasta equipe de procuradores da República espalhada

INQ 4130 QO / PR

por todo o Brasil.

Eu me associo, portanto, a Vossa Excelência nesta última fala e também acompanho integralmente o voto que proferiu, inclusive quanto à fixação da competência.

23/09/2015**PLENÁRIO****QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, a esta altura, a sessão foi gasta com essa questão de ordem. Preocupa-me a situação dos jurisdicionados em geral.

Presidente, não posso deixar de ressaltar que, em época de crise, é preciso reafirmar, é preciso guardar princípios, parâmetros e valores. E ante esses elementos, processo não tem capa, processo tem estritamente conteúdo.

O relator trouxe, conforme previsto no Regimento Interno, questão da ordem que, pelo que percebi, envolve não só a redistribuição dos autos a Sua Excelência, tendo em conta manifestação do relator de sorteio, o ministro Teori Zavascki, e a deliberação de Vossa Excelência, acolhendo o que ponderado por Sua Excelência. Atuou o ministro Dias Toffoli consoante versado no Regimento Interno.

Presidente, o Regimento é claro ao prever que são órgãos do Tribunal o Plenário, as Turmas e a Presidência. Nós outros somos membros, integrantes do Tribunal. Vejam a importância que se dá à própria Presidência, cadeira hoje ocupada por Vossa Excelência ministro Ricardo Lewandowski. O Presidente é considerado órgão do Tribunal ao lado das Turmas, ao lado do Plenário, que é, digo, no âmbito da Corte, a derradeira instância.

Qual é a prática relativamente à distribuição? É a alusiva à computação. A distribuição é eletrônica e, então, surgindo dúvida normalmente articulada pela parte ou talvez mesmo, no campo da excepcionalidade maior, pelo próprio relator, ocorre a remessa do processo ou dos autos à Presidência, para o exame da espécie, exame que não é feito no âmbito da computação. Reafirmando o Presidente a sequência com o relator de sorteio, esse ato se torna estreme de dúvidas, não cabendo recurso, porque se trata de um ato administrativo com reflexos – reconheço – jurisdicionais. Caso verificado ofício, dá-se a redistribuição.

INQ 4130 QO / PR

A distribuição a um dos integrantes do Tribunal visa simples racionalização dos trabalhos, para que confeccione relatório e profira, em primeiro lugar, voto.

Então, de início, tenho como sacramentada a redistribuição desses autos. Estaria em ótimas mãos com o ministro Teori Zavascki, mas também está em boas mãos com o ministro Dias Toffoli.

Quanto à problemática do desmembramento, vou reafirmar o que sempre sustentei neste Colegiado dizendo que incompetência ou competência absoluta não fica sujeita à preclusão. A qualquer momento, o tema pode ser reexaminado.

A competência do Supremo, considerada a prerrogativa de foro – e espero viver a época em que desaparecerá do cenário jurídico constitucional essa figura da prerrogativa de foro, já que não se julga o cargo, mas sim o ocupante do cargo, ou cidadão –, mostra-se de direito estrito. É o que se contém a consubstanciar, na Constituição Federal, exceção e nada mais. Normas processuais comuns, como são as do Código de Processo Penal que versam conexão e continência, não alteram a competência definida, no que de envergadura maior, sob pena de ter-se como flexível a Lei Básica, que é a Constituição Federal.

Por isso, recebendo processo-crime ou autos que versem detentores de prerrogativa de foro e cidadãos comuns, procedo, de imediato, ao desmembramento. Ao proceder a esse desmembramento, assentando a incompetência do Tribunal, tenho que indicar qual é o juízo competente, fazendo-o segundo os elementos até então existentes. Essa é a premissa do meu voto quanto ao desmembramento. E também concluo – ante os elementos até aqui coligidos e expostos no voto do Relator, consignando mais uma vez que em jogo incompetência absoluta, porque em razão da matéria, não há preclusão – que não há outra solução senão a remessa do processo a São Paulo, tal como preconizado por Sua Excelência. Mais uma vez ressalto que, se surgirem outros dados que modifiquem essa competência, o Juízo que receber estes autos poderá remeter àquele que entenda deva atuar. A esta altura, o Juiz Sérgio Moro deve ser juiz de episódio único, Lava-Jato, atuando, quem sabe, auxiliado por outros

INQ 4130 QO / PR

colegas da magistratura, nas múltiplas ações que já surgiram tendo em conta esse lastimável episódio, que é o apelidado como Lava-Jato.

Acompanho o relator na solução da questão de ordem.

23/09/2015

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Este caso, Senhor Presidente, **revela** um dado absolutamente impressionante **e, ao mesmo tempo**, profundamente inquietante, **pois o que parece resultar** dos elementos de informação *que vêm sendo coligidos ao longo* de diversos procedimentos de investigação penal, **todos instaurados** no contexto da denominada “Operação Lava a Jato”, **é que a corrupção** impregnou-se, profundamente, no tecido **e** na intimidade *de algumas* agremiações partidárias **e** das instituições estatais, **contaminando** o aparelho de Estado, **transformando-se** em método de ação governamental **e** **caracterizando-se** como conduta administrativa endêmica, **em claro** (*e preocupante*) **signal de degradação** da própria dignidade da atividade política, **reduzida** por esses agentes criminosos **ao plano subalterno da delinquência institucional**.

O efeito imediato que resulta desses comportamentos alegadamente delituosos **parece justificar** o reconhecimento de que as práticas ilícitas perpetradas por referidos agentes **tinham um só objetivo**: *viabilizar a captura das instituições governamentais por determinada organização criminosa*, **constituída** para dominar os mecanismos de ação governamental, **em detrimento** do interesse público, **mas em favor** de pretensões inconfessáveis, porque **contrárias** ao Direito **e lesivas** aos valores ético-jurídicos *que devem conformar, sempre*, a atividade do Estado.

Penso que se reveste de inteira pertinência **fragmento** de voto que, por mim proferido no julgamento da AP 470/MG, **acentuava** que o ato de corrupção **constitui um gesto de perversão da ética do poder e da ordem jurídica**, cabendo ressaltar *que o dever de probidade traduz obrigação cuja observância se impõe a todos* os cidadãos desta República **que não tolera o poder que corrompe nem admite o poder que se deixa corromper**.

INQ 4130 QO / PR

Daí a corretíssima advertência do eminente Professor CELSO LAFER, **para quem nenhum** cidadão poderá viver com dignidade *numa comunidade política corrompida*:

“Numa República, como diz Bobbio num diálogo com Viroli, o primeiro dever do governante é o senso de Estado, vale dizer, o dever de buscar o bem comum, e não o individual, ou de grupos; e o primeiro dever do cidadão é respeitar os outros e se dar conta, sem egoísmo, de que não se vive em isolamento, mas sim em meio aos outros.

É por essa razão que a República se vê comprometida quando prevalece, no âmbito dos governantes, em detrimento do senso de Estado, o espírito de facção voltado não para a utilidade comum, mas para assegurar vantagens e privilégios para grupos, partidos e lideranças. (...).

.....
Numa República, as boas leis devem ser conjugadas com os bons costumes de governantes e governados, que a elas dão vigência e eficácia. A ausência de bons costumes leva à corrupção (...), que significa destruição e vai além dos delitos tipificados no Código Penal. (...). A corrupção, num regime político (...), é um agente de decomposição da substância das instituições públicas.

O espírito público da postura republicana é o antídoto para esse efeito deletério da corrupção. É o que permite afastar a mentira e a simulação, inclusive a ideológica, que mina a confiança recíproca entre governantes e governados, necessária para o bom funcionamento das instituições democráticas e republicanas. (...).”
(grifei)

É por isso, Senhor Presidente, que os fatos **emergentes** da denominada “Operação Lava a Jato” **parecem** sugerir que ainda subsistiria, **no âmago** do aparelho estatal, **aquela estranha e profana aliança** entre determinados setores do Poder Público, **de um lado, e** agentes empresariais, **de outro, reunidos em um imoral sodalício com o objetivo perverso e ilícito** de cometer uma pluralidade de delitos **gravemente vulneradores** do ordenamento jurídico **instituído** pelo Estado brasileiro.

INQ 4130 QO / PR

Tais práticas criminosas – *que tanto afetam a estabilidade e a segurança da sociedade, ainda mais quando veiculadas por intermédio de organização criminosa – enfraquecem as instituições, corrompem os valores da democracia, da ética e da justiça e comprometem a própria sustentabilidade do Estado Democrático de Direito, notadamente nos casos em que os desígnios dos agentes envolvidos guardam homogeneidade, **eis que dirigidos, em contexto de criminalidade organizada e de delinquência governamental**, a um fim comum, **consistente** na obtenção, *à margem das leis da República, de inadmissíveis vantagens e de benefícios de ordem pessoal, de caráter empresarial ou de natureza político-partidária.**

Tais são as razões, Senhor Presidente, **que me levam** a constatar, **na linha** da precisa manifestação da douta Procuradoria-Geral da República, **que as investigações** promovidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, **não obstante fragmentadas** em diversos inquéritos e procedimentos penais, **têm por objeto uma vasta organização criminosa**, de projeção tentacular e dimensão nacional, *estruturalmente ordenada* em níveis hierárquicos próprios, **que observa** métodos homogêneos de atuação, **integrada** por múltiplos atores e protagonistas **e que, operando por intermédio de vários núcleos especializados**, com clara divisão de tarefas (**núcleo político, núcleo empresarial, núcleo financeiro, núcleo operacional e núcleo técnico, entre outros**), **busca obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, notadamente** no âmbito do Estado, **mediante** prática de infrações penais **que abrangem amplo espectro de ilicitudes criminosas, como aquelas** que vão do cometimento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, o Estatuto das Licitações e Contratações Administrativas **até a perpetração** do delito de lavagem de dinheiro ou de valores, **sem prejuízo de outros gravíssimos ilícitos** tipificados na legislação penal.

INQ 4130 QO / PR

Entendo, por isso mesmo, **que se impõe reformar** a decisão ora questionada, pois há, nestes autos, elementos **configuradores** da ocorrência de conexão probatória ou instrumental **ou**, até mesmo, de continência, a **determinar**, em razão desse liame de ordem objetiva e subjetiva, a **observância** da unidade de juízo (“*eadem iudex*”), **tal a complexa implicação e a íntima vinculação existente** entre os múltiplos fatos e eventos e os diversos agentes e comportamentos referidos pelo Ministério Público, **além da circunstância, juridicamente relevante**, da atuação **dos vários** (e muitas vezes **comuns**) integrantes **que compõem** os núcleos em que se projeta essa **mesma** organização criminosa **por efeito de sua divisão interna de tarefas**.

Na realidade, e tal como o **demonstrou** o eminente Procurador-Geral da República, a **constatação** da existência, pelo menos, de conexão probatória **resulta** do fato, **previsto** em lei (**CPP**, art. 76, III), **de que a prova** de uma infração **ou** de qualquer de suas circunstâncias elementares **poderá influir** na prova de outros ilícitos penais.

A fragmentação das investigações penais, **não obstante** se cuide de **uma só e mesma organização criminosa**, **poderá** comprometer *gravemente* a apuração da verdade real e conduzir, até mesmo, **em face da dispersão** de competências jurisdicionais, a decisões conflitantes, **frustrando-se, desse modo**, a eficácia da atividade probatória e a necessária e racional **unidade de direção** dos procedimentos penais.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Vossa Excelência, me permite uma consideração?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Com todo prazer...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Veja que, já no passado, no Império, Pimenta Bueno chamava a atenção para a importância desse instrumento. Agora, em pleno Século XXI, com a

INQ 4130 QO / PR

organização criminosa desse porte, em âmbito nacional, quando se vê a tessitura, a urdidura trazida pelo Procurador-Geral nessas peças, ficamos realmente perplexos, tendo em vista essas interligações. Aí, vamos nos aferrar a um elemento que pode levar um processo a uma vara criminal no interior e um outro a outra, perdendo o nexo instrumental, que é a base do velho Código de Processo Penal de 1941, e por quê? Qual é o interesse nisso? É no Direito? Ou, na verdade, estamos decepando uma competência que, em geral, teria que se afirmar?

Nós teríamos de ler o CPP à luz da lei de organização criminosa. E não o contrário. Não pode ser assim, sob pena de produzirmos monstros.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Sinto que a fragmentação que esta Corte está determinando **provocará uma prejudicial dispersão** da prova penal, **com impacto direto** sobre a apuração da verdade substancial.

E a razão desse meu entendimento **reside no fato de que a interpretação** das normas do Código de Processo Penal **pertinentes** à determinação da competência **pelos critérios da conexão** (**CPP**, art. 76) **e da continência** (**CPP**, art. 77), **em casos** como o ora em exame, **em que se discute o tema da organização criminosa, há de ser efetuada com inteira observância do próprio conceito de criminalidade organizada ministrado** pela Lei nº 12.850/2013 (art. 1º, § 1º), **cujas formulações** resultou, **como sabemos, da celebração, no âmbito das Nações Unidas, da Convenção de Palermo e da Convenção de Mérida.**

Concluo o meu voto, Senhor Presidente. **E, ao fazê-lo, peço licença para acompanhar a divergência instaurada** pelo eminente Ministro GILMAR MENDES, **determinando**, em consequência, **(a) a redistribuição deste inquérito ao eminente Ministro TEORI ZAVASCKI e (b) o desmembramento** (ou cisão) do feito **quanto** a Alexandre Romano e a

INQ 4130 QO / PR

outros investigados *que não possuem* prerrogativa de foro **perante** o Supremo Tribunal Federal, **com o encaminhamento** dos respectivos autos ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

É o meu voto.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 4.130

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : G H H

ADV.(A/S) : RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : VERONICA ABDALLA STERMAN

Decisão: A Turma, por votação unânime, diante da importância do feito, deliberou no sentido de afetar, com urgência, a questão de ordem ao Plenário. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 22.09.2015.

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, manteve o ato do Presidente quanto à distribuição livre dos autos, vencidos os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, que reconheciam a prevenção do Ministro Teori Zavascki. Em seguida, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, resolveu a questão de ordem no sentido do desmembramento do feito a fim de que a investigação nesta Corte prossiga tão somente em relação à Senadora da República Gleisi Helena Hoffmann. Em relação aos demais investigados, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, assentou a competência da Seção Judiciária Federal do Estado de São Paulo e determinou a extração de cópia integral dos autos e sua remessa para a livre distribuição no foro, com absoluta urgência, independentemente da publicação do acórdão, preservando-se a validade dos atos já praticados, vencidos, em menor extensão, o Ministro Roberto Barroso, que não se manifestou quanto ao juízo competente, e os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, que reconheciam a competência do Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 23.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Teori Zavascki, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte
Assessora-Chefe do Plenário

